

GREINER TEIXEIRA MARINHO COSTA

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Greiner Teixeira
Marinho Costa e aprovada pela Comissão
Julgadora:

Data: 31/3/99

Assinatura: 

**Trajetórias Profissionais de Engenheiros e
Engenheiras para as Funções de Assessoria a
Organizações de Trabalhadores**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1999

9911664

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Es.
TOMBO BC/	37 FGT
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	08/06/99
N.º CPD	

CM-00123928-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

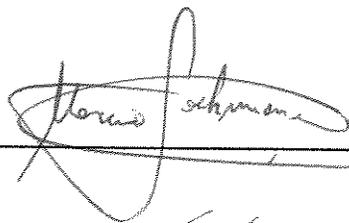
C823t Costa, Greiner Teixeira Marinho.
Trajetórias profissionais de engenheiros e engenheiras para as funções de assessoria a organizações de trabalhadores / Greiner Teixeira Marinho Costa. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Newton Antonio Paciulli Bryan.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

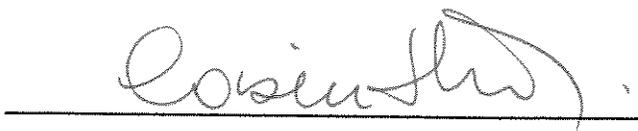
1. Engenheiros - Formação. 2. Trabalhadores - Organização.
3. Movimentos sociais. 4. Ciência e tecnologia. 5. Educação e trabalho. I. Bryan, Newton Antonio Paciulli. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Dissertação apresentada, como exigência parcial para a obtenção do Título de MESTRE em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: METODOLOGIA DO ENSINO, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan. Presidindo a Comissão Julgadora o Prof. Dr. José Roberto Montes Heloani.

Comissão Julgadora:







AGRADECIMENTOS

Depois destes anos todos de trabalho, e de interrupções para outros trabalhos, se tornou enorme a lista de docentes, amigos e amigas a quem devo imensa gratidão. Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que de alguma forma, muitas vezes sem mesmo o saber, participaram de minhas reflexões que resultaram neste trabalho.

Em especial, devo ressaltar e agradecer:

A ousadia do Prof. Conrado Pascoale, *in memoriam*, que percebeu que aquele engenheiro recém formado, meio introspectivo, com jeito de militante político, poderia alçar vôo com rumo diferente do exercício profissional tradicional em engenharia.

A acolhida inicial do Prof. Newton Balzan, que abriu a imensa possibilidade de estudo e formação na Faculdade de Educação da Unicamp.

O apoio da Profa. Lili Kawamura, pela orientação nos primeiros passos do trajeto, momento de muitas indefinições, marco inicial e montagem da rota que segui desde então.

A amizade e dedicação do Prof. Newton Bryan, personagem fundamental em todo este período, por sua sabedoria, pelo convite para assessorá-lo na Secretaria Municipal de Campinas, conjunto de vivências que redirecionou meu percurso profissional, por assumir a orientação do trabalho em um momento difícil e por ser um exemplo de intelectual e docente para todas as horas.

Aos engenheiros e engenheiras estudados, como reconhecimento ao esforço que realizam e por sua atenção e colaboração com este trabalho.

Ao Wanderlei Bueno, *in memoriam*, Jô, Mauro, Carminha, Angela, Zenaide e Emerson, profissionais envolvidos com a equipe da Escola de Governo da Unicamp, pela amizade e inúmeras oportunidades de aprendizagem que construímos.

*À Claudia, minha esposa e
companheira, por todos estes anos
de amor e dedicação, e Luiza, por
ter chegado e poder, desde cedo,
despertar para a construção de um
mundo melhor.*

*Ao Seu Guara e Dona Santa, que
não puderam ter nenhuma das
possibilidades em relação à
formação escolar que garantiram
para seu filho: sem seus cuidados
e apoio permanente nada teria
sido possível.*

À Profa. Corinta Geraldi pela amizade, confiança, leitura atenta e sugestões que definiram o formato final deste trabalho.

Ao Prof. Walter Barelli, pela confiança nestes anos todos, possibilitando muitíssimas aprendizagens e experiências profissionais, políticas e de gestão. Sua personalidade serena, que deixaram marcas profundas em minha formação.

Ao Prof. Renato Dagnino, cuja amizade, rigor acadêmico e intelectual, em muito influenciaram no resultado final deste trabalho e também definiram o percurso que escolhi para o doutoramento.

À Profa. Sandra Brisolla, pela amizade e confiança e pelo apoio no novo passo na vida acadêmica no Departamento de Política Científica e Tecnológica.

Aos meus irmãos e irmã, pela amizade e apoio em diversos momentos desta caminhada atribulada.

Ao Eduardo Modena, por estes anos todos de amizade e também responsável pela escolha do Mestrado em Educação.

Aos amigos do Partido dos Trabalhadores de Jundiaí, na figura de Antônio Galdino e Pedro Bigardi, que com sua energia e rebeldia moldaram, nos erros e acertos, uma perspectiva otimista e com possibilidades de ação concreta para construir um futuro melhor para nosso país e nosso povo.

A Marina, Nadir, Wanda e funcionários da Faculdade de Educação, pela amizade, paciência, disposição e presteza no atendimento.

Aos docentes e funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, pela acolhida respeitosa e apoio entre 1995 e 1998.

À CAPES, pelo apoio financeiro no período 1989-1991, momento em que a base deste trabalho foi montada.

Ao CNPq, na figura de Gentil Lucena e Celso Deusdeti Costa, da Coordenação de Tecnologia da Informação, pela confiança e apoio no período 1995-1998.

"Deixei a Prefeitura como um autômato. Na ocasião, não poderia supor as conseqüências desse acontecimento: jamais retornaria àquele lugar. Assim, inconscientemente, abandonava a segurança de uma sinecura sem grandes reflexões e sem recorrer a justificativas racionais. Às vezes, seguir o faro da revolta e da fantasia é uma decorrência irrecusável do ser livre. Mesmo porque, permanecer senhor do próprio destino implica ousar caminhos tortuosos. Exige, até dos descartianos empedernidos, percorrer a linearidade do barroco. Reconhecer a lógica dos círculos imperfeitos."

Gastão Wagner de Souza Campos, 1993.

"Eu superava rapidamente as idéias. Por isso mesmo, desconfiava dos especialistas, que eram inteligências confinadas por altas muralhas, conhecendo até cada pedra do calçamento do pátio de sua prisão, enquanto eu podia saber de que pedreira haviam sido retiradas e qual o salário do pedreiro. Eu os contestava por indiferença, pois sempre encontrava os materiais convenientes para servir a um propósito, ao mesmo tempo em que descobria ser a vontade um guia seguro por uma das muitas estradas que levam do propósito à realização."

T. E. Lawrence, "Os Sete Pilares da Sabedoria".

SUMÁRIO

Lista de Quadros	02
Relação de Siglas	03
Resumo	04
Apresentação	06
1. Procedimentos para investigação	20
2. Formação Tradicional em Engenharia	
2.1. Descrição da graduação em engenharia	35
2.2. Caracterização sócio-econômica dos assessores	38
2.3. Percepção dos assessores técnicos sobre seu processo de formação em engenharia	40
2.4. Transformações na base produtiva, no exercício profissional e na posição social dos engenheiros	47
3. A mudança de perspectiva	
3.1. Trajetórias para as organizações de trabalhadores	57
3.2. Descrição do trabalho dos assessores	72
3.3. Aspectos metodológicos da atuação em assessoria	84
4. Tecnologia e ação sócio-política	
4.1. Desafios colocados pelas organizações de trabalhadores	93
4.2. Percepções dos assessores sobre o trabalho realizado	114
Considerações finais	124
Summary	130
Bibliografia	132
Anexos	138
Anexo A - Relação dos profissionais entrevistados	
Anexo B - Sínteses de entrevistas tipo	

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Especialidades em engenharia encontradas	35
Quadro 02 – Escolas onde os assessores se formaram	36
Quadro 03 – Período de realização da graduação em engenharia	38
Quadro 04 – Idade no momento da entrevista	40
Quadro 05 - Insatisfações relatadas em relação à graduação	41
Quadro 06 - Principais influências que levaram às funções de assessoria	61
Quadro 07 – Ano de início dos trabalhos em assessoria	65
Quadro 08 – Ano de conclusão do curso e início da assessoria	66
Quadro 09 – Organizações a que os entrevistados prestam serviço	72
Quadro 10 – Atividades realizadas na assessoria a organizações de trabalhadores rurais	81
Quadro 11 – Atividades realizadas na assessoria em que prevalece o trabalho ligado à produção industrial	82
Quadro 12 – Atividades realizadas na assessoria a partir dos problemas com saúde e segurança no trabalho	82
Quadro 13 – Desafios relacionados à capacitação profissional do assessor técnico	99
Quadro 14 – Desafios originados no trabalho cotidiano com dirigentes de organizações	100
Quadro 15 – Desafios originados dos contatos diretos com os trabalhadores de base	100
Quadro 16 – Desafios ligados à superação de problemas administrativos e organizacionais	101

RELAÇÃO DE SIGLAS UTILIZADAS

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CIPA - Comissão Interna de Prevenção a Acidentes

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DESEP - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT

DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais, Curitiba - PR

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos e Estatística

FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional

FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho

ILDES - Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Social, vinculado ao Partido Social Democrata Alemão

INST – Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, vinculado à CUT

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo

MST – Movimento dos Sem Terra

ONGs – Organizações Não-Governamentais

POLI – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

PT - Partido dos Trabalhadores

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

O processo de formação em engenharia não é direcionado à capacitação de profissionais habilitados a trabalhar em funções de assessoria técnica a organizações de trabalhadores. É muito restrito o número de engenheiros e engenheiras que escolhem este tipo de atuação como carreira profissional. Mas esta modalidade de atuação existe, e algumas organizações de trabalhadores têm aberto espaço para ela e a valorizam.

Os engenheiros, cuja atuação foi estudada neste trabalho, atuam como assessores técnicos para organizações de trabalhadores como sindicatos urbanos de trabalhadores metalúrgicos, químicos e de construção civil, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e para sindicatos e associações rurais de pequenos produtores rurais, de seringueiros e para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Alagoas, Pará e Acre. As formas de atuação destas entidades, reconhecidamente críticas e orientadas para a transformação social e política no país, abrem um campo de estudos para as possibilidades de especialização profissional e desenvolvimento de tecnologias voltadas aos interesses dos trabalhadores.

O trabalho realizado descreve o processo de graduação em engenharia, o percurso de atuação profissional, até o momento em que os engenheiros entrevistados iniciam o trabalho de assessoria técnica a organizações de trabalhadores, e os procedimentos utilizados, objetivos visados e produtos obtidos pelos assessores técnicos. Esta descrição enfatiza os aspectos positivos e negativos deste processo tomando como base as percepções reveladas pelos profissionais.

Enfocando especialmente o uso cotidiano dos conhecimentos científicos e tecnológicos recebidos durante a graduação em engenharia, o trabalho analisa os condicionantes e principais características da atuação profissional efetiva destes assessores técnicos e as estratégias de trabalho elaboradas para atender às demandas dos trabalhadores organizados.

Os assessores técnicos afirmam que os conhecimentos que os trabalhadores

detêm sobre as necessidades da produção em que estão envolvidos, suas experiências e valores enquanto sujeitos do processo de organização para defesa de interesses, são elementos indispensáveis para a elaboração de propostas e projetos adequados à satisfação das demandas dos trabalhadores. Este reconhecimento, mais do que evidenciar preocupações com a democracia, participação e respeito aos saberes populares, demonstram a concepção de novas formas de trabalho que potencializem a assessoria técnica aos trabalhadores organizados.

Os assessores reconhecem que o conhecimento que adquirem no ensino de engenharia é uma base importante para seu exercício profissional. Mas é realçada a necessidade de um redirecionamento da técnica para que seja viabilizada a atuação em apoio aos trabalhadores. São levantadas necessidades quanto a novos conteúdos na formação, não oferecidos nas escolas de engenharias, relacionados à prática de negociação, projetos cooperativos, trabalho e organização em grupos, planejamento de produção e estruturação de processos para capacitação técnica de trabalhadores. Estes conteúdos técnicos necessários a um exercício profissional com direcionalidade política diferenciada, poderiam ser construídos na universidade a partir do trabalho de docentes e alunos sobre as necessidades das organizações de trabalhadores que pautam sua atuação por uma postura político-social crítica.

É o conhecimento técnico que abre espaço a esta modalidade de atuação para os assessores, mas foi identificada uma predominância em uma atuação de caráter organizativo e educativo. Esta predominância se consolida sobre a base técnica necessária e sobre uma postura metodológica inovadoras no trabalho destes profissionais no interior das organizações a que estão vinculados. A dimensão política foi apresentada, pela maioria dos assessores técnicos, como importante compromisso de atuação sócio-política e como motivação relevante na passagem para uma atuação profissional diferenciada.

O trabalho destaca a necessidade da constituição de assessorias técnicas atuando em apoio a organizações de trabalhadores como forma de se fazer frente aos enormes desafios colocados aos movimentos sociais pelas mudanças presentes nas relações de trabalho e reorganização dos processos produtivos.

Apresentação

Analisando a "Proposta para Pesquisa", que apresentei, então como candidato ao Mestrado em Educação, retomo as motivações básicas existentes naquele momento e que viriam a influenciar, desde a sua origem, a elaboração da presente dissertação.

Estas preocupações abrangiam, basicamente, as instâncias do despreparo para a prática docente dos professores, a ênfase nos conteúdos técnicos e teóricos das disciplinas e uma visão de sociedade limitada. Percebia nestas preocupações o centro da problemática do ensino em engenharia. Elas eram também motivadas por uma profunda insatisfação pessoal com o processo de formação a que estive sujeito durante os 5 anos do curso de graduação em Engenharia Civil na Unicamp. Esta insatisfação se apresentava, na época, realçada por 3 anos de experiência profissional em uma empresa de engenharia consultiva de grande porte.

A perspectiva de uma atuação profissional, carreira e possibilidade de evolução limitadas, por um lado, pelo caráter eminentemente tecnicista-positivista da formação profissional¹ e, por outro, pelas situações vivenciadas pelo trabalho no interior da empresa, resultaram em uma primeira aproximação ao Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. Como delegado sindical eleito passei a viver novas situações, participar de debates, atividades de formação sindical, discussões nas assembleias, greves que foram realizadas, processos de aprendizagem intensa e muito diferentes das situações vividas durante a graduação em engenharia e mesmo em relação ao exercício profissional até então. Surgiram as primeiras idéias referentes à necessidade de novos estudos, ao retorno à universidade para um novo período de formação, buscando compreender estas situações e requalificar minha prática profissional. As condições para isso foram criadas através de questionamentos e discussões com alguns dos professores que conheci e aprendi a respeitar na Unicamp, ainda do

¹ KAWAMURA, Lili, em *Novas Tecnologias e Educação*, São Paulo: Ática, 1990, conceitua formação tecnicista como o processo educativo que pode ser caracterizado por uma ênfase para *fins pragmáticos*: educação voltada a aspectos econômicos e técnicos específicos para a produção. Discussão sobre a formação em engenharia e a consolidação da profissão no país é realizada no Cap. 2.

período da graduação em engenharia.

Procurando superar estas insatisfações e viabilizar uma abertura realista a novas perspectivas e alternativas profissionais, procurei ingressar no programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. O caminho que buscava passava pela construção de uma visão abrangente, crítica e criativa da profissão, de forma a que fosse possível integrar carreira profissional e projeto de vida. Este percurso, voltado à educação, teve início já em 1985, último semestre da graduação em engenharia quando cursei algumas disciplinas de pedagogia na Unicamp. Era muito forte o desejo de compreender os processos de ensino e aprendizagem. Às portas de concluir o curso de Engenharia Civil na Unicamp era grande o interesse com aspectos metodológicos relativos ao ensino de engenharia.

As vivências proporcionadas pelos estudos e trabalhos após a aprovação para o mestrado foram fundamentais para conformar o presente trabalho. Aprovado pelo programa, ainda trabalhei por quase um ano na mesma empresa, vínculo só rompido após a aprovação da bolsa de estudos. Nesse momento passei a estudar em tempo integral e um novo mundo se abriu. Era meados de 1989, o PT havia vencido as eleições para a prefeitura de diversos municípios importantes em 1988. Poucos meses depois passei a cursar o mestrado em educação e atuar como engenheiro na Secretaria Municipal de Educação² da Prefeitura de Campinas. Uma experiência de 2 anos que marcaria o restante da minha vida. Ali o trabalho se deu em equipe multidisciplinar e vinculado a um projeto de sociedade mais humana, justa e igualitária. Nas atividades e no forte ritmo de trabalho que nesta situação me vi envolvido, e na autonomia para decisões e iniciativas que me foi outorgada, pude perceber, na prática, diversas possibilidades e interfaces existentes como alternativas de trabalho para o engenheiro. Nesta fase, atuando como assessor, como um quadro técnico-político, começaram a ser vislumbradas as potencialidades para um exercício crítico e criativo para o profissional, integrando a atuação técnica, a atuação político-educativa e o compromisso em relação ao enfrentamento das demandas colocadas por diferentes segmentos da população.

² O convite do prof. Newton Bryan, Secretário de Educação de Campinas na época, foi a porta de entrada em um novo mundo de perspectivas para a atuação profissional que hoje eu vejo concretizadas.

Ao cursar disciplinas do programa de pós-graduação, procurava reconstituir criticamente o percurso da formação técnica de nível superior e levantar conhecimentos abrangendo a fundamentação das múltiplas relações existentes entre educação, tecnologia, trabalho e sociedade. Neste contexto se deu a participação nas atividades de pesquisa e coleta de informações, discussões e encontros sobre o tema Tecnologia, Trabalho e Educação, a partir de um grupo de estudos e pesquisa constituído na Faculdade de Educação da Unicamp³. Os contatos realizados com o meio sindical crítico, organizado basicamente ao redor da Central Única dos Trabalhadores, levaram-me a novas reflexões sobre as possibilidades de um trabalho orgânico às demandas sociais dos trabalhadores organizados que ampliaram meu horizonte cognitivo no que diz respeito à atuação profissional do engenheiro. Neste momento, começaram a surgir sugestivas indagações sobre como se dariam os processos de requalificação dos conteúdos técnicos das engenharias e de transformação da direcionalidade do exercício profissional que poderiam ocorrer no interior da atuação das organizações de trabalhadores ou a partir de demandas por elas estruturadas e colocadas no jogo social.

Ao decidir interromper o programa de mestrado no final de 1992, em função da qualidade do convite para a assessoria ao Ministro do Trabalho⁴, se iniciaria um duro processo de afastamento das atividades de natureza essencialmente acadêmica em direção a um processo em que aspectos voltados à vivência política, assumiam a primazia de minhas preocupações. Ao mesmo tempo se iniciou ali também um novo processo de capacitação profissional sobre formulação e implementação de políticas públicas, que hoje se configura muito importante em minha atuação profissional. Como

³ Estas atividades, coordenadas pelas prof^{as}. da Faculdade de Educação Olinda Noronha e Lili Kawamura. Estas atividades confluíram para a publicação da pesquisa “*Qualificação do trabalhador face às novas tecnologias: parâmetros culturais*”.

⁴ Deve ser enfatizado o caráter absolutamente excepcional da presença do prof. Walter Barelli, à frente do Ministério do Trabalho, assumindo o cargo em setembro de 1992. Em primeiro lugar, pelo fato de ter sido fruto do impedimento do Presidente da República à época. Além dos aspectos políticos, da gravidade que representa a deposição de um Presidente em um país de forte presença autoritária e centralizadora em todas as esferas da sociedade, se sobressaíram naquele momento o espetacular exercício de cidadania que forçou o mundo da política a se movimentar. Agrega-se a este fato, o histórico de atuação do novo ministro, presidente do DIEESE por 23 anos, entidade de assessoria às organizações sindicais. Sua ida para o ministério foi um momento de esperança em uma atuação voltada para as necessidades das camadas subalternas da população. Por outro lado, Barelli é também o idealizador do projeto de constituição de uma Escola de Governo na Unicamp, idéia a que haviam aderido alguns dos

membro da assessoria de gabinete do Ministro do Trabalho, no período Walter Barelli, pude tomar contato com o núcleo central do Governo Federal em Brasília, os mecanismos de funcionamento, debilidades e possibilidades da máquina administrativa, os processos de tomadas de decisão e escolhas na formulação e implementação de políticas públicas, as formas e práticas do exercício de poder pelo governo, elites tradicionais e organizações de trabalhadores e empresários e associações de classe. Esta experiência constituiu uma base de entendimento sobre as funções de assessoria e implicou em novas percepções das possibilidades de ação para as organizações de trabalhadores.

Devo destacar também minha vivência e militância política que, se é anterior à pós-graduação, em muito foi enriquecida por esta. A atuação no Partido dos Trabalhadores, tem sido o elemento que articula e problematiza em grande medida os momentos de reflexão, a atuação profissional e preocupações sociais. Elaborar uma dissertação de mestrado, concretizando uma série de aprendizados e experiências de diversas naturezas, é uma construção que exige estar intimamente ligada a meu próprio projeto de vida e dele não pode ser destacada.

Das vivências originadas da participação no programa de Mestrado em Educação na Unicamp, dos novos conhecimentos adquiridos nas disciplinas, de uma melhor compreensão do fenômeno educativo e de suas vinculações com o mundo do trabalho e da produção, dos novos contatos e relacionamentos pessoais realizados, começaram a se consolidar o que viriam a ser as características principais desta dissertação.

Trabalhando sobre o nível de abrangência que deve ser dado a uma dissertação de mestrado na área de educação, levando em conta as vivências acumuladas e a influência das motivações originais para os estudos, procurei delimitar e definir um tema a ser investigado no trabalho. Para isto tornou-se necessário restringi-lo em boa medida, mas procurando garantir viabilidade à pesquisa e originalidade e relevância⁵ à dissertação. Neste sentido, o tema deveria ser abordado

ex-assessores do prof. Bryan, após a experiência de governo em Campinas.

⁵ Critérios básicos para a delimitação do tema para uma pesquisa apresentados por Cláudio de Moura Castro, *A prática da pesquisa*, SP: McGraw-Hill, 1977. Um tema original seria aquele com potencial para resultados da pesquisa que possam vir a surpreender e não essencialmente não haver sido trabalhado

a partir de uma perspectiva que possibilitasse uma articulação entre a educação técnica de nível superior e a prática profissional do engenheiro voltada às demandas, necessidades e interesses das camadas subalternas da população.

O caminho que escolhi para articular estes interesses foi procurar estudar o trabalho de assessoria a organizações de trabalhadores⁶, em uma perspectiva crítica e de superação das desigualdades, realizado por engenheiros e engenheiras.

Realçando os componentes ideológicos da formação do engenheiro, resultantes e produtores da educação de nível superior em engenharia, caberia pesquisar a atuação profissional efetiva de engenheiros, especialmente o componente técnico de seu trabalho, o uso concreto e cotidiano dos conhecimentos científicos e tecnológicos recebidos durante a graduação. Caberia ainda, levantar a percepção do profissional sobre a característica principal de seu trabalho e verificar se a predominância é mesmo técnica, ou seria marcadamente organizativa, educativa ou política no interior da organização de trabalhadores a que estaria vinculado.

Trabalhando sobre a problemática ligada à presença de assessorias externas atuando junto a movimentos populares urbanos na cidade de São Paulo, Maria da Glória Gohn⁷ identifica diversos elementos conceituais sobre os resultados obtidos nas relações que se realizam entre o saber popular e o saber do assessor. A autora, trabalha questões relacionadas à posição dos assessores e de seu saber específico no interior destes movimentos e destaca o papel que estes profissionais com especialização técnica neles representam.

Em relação ao segundo elemento destacado, o papel que os assessores técnicos desempenham para os movimentos, o trabalho da professora Maria da Glória analisa e descreve o que chama de *as formas básicas de assessoria*. O resultado desta análise é uma tipologia que subdivide o apoio externo em assessores de apoio e

anteriormente; um tema relevante, ou importante, seria aquele ligado a alguma questão que afeta segmento substantivo da sociedade ou que recebe atenção destacada em publicações teóricas ou especializadas.

⁶ Trabalho a idéia de organização de trabalhadores como todo e qualquer movimento social ou sindical, de caráter reivindicativo, voltado à defesa de interesses de classe e vinculados à produção ou à conquista de melhores condições de subsistência econômica, organizados por segmentos das camadas subalternas da população. Esta definição excluiria, portanto, partidos políticos ou movimentos sociais de luta por saúde ou moradia, por exemplo, em que os benefícios econômicos são indiretos.

⁷ GOHN, Maria da Glória, Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias, Revista

assessores técnicos. Assessores de apoio aos movimentos seriam religiosos, políticos ou militantes voltados a causas específicas como ecologia, negros e mulheres. Os assessores técnicos, arquitetos, advogados, médicos e engenheiros, são também subdivididos em assessores individualmente considerados, *liberais ou não liberais*, ou assessores vinculados a instituições privadas, universidades e estatais⁸. Realizo discussão sobre o trabalho de assessores em movimentos sociais e organizações de trabalhadores no Cap. 3.

A partir das reflexões colocadas por este estudo pude me decidir por nova delimitação para o objeto da dissertação, que se revelou fundamental durante os trabalhos: analisar o trabalho de engenheiros que especificamente estivessem atuando tecnicamente e de forma profissional, recebendo algum tipo de remuneração da organização para a qual estivessem prestando serviço pelo trabalho realizado. Esta decisão implicou em questionar o conceito de assessoria externa e abrir espaço para a reflexão sobre a possibilidade de considerar modalidades de trabalho de profissionais técnicos junto a organizações de trabalhadores como assessoria interna. Estaria em questão a conformação do vínculo e estreitamento das relações entre assessoria e a organização de trabalhadores. A assessoria interna seria aquela em que o profissional técnico contratado assumiria um vínculo de trabalho de prazo mais longo ou mesmo permanente, atuando sob contratação como funcionário, ou mesmo consultor, e tendo seu escopo de atuação delimitado a partir das demandas formuladas pelos trabalhadores organizados através de seus dirigentes.

Quanto à primeira questão, relações entre saber popular e saber técnico, a Profa. Maria da Glória, com base nas formulações de Gramsci⁹, sintetiza o papel dos intelectuais no processo de transformação social, a necessidade da atuação de intelectuais para a organização dos movimentos e a importância deles para a constituição de uma consciência coletiva. Estas características identificariam um novo tipo de intelectual, com uma visão crítica¹⁰ da sociedade, articulado com interesses

Educação e Sociedade, dez. 1989.

⁸ No trabalho a ênfase é voltada ao trabalho de Arquitetos nos movimentos populares por moradia.

⁹ GRAMSCI, Antônio, *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁰ Para o conceito de perspectiva, visão ou concepção crítica de sociedade, da profissão, da ciência ou da técnica, que reproduzo ao longo de todo o trabalho, me baseio nos trabalho de Fábio Beck de Lima,

populares e que atua reconhecendo uma interação em termos de troca e aprendizagem de mão dupla. Este ponto é abordado no Cap. 2.

Procurando reconstruir todo o processo vivido pelo assessor, o trabalho de pesquisa deveria procurar, então, levantar as atividades do profissional durante a graduação, sua visão sobre seu processo de graduação, sua trajetória de trabalho e especialização após a formatura e a forma de inserção para uma atuação profissional crítica. Deveria responder uma pergunta básica para o trabalho: por que alguns contrariam a tendência tradicional e passam a atuar profissional e criticamente em função das demandas colocadas por organizações de trabalhadores?

O tema que relaciona a participação na vida social e o exercício de cidadania ao surgimento e consolidação de uma consciência crítica é abordado por vasta literatura. Para a conformação do objeto da dissertação encontrei no trabalho de Antônio Merisse¹¹ uma reflexão extensa sobre os processos de tomada de consciência social que alimentam a participação na vida sócio-política e que poderiam servir de base para analisar a trajetória dos engenheiros que passaram às funções de assessoria. Com base em Touraine, o autor analisa os princípios constituintes da consciência de classe¹² estudando um grupo de moradores de periferia na cidade de São Paulo, constrói um perfil individualizado para os entrevistados¹³, identifica os tipos de consciência presentes entre os participantes baseado em conceituação de Gramsci¹⁴ e

Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, dissertação de mestrado junto à Faculdade de Educação da Unicamp, nov. 1985, e os trabalhos de Lili Kawamura, *Engenheiro: trabalho e ideologia*, SP: Ática, 1979, e *Tecnologia e política na sociedade*, SP: Brasiliense, 1986. Nestes trabalhos é fundamentada a percepção da ciência e da técnica e do trabalho dos engenheiros como forças produtivas a serviço da dominação e manutenção das desigualdades de classe e do ensino em engenharia como meio ideológico para a formação de intelectuais orgânicos das classes dominantes.

¹¹ MERISSE, Antônio, *Consciência social e participação popular na periferia paulistana*, dissertação de mestrado junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.

¹² TOURAINE, Alain, *La conscience ouvrière*, Paris: Seuil, 1996. Totalidade: a percepção da sociedade como organização social abrangente, controlada por um sistema de poder constituído a partir das relações de produção; Identidade: consciência de si enquanto uma classe de indivíduos que ocupam uma posição determinada e com interesses próprios no interior da sociedade; e Oposição: a consciência do outro, em termos de classes de interesses antagônicos.

¹³ Categorias utilizadas por Merisse em seu trabalho: a) participação em ações coletivas ou associativas; b) representação da sociedade e do cotidiano; c) visão da política e do Estado; e d) projeto de vida e perspectivas de transformação.

¹⁴ I. Não participantes - consciência alienada: compreensão restrita a um espaço limitado da vida em sociedade, conformismo, senso comum dominado por conteúdos da ideologia das classes dominantes; II. Participantes - consciência em transformação: senso crítico aparece, valoriza a ação e organização coletivas como meio de intervenção sobre a realidade mas não ao nível do político; e III. Dirigentes -

conclui afirmando que a diferentes níveis de participação correspondem diferentes níveis de consciência social e que quanto maior a participação mais presentes e consistentes serão os elementos de crítica social. Esta proposição se tornou fundamental para a compreensão do processo de passagem dos engenheiros e engenheiras para as funções de assessoria.

A primeira iniciativa efetivada para dar uma forma mais concreta à intenção de realizar estudos que levassem à articulação dos interesses e características levantadas, se deu sobre um conjunto de contatos informais com dirigentes sindicais e assessores, em que procurei levantar informações sobre aqueles que poderiam ser os sujeitos da futura investigação. Nestes contatos, busquei relacionar nomes e me apresentar a engenheiros que estivessem, de fato, exercendo sua profissão e trabalhando a partir dos conhecimentos aprendidos na universidade, em uma perspectiva crítica e em apoio ao movimento social ou sindical. No decorrer das conversações que estabeleci foi possível identificar também organizações que possivelmente estariam se valendo do trabalho de engenheiros como assessores técnicos e ser informado sobre o trabalho de novos nomes a quem eu deveria procurar. Este foi o procedimento que utilizei para localizar os sujeitos da investigação que pretendia realizar.

Para realizar os contatos, foi fundamental a minha presença em eventos e seminários realizados na universidade ou por organizações de trabalhadores e onde este perfil de profissional estivesse envolvido. Facilitou meu trabalho o fato de estar, naquele momento, participando das atividades do grupo de estudos sobre tecnologia, trabalho e educação da Faculdade de Educação da Unicamp, que realizou dois seminários com dirigentes e técnicos sindicais. Nesta fase dos trabalhos, meu objetivo era o de conhecer outras realidades, diferenciadas mas correlatas àquelas que constituíam o próprio conjunto de minhas vivências e experiências de trabalho.

Esta busca resultou fundamental para o encaminhamento da pesquisa. Foi relativamente restrito o número de profissionais encontrados atuando nas condições que eu havia delimitado, mas aparentemente significativos os resultados de seu trabalho, na visão dos próprios profissionais, mas também dos dirigentes de

consciência transformadora: compreensão da existência de interesses em conflito, confiança na ação

organizações de trabalhadores para quem trabalhavam. Foi grande também a satisfação que eles demonstravam ao ter oportunidade de relatar sua experiência.

Os contatos foram realizados em São Paulo e Campinas, nos locais de trabalho dos assessores ou em eventos organizados por secretarias, departamentos e comissões da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicatos e movimentos a ela vinculados, entidades de assessoria sindical como o Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos e Estatística (DIEESE), a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Cajamar, Escola Sindical da CUT-SP, e Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Social (ILDES) e confirmaram a viabilidade e a importância de serem aprofundados a pesquisa e os estudos na direção idealizada.

A atuação realizada por estas entidades, reconhecidamente crítica e orientada para a transformação social e política no Brasil, e também das demais organizações de trabalhadores que se prenunciava estariam contratando engenheiros como assessores técnicos profissionalizados, fizeram com que eu fosse buscar na literatura subsídios teóricos sobre o que são e representam estas organizações.

Nos trabalhos que tratam desta problemática¹⁵, e sobre os quais me detive, encontrei os elementos gerais necessários para uma melhor compreensão do histórico da constituição destas entidades, organizações sociais e sindicais e a interrelação entre sua origem e o processo de luta pela democratização da sociedade brasileira nas décadas de 70 e 80. Pude também delinear uma base sobre seu posicionamento político, formas de atuação e objetivos, elementos que poderiam ter influenciado as escolhas profissionais e políticas realizadas pelos engenheiros que aceitavam atuar junto a elas.

coletiva como meios de mudança de situações indesejadas, de subordinação e miséria.

¹⁵ SINGER, Paul (org.), *São Paulo: o povo em movimento*, São Paulo: Vozes, 1980; SCHERER-WARREN, Ilse (org.), *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais*, São Paulo: Brasiliense, 1988; ANTUNES, Ricardo, *O novo sindicalismo*, SP: Brasil Urgente, 1991; CHAIA, Miguel, *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990*, São Paulo: Humanidades, 1992; GRACIOLLI, Edílson, *Um cadeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*, Campinas: Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1996.

A partir destes contatos e primeiras impressões, foi possível delimitar melhor o objeto da investigação:

- a) compreender melhor, a partir da realidade pesquisada, os processos de qualificação e efetivação de uma prática profissional, trabalhando sobre o caso específico dos conhecimentos diferenciadores da formação em engenharia;
- b) compreender melhor, a partir de trabalhos existentes, os processos relativos à formação de intelectuais, em particular aqueles que passam a atuar profissionalmente em funções de assessoria;
- c) levantar questões e desenvolver estudos sobre o papel e a atuação de assessores técnicos junto a sindicatos e outras organizações de trabalhadores, dada a relativa escassez de trabalhos sobre o assunto;
- d) compreender melhor o surgimento, atuação e objetivos dos movimentos sociais novos e críticos no interior das mudanças democratizantes mais recentes da estrutura sócio-política do Brasil;
- e) discutir novas perspectivas para a atuação dos profissionais de engenharia neste período de profundas alterações na base técnica do modo de produção industrial tendo como base as novas necessidades e demandas da população organizada.

Esta última questão, particularmente, está relacionada a trabalhos consultados que interpretam a técnica e o desenvolvimento tecnológico como processos socialmente constituídos¹⁶, como um projeto estritamente relacionado a uma visão de homem e de sociedade previamente constituídas, portanto, como construções sociais carregadas de aspectos ideológicos. A temática é abordada no Cap. 4.

¹⁶ Como exemplos: NELKIN, Dorothy. "Science, technology and political conflict: analysing the issues", In: D. Nelkin (ed), *Controversy: The politics of technical expertise*. 1979; CALLON, Michel, *Society in the Making: the study of technology as a tool for sociological analysis*, In: BIJKER, W.E. et al (eds.) *The social construction of technological systems*, Cambridge: The MIT Press, 1990; MUMFORD, L., *The Myth of the Machine: Technics and Human Development*, San Diego: Harvest/HBJ, 1967; HABERMAS, J., *Técnica e ciência enquanto ideologia*, In: *Textos Escolhidos*, SP: Abril, 1980; NOBLE, David F., *America by Design: science, technology and the rise of corporate capitalism - (Parte 1: Technology as social production / industry, education and engineers)*, New York: Alfred A. Knopf, 1982.

O reconhecimento e a discriminação destes pontos básicos seriam os indicadores de que já estariam reunidos elementos suficientes para que eu pudesse trabalhar articuladamente o processo da formação de engenheiros, o conteúdo técnico da profissão e a prática profissional ligada organicamente ao movimento social e sindical crítico.

Deste posicionamento foi definida uma primeira formulação para o objeto da investigação a ser realizada:

estudar a prática profissional de engenheiros que atuam em funções de assessoria junto a organizações de trabalhadores, a partir da utilização dos conhecimentos técnicos adquiridos no ensino superior.

A delimitação deve ser ressaltada: o uso dos conhecimentos técnicos no trabalho de assessoria. Assunto tratado a seguir, no Cap. 1 deste trabalho, quando trato dos procedimentos utilizados e dificuldades enfrentadas durante o trabalho de pesquisa.

Este conjunto de características definidoras para a futura dissertação levaram à explicitação do problema a ser investigado:

identificar, nas trajetórias de qualificação profissional de engenheiros, desde o curso superior até as funções de assessoria a organizações de trabalhadores, os principais elementos que permitirão uma melhor compreensão do processo de redirecionamento e reorientação do uso dos conhecimentos técnicos tradicionais aprendidos, constituindo bases para novas proposições visando a mudanças metodológicas e de conteúdo para a formação em engenharia.

Como decorrência da formulação para o objeto e problema, se impôs a seguinte proposição para o objetivo da investigação:

compreender criticamente as transformações na qualificação, no

direcionamento do uso do conhecimento e na prática profissional ocorridas no processo que vai da universidade à atuação profissional de técnicos de nível superior em atividades de assessoria junto a organizações de trabalhadores.

Estas formulações trazem em si alguns elementos de importância fundamental para a elaboração da dissertação:

- a) o entendimento de que o processo de formação profissional do engenheiro se inicia durante o curso de nível superior e avança durante a atuação profissional efetiva;
- b) a percepção de que é no interior e ao longo desta trajetória, após a graduação, que poderá ser construída a passagem de uma atuação tradicional para um exercício profissional compromissado, crítico e abrangente;
- c) a percepção de que, neste processo, a atuação profissional efetiva e produtiva a serviço dos interesses e demandas das camadas subalternas da população deverá ocorrer a partir de uma requalificação crítica e criativa dos conhecimentos técnicos e de uma percepção ativa dos componentes ideológicos da educação de nível superior, característicos do ensino em engenharia;
- d) o entendimento de que o conjunto de conhecimentos adquiridos na formação superior em engenharia existente e tradicional no Brasil deve ser encarado como uma base necessária e fundamental, mas insuficiente e incompleta, para este processo de requalificação crítica;
- e) um posicionamento no sentido de que uma requalificação, com as características indicadas, só poderá ser concretizada através do enfrentamento dos problemas colocados pelos segmentos organizados das camadas subalternas da população, seja em sindicatos, seja em movimentos sociais, desde que estes se caracterizem por uma atuação crítica visando à transformação social em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Estes pontos, ao serem encadeados no trabalho, representam, de fato, os elementos fundantes para uma hipótese de base que orienta a investigação.

Estas considerações permitiram que, para fins de elaboração de uma dissertação de mestrado, fosse formulado e estivesse justificado o título escolhido para a dissertação:

Trajetórias profissionais de engenheiros e engenheiras para as funções de assessoria a organizações de trabalhadores.

Esta formulação já incorporava referência ao fato de que entre os profissionais localizados trabalhando nas condições delimitadas haviam mulheres engenheiras, conquistando seu espaço de trabalho bravamente em um mundo masculino, como é o das organizações de origem sindical.

A seguir, são apresentados os procedimentos utilizados para a realização da investigação. Em seqüência, no Capítulo 2, são caracterizados os profissionais entrevistados do ponto de vista de sua origem sócio-econômica, descritos seu processos de graduação em engenharia e é relacionada esta descrição a estudos que abordam o tema da formação em engenharia no Brasil e o papel desempenhado pelos profissionais de nível superior, enquanto intelectuais, no processo de construção e reprodução da sociedade.

No Capítulo 3, são descritos os percursos de atuação profissional em engenharia desde o final da graduação até o início do trabalho em funções de assessoria para a organização de trabalhadores, são levantadas as especificidades que conformam este tipo de atuação e é problematizada a função de assessoria como uma conjunto de competências genéricas de apoio aos dirigentes das organizações.

No Capítulo 4, são levantados e analisados os obstáculos e desafios ao trabalho dos assessores, as demandas provenientes das organizações de trabalhadores, as visões dos profissionais sobre ciência, tecnologia e saber popular, operário ou camponês, e uma visão sobre a tecnologia e seus usos, como processos construídos socialmente.

As considerações finais, sem pretenderem ter um caráter conclusivo às observações realizadas, apontam para percepções relacionadas à importância de que as organizações de trabalhadores sejam elementos impulsionadores para os processos de requalificação crítica dos conhecimentos técnicos em engenharia de forma a que venham a ser funcionais a suas necessidades político-organizativas. Desta forma, será no trabalho concreto em engenharia para fazer frente às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras, vinculados à produção industrial ou agrário-extrativista, que poderá ser construída a passagem de uma atuação tradicional para um exercício profissional comprometido, crítico e abrangente. Também será neste contato efetivo que os engenheiros e engenheiras poderão constituir sua prática profissional sobre uma percepção crítica dos componentes ideológicos de sua própria educação de nível superior.

Finalmente, Anexo A, é apresentada uma Relação com os nome dos(as) engenheiros(as) entrevistados(as). Anexo B, síntese das entrevistas realizadas, onde são apresentadas 4 transcrições, escolhidas por serem consideradas representativas das diversas modalidades de atuação profissional encontradas nas organizações de trabalhadores entre as 19 entrevistas analisadas. Este anexo busca servir de base para conhecimento, consulta e verificação do material primário sobre o qual foi desenvolvida a pesquisa.

1. Procedimentos para investigação

Na introdução a este trabalho, apresentei as motivações básicas que fizeram com que eu me propusesse a cursar um programa de pós-graduação em Educação. Foi coerentemente a essas motivações básicas, e aos aprendizados e perspectivas suscitados pelas experiências desde então, que procurei construir um instrumental de coleta e análise de dados para o trabalho de pesquisa e redação de uma dissertação de mestrado como a que me propunha a fazer.

Busquei em trabalhos sobre metodologia de pesquisa uma conceituação sobre pesquisa científica que norteasse os cuidados que eu deveria tomar.

Salomon¹⁷ se refere a metodologia como uma disciplina e prática acadêmica na formação de nível superior, desdobrada em três funções:

1) metodologia do trabalho intelectual e científico - aprendizagem, motivação, metodologia do estudo (atitude em aula, ambiente de estudo, leitura, biblioteca e sua utilização, anotações, esquemas, resumos, fichamento e classificações) e metodologia do trabalho científico (a pesquisa, métodos gerais, etapas de trabalho e normalização da documentação);

2) metodologia científica - concebida como metaciência, preocupada com a natureza do trabalho científico, com assuntos epistemológicos (o conhecimento científico, a construção da teoria, leis e proposições científicas, hipótese e explicação, o processo de pesquisa). O autor também sintetiza este ponto através da idéia de *espaço metodológico* como sendo composto por 4 pólos: epistemológico, teórico; morfológico ou de sistemas, tipologias e modelos; e um pólo tipicamente técnico, onde são delineados os modos de investigação como o experimento, estudo de caso, estudos comparativos ou simulação;

3) metodologia da pesquisa ou métodos e técnicas de pesquisa - baseada no princípio de que não há produção de conhecimento científico sem pesquisa (as fases do

¹⁷ SALOMON, Délcio V., Como fazer uma Monografia, São Paulo: Martins Fontes, 1996, 4ª ed. Citando trabalhos de Gutiérrez Saens, Sanchez González e Bruyne.

processo, problematização, coleta de dados e informações, mensuração, formação do marco teórico de referência, análise, verificação da hipótese).

Pedro Demo¹⁸ apresenta o conceito de ciência ou conhecimento científico em contraposição aos conceitos de senso comum e ideologia. O senso comum seria o conhecimento de caráter acrítico, imediatista, que toca apenas a superfície dos problemas. Ideologia seria uma modalidade de argumentação que busca essencialmente a defesa e justificativa de posições previamente assumidas, muito embora o autor aceite que a produção científica *não pode escapar ao posicionamento político, manifesto ou latente*. Para não ficar apenas em uma conceituação baseada na exclusão, o autor apresenta como critérios *internos* para ciência: a coerência, ausência de contradição, argumentação estruturada, lógica nas conclusões; a consistência, capacidade de resistir a argumentações contrárias; a originalidade, produção não tautológica, não repetitiva, que traga alguma contribuição ao conhecimento; e a objetivação, idealmente tratar a realidade como ela é, e não como o pesquisador gostaria que fosse. Apresenta também critérios *externos* que seriam o reconhecimento generalizado, a comparação crítica e a divulgação e considera que estes três critérios externos fazem parte do que ele chama de intersubjetividade ou a possibilidade de ingerência da opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar na demarcação científica.

A esta preocupação em cumprir requisitos científicos para a realização da pesquisa, uma outra imposição se fazia sentir: a melhor forma de que disporia para levantar informações, dentro dos parâmetros que eu havia definido para a dissertação, seria através de um contato pessoal e direto com engenheiros que estivessem atuando como assessores técnicos em organizações de trabalhadores. Dos contatos iniciais que realizei no período com docentes, pesquisadores e alguns dos profissionais que iria estudar, ficou demarcada a escassez de outros trabalhos escritos sobre o tema e com as características aplicadas como o que eu procurava elaborar.

A partir dos condicionantes expostos e pela formulação para o objetivo da dissertação, cheguei a três decisões preliminares:

¹⁸ DEMO, Pedro, *Metodologia científica em ciências sociais*, São Paulo: Atlas, 1979.

1- Procuraria realizar uma pesquisa de caráter qualitativo¹⁹. Por qualitativo, de acordo com os autores, eu entendia um procedimento em que: a) o levantamento de dados deveria ser descritivo; b) deveria cercar de cuidados o processo de coleta e não apenas focar o produto; c) o pesquisador seria o responsável direto pela busca de informações; d) a coleta de dados deveria ser feita no ambiente de trabalho dos sujeitos da investigação; e) a análise dos dados teria um caráter indutivo; f) a investigação passaria pela verificação das visões e significados atribuídos pelos participantes aos fatos relatados.

Além disso, acreditava que uma análise de caráter qualitativo chegaria a melhores resultados dada a expectativa que eu tinha sobre o número restrito de sujeitos de investigação que deveria encontrar. A este fato somava também o caráter absolutamente especial e diferenciado que eu creditava à atuação profissional destes engenheiros e que era o que especificamente me interessava descrever.

2- O contato com os sujeitos da investigação e levantamento de dados se daria através de entrevistas individuais, que deveriam ter um roteiro de perguntas pré estabelecido mas com um caráter aberto²⁰, para que os entrevistados pudessem discorrer livremente sobre cada tema. Entendia que, desta forma, poderia fazer com que as entrevistas levantassem as informações que de fato me interessavam sem, no entanto, restringir de maneira improdutiva a liberdade de expressão e as iniciativas de verbalização de conhecimentos e experiências dos entrevistados. Devo ressaltar minha expectativa de que, durante as entrevistas, todo o potencial e criatividade, capacidade de crítica, de trabalho e de organização dos trabalhadores, as motivações, objetivos e dificuldades na atuação profissional dos entrevistados, pudessem transparecer.

3- Como decorrência das duas primeiras decisões, procurei dar ao trabalho um

¹⁹ LUDKE, M. e ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, SP: E.P.U., 1986.

²⁰ MINAYO, Maria Cecília S., *O desafio do conhecimento*, São Paulo: Hucitec, 1992, analisa os procedimentos a serem tomados para a montagem de questionários e realização de entrevistas. Segundo a autora, em uma entrevista podem ser obtidos dados de duas naturezas: a) dados objetivos que o entrevistador poderia obter de outras fontes e registros, como dados estatísticos, e b) os que se referem aos conhecimentos, valores e opiniões do indivíduo entrevistado. Nos dois casos a palavra é o elemento de comunicação básico. A partir deste conceito a autora desenvolve cuidados e modalidades para a entrevistas, analisa a interação direta entre o entrevistador e o entrevistado no trabalho de campo e apresenta a entrevista aberta a ferramenta por excelência para a pesquisa qualitativa.

caráter também exploratório²¹, enfatizando os aspectos qualitativos, em que deveria procurar abrir temas e questões para análises e estudos futuros. Esperava que essa ênfase viesse a permitir também uma análise final aprofundada e que eu obtivesse desdobramentos à minha própria compreensão sobre minha formação. Esperava também que o trabalho abrisse novas possibilidades para uma ação cotidiana e que gerasse algum tipo de ganho e retorno aos próprios sujeitos, a suas práticas e à ação dos movimentos a que eles prestam serviço. Neste sentido, percebia a relação entre o pesquisador, o objeto e os sujeitos da investigação como muito imbricada. Como pesquisador também me percebia como sujeito indireto da investigação e o objeto escolhido se revelava como fazendo parte das próprias razões substantivas que o levavam a estar empreendendo o esforço de pesquisa. Esta percepção, embora a princípio apontasse dificuldades para que um processo de análise isento pudesse ser realizado, dada a aparente impossibilidade de se separar o pesquisador do objeto investigado e devido ao investigador se sentir na mesma situação problemática que os sujeitos investigados, o que ampliava o interesse em realizar o trabalho e ainda reafirmava a decisão já tomada de conduzir as análises com uma ênfase descritiva e com preocupação em explorar possibilidades.

Trabalhando com este perfil de entrevista e análise qualitativas a realizar e tendo em vista os objetivos definidos para a pesquisa, deveria ser privilegiado o discurso realizado pelos sujeitos envolvidos. Os discursos ou narrativas obtidos nas entrevistas deveriam ser as principais fontes de material empírico para as análises. Para isso, foi definido como necessário um recorte na "vida dos entrevistados" referindo-se apenas à parte de suas vidas ligada de alguma forma à sua presença como profissional atuando em assessoria a organizações de trabalhadores.

Para estruturar estes procedimentos tomei como base um trabalho de Zeila Demartini²². Para a autora, as narrativas têm sido crescentemente utilizadas para

²¹ SALOMON, D., op. cit., define pesquisas exploratórias e descritivas como trabalhos que têm por objetivo compreender melhor um problema, descrever fenômenos ou definir e classificar fatos e variáveis abrindo espaço à percepção de soluções; não atingem o nível da explicação ou predição, típico de pesquisas teóricas ou puras, nem o nível do diagnóstico ou apontam a solução "adequada" de uma questão, que caracterizam pesquisas aplicadas.

²² DEMARTINI, Zeila de Brito F., *Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa*, In: LANG, Alice B.S.(org.) *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992.

abordagem dos mais variados temas e seu uso não se dá sobre fórmulas prontas. Não existiriam caminhos pré determinados ou únicos a serem seguidos quando se decide trabalhar com relatos orais em pesquisa social. Seu estudo apresenta relatos de 3 experiências de pesquisa "histórico-sociológica" sobre problemas educacionais e tem o objetivo de elencar as diferentes possibilidades e limitações abertas ao pesquisador e pertinentes a cada tema de análise. A ênfase colocada pela autora pode ser localizada na disponibilidade e abertura do entrevistador em relação ao ouvir o discurso livre do entrevistado em uma interação direta e intensa.

Este aspecto é ressaltado por Aspásia Camargo²³ quando analisa o uso de narrativas auto biográficas em pesquisa social e afirma ser necessário o contato intensivo e direto entre o pesquisador e os sujeitos da investigação para que sejam levantadas as questões relativas à natureza dos processos sociais, usualmente não abertas a uma observação direta. "Por paradoxal que possa parecer, o envolvimento pessoal e seletivo do pesquisador com seu objeto, não o distanciamento, é a forma mais racional para se alcançar objetividade: a cumplicidade controlada passa a ser sinônimo de neutralidade". (CAMARGO: 1982: 09) Neste trabalho a autora afirma que as abordagens qualitativas tornam-se necessárias sempre que somos levados a compreender as origens e a evolução histórica de tendências observadas. O mesmo poderia se dizer de situações sigilosas que tornam indispensável o conhecimento, as vezes íntimo, dos atores envolvidos para trazer à luz as tendências obscuras que modelam a realidade. Na visão da autora, o ato de transformar um conjunto de trajetórias individuais em unidade de análise, a despeito do risco de dispersão e do alto investimento em tempo, pode aumentar efetivamente a possibilidade de se obter coerência interna e integração em cada narrativa. Essa consistência interna - a versão de cada entrevistado complementada por outras - poderia também permitir ao investigador aumentar seu controle sobre as informações recebidas, uma vez que, sendo explicitadas e compreensíveis, as diversas versões ou opiniões poderiam ser mais facilmente comparadas ou contestadas no confronto com outras fontes disponíveis. O papel do pesquisador passaria a ser então: 1) controlar a veracidade das informações recebidas; 2) testar proposições teóricas e hipóteses específicas, e 3)

²³ CAMARGO, Aspásia. *Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1982. mimeo.

dirigir e controlar o processo de entrevista. "Sua função será permanentemente confrontar o que é consistente com o que não é, procurando discernir o que parece plausível do que não é, e prestar atenção às transições que cada pessoa demonstra haver atravessado durante o período analisado, procurando verificar as principais oportunidades e limitações que enfrentou em cada conjuntura relevante e perguntar como e porque esta pessoa adaptou seu comportamento, ou não conseguiu fazê-lo, no momento, o que ela conseguiu mudar, o que tentou manter." (CAMARGO: 1982: 23)

Como decisão final, vinculada ainda à delimitação da investigação, portanto necessariamente anterior à realização das entrevistas e do início do trabalho de campo, foi referente a procurar contato somente com os engenheiros e engenheiras. O material empírico seria aquele gerado das narrativas dos profissionais envolvidos com as organizações de trabalhadores. A pesquisa deveria estar centrada na visão que o profissional tem sobre sua própria trajetória profissional, trabalho presente e perspectivas futuras, por isso não deveria ser desenvolvido um roteiro de entrevista que incorporasse a possibilidade de que também fossem entrevistados os dirigentes das organizações para levantar suas opiniões ou percepções sobre o trabalho de seus assessores técnicos. Havia o receio de que a busca de contato com os dirigentes poderia desviar o direcionamento das análises, retirando o centro das preocupações do trabalho dos assessores técnicos e o deslocando para o funcionamento das entidades. Além disso, produziria dois problemas adicionais e com desdobramentos potencialmente não menos complexos: um problema logístico, ao ter que também localizar e entrevistar dirigentes, e um outro, tipicamente político, ao ter que selecionar quais dos diversos diretores de uma organização envolvidos com o trabalho do assessor eu deveria ouvir. Tinha clareza que, se mudasse o foco e fosse buscar opiniões dos trabalhadores, dirigentes ou não, estaria fazendo um outro trabalho e inviabilizando a proposta original para a dissertação.

Para poder iniciar o trabalho de campo, formulei um primeiro roteiro básico para a entrevista, subdividido em quatro segmentos. Cada um destes segmentos tinha como fim levantar dados sobre um tema específico e importante para o encadeamento

das análises futuras. Este primeiro roteiro é apresentado, a seguir:

A. Apresentação

1- Poderias relatar teus dados pessoais (nome, nascimento, origem sócio-familiar, ano de ingresso e formação em engenharia, modalidade, escola)?

B. Trajetória

2- Poderias relatar tua visão sobre teu processo de formação universitária, fatos marcantes, vida acadêmica, trabalho?

3- Como se deu a passagem da formatura às atividades de assessoria, que influências considera terem ocorrido e sido determinantes neste caminho?

4- Que visão tens sobre tua atuação profissional atual?

5- Como vês tuas perspectivas profissionais futuras?

C. Estratégias

6- Como tem sido teu relacionamento com as lideranças, apoios, militância, base e outras entidades próximas ao sindicato a que prestas serviço?

7- Como atuas nos enfrentamentos com os adversários?

8- Qual é a tua visão sobre os procedimentos e estratégias por ti utilizadas em teu trabalho junto ao sindicato?

9- Como vês teu trabalho em relação aos objetivos principais do sindicato?

D. Educação

10- Como relacionas os conteúdos técnicos aprendidos durante a graduação e tua atuação profissional hoje?

11- Como relacionas o conhecimento/técnica aprendida durante a formação profissional e as demandas colocadas pelo movimento sindical?

12- Teu trabalho é, em tua visão, mais técnico, político, organizativo ou educativo, e como vês estas esferas em seu trabalho?

O segmento A apresentava um caráter informativo geral. A questão 1 tinha por objetivo demarcar a origem sócio-econômica do entrevistado, levantar eventos sócio-familiares que o levaram à formação em engenharia e o tempo decorrido desde a formatura até o momento da entrevista. Além disso, deveria permitir a realização de correlações, no decorrer das análises, entre o período escolar e os processos e eventos sociais e políticos ocorridos no país durante a fase de formação.

No segmento B, a questão 2 tinha por objetivo, revelar a visão do engenheiro sobre seu processo de formação acadêmica, procurando realçar os possíveis acontecimentos principais, seja na escola como fora dela, que poderiam ter influenciado suas decisões e opções profissionais após a formatura.

A questão 3, procurava tomar conhecimento do processo de qualificação e de trabalho do profissional desde a graduação até a efetivação em atividades de assessoria. Neste sentido, deveriam aparecer tanto os cursos porventura realizados, especializações ou pós graduação, como acontecimentos e impressões havidas nos locais de trabalho que seriam relevantes para a análise das motivações e desempenho do engenheiro em seu trabalho junto à organização de trabalhadores.

As questões 4 e 5 deveriam levantar a visão do engenheiro sobre seu trabalho enquanto assessor, suas perspectivas ou expectativas futuras, tanto pessoais como profissionais. Com este conjunto de questões eu deveria estar habilitado a montar a trajetória, com seus principais condicionantes, que levou cada entrevistado até a assessoria ou até o trabalho próximo à organização.

Este segmento B revelava um caráter mais opinativo, procurando fazer com que os entrevistados viessem a realizar análises e interpretações dos processos por eles vividos. Deveria ser a base para que se tornasse possível uma descrição do processo de formação técnica e sócio-política dos engenheiros e engenheiras e as percepções profissionais existentes sobre o trabalho junto aos trabalhadores.

O segmento C visava o trabalho específico sobre a atuação do profissional no interior e junto à organização a qual presta serviço. Nas respostas às questões 6, 7, 8 e 9 deveriam ser encontradas a forma de trabalho do assessor, seus objetivos

principais, os determinantes e impedimentos colocados pela organização, por seus dirigentes, seus militantes, adversários e outras entidades ligadas a ela. Além disso, os instrumentos, iniciativas e ações concretas realizadas pelo entrevistado em seu trabalho poderiam ser evidenciadas bem como os elementos que permitiriam ser construída uma perspectiva crítica de seu trabalho e de sua profissão.

O segmento D, finalmente, tinha por objetivo trazer para o campo da educação a discussão sobre a requalificação dos conhecimentos, da prática profissional, da relação entre o intelectual e o trabalhador na ação conjunta e organizada, do caráter educativo do trabalho e do conhecimento popular para o engenheiro e para os dirigentes da organização. Buscava ainda estabelecer como o engenheiro se percebe e ao seu trabalho, com suas deficiências e a origem destas, e os desdobramentos para a sua ação.

A questão 10 procurava levantar dados visando a tornar possível avaliar se os conteúdos técnicos aprendidos na universidade tinham algum valor ou eram utilizados na ação deste tipo de profissional.

A questão 11, aparentemente de caráter muito conflitivo para o profissional com formação de nível superior, procurava extrair do pensamento de cada um dos assessores sua visão sobre a relação entre o conhecimento científico e o saber operário e popular.

A questão 12 deveria verificar a direcionalidade da ação do assessor em relação à organização, permitindo, por isso, uma contraposição crítica às respostas dadas a questões anteriores, especialmente àquelas do segmento C.

Após haver realizado a primeira entrevista, verifiquei a necessidade de um refinamento na formulação das perguntas e redução da duração da entrevista através da diminuição do número de questões. Procurei fazer estas alterações sem reduzir o conteúdo a ser extraído da entrevista mas procurando agilizá-la e evitar repetições. Para isso foi pensado um novo agrupamento entre as questões e uma melhor escolha de palavras. O roteiro obtido após essa mudança, se tornou:

A. Apresentação

1- Poderia relatar seus dados pessoais (nome, nascimento, origem sócio-familiar, curso, escola, ano de ingresso e conclusão)?

B. Trajetória

2- Poderia relatar sua visão sobre seu processo de formação universitária, acontecimentos marcantes em sua vida acadêmica e pessoal, etc.?

3- Como se deu a passagem da formatura às atividades de assessoria, que influências considera terem ocorrido e sido determinantes neste caminho? Você realizou outros cursos, especializações ou experiências?

C. Trabalho

4- Que visão você tem sobre seu trabalho atual e sobre suas perspectivas e expectativas profissionais futuras?

5- Como é sua atuação junto às lideranças, dirigentes, militância e base do sindicato a que presta serviço, junto a outras entidades próximas e também nos enfrentamentos com os adversários?

6- Poderia descrever seu trabalho, procedimentos e estratégias?

D. Demandas

7- Como você vê seu trabalho e os resultados dele em relação aos objetivos da organização?

8- Como você relaciona o conhecimento científico e os conteúdos técnicos trabalhados durante sua formação com sua atuação profissional atual e as demandas colocadas pela organização?

9- Seu trabalho tem, em sua visão, um caráter mais técnico, político, organizativo ou educativo; como você vê estas esferas de atuação em seu trabalho?

Esta formulação definitiva para o questionário apresenta questões onde solicito

apenas um relato de dados e eventos relativos à atuação do profissional, questões em que solicito uma análise crítica ou relacional das impressões deixadas pelos diversos momentos de sua trajetória de formação e trabalho, questões em que procuro ampliar a ênfase sobre a relação entre o profissional e as demandas das organizações de trabalhador e ampliando espaço à análise futura dos aspectos descritivo das respostas.

Definida a forma para que fosse realizado o levantamento de campo restou a tarefa de encontrar os sujeitos da investigação. Não foi sem alguma surpresa que foram surgindo dificuldades para localizar profissionais que apresentassem o perfil de atuação definido, seja pelo pequeno número deles, seja pelo desconhecimento entre eles próprios sobre quem estaria atuando em assessoria a organizações de trabalhadores. O processo de busca dos engenheiros e engenheiras obedeceu, inicialmente, o critério de procurar aqueles com os quais já havia sido feito algum tipo de contato ou havia algum relacionamento anterior. Nas primeiras conversas, usualmente por telefone e que objetivavam a preparação e agendamento da entrevista, era iniciado um segundo processo de busca que consistia em solicitar ao assessor técnico contatado que informasse ou procurasse informações sobre outros profissionais que estivessem atuando em condições semelhantes.

Muitas foram as situações problemáticas e equívocos. Em síntese, quatro foram os problemas que surgiram neste momento: a) o engenheiro ou engenheira contatado não conhecia nenhum outro profissional além daqueles que já haviam sido localizados; b) o entrevistado indicava um engenheiro e ao ser feito o contato, verificava-se que a pessoa não era de fato formado(a) em engenharia, apesar de todos no movimento, inclusive outros profissionais técnicos, pensarem o contrário; c) o profissional indicado, ao ser localizado, informava que não mais atuava em assessoria a uma organização de trabalhadores, e d) o engenheiro indicado atuava de fato como assessor em determinada entidade mas não exercia atividade como técnico, como engenheiro propriamente, mas tipicamente como assessor político, formador etc.

Estes contatos frustrados reduziram o montante da amostra. No entanto, permitiram também que houvesse sido realizado um amplo arco de contatos e, ao final deste processo, possa afirmar que o número de entrevistas realizadas seja bastante

representativo do universo de engenheiros e engenheiras, senão próximo à totalidade, que atuavam profissionalmente em assessoria a organizações de trabalhadores, expressão do limitado número de profissionais atuando nesta situação naquele momento.

As entrevistas foram realizadas durante 8 meses, entre novembro de 1991 e setembro de 1992. No total foram entrevistados 24 profissionais: 21 engenheiros e 3 engenheiras. Procurou-se utilizar o roteiro como um guia para a entrevista, para evitar que algum dos pontos levantados pudesse ficar de fora da narrativa do entrevistado. Mas as entrevistas ocorreram sempre com um percurso próprio, segundo a lógica que os entrevistados ia conferindo às suas reflexões, muitas vezes antecipando respostas. Ao entrevistador coube procurar interferir o mínimo, e sempre para trazer as falas de volta ao tema, quando ocorriam viagens muito longas, e adicionar perguntas novas, sempre que o assunto permitia algum estímulo em nova direção. Chegando ao final das perguntas previstas, o entrevistador perguntava se a pessoa gostaria de acrescentar algo mais; obtendo uma resposta negativa a entrevista era dada por encerrada. As entrevistas tiveram duração média de 90 minutos e foram gravadas em fitas cassete.

Finalmente, realizadas as entrevistas, um último processo de seleção se impôs: dos 24 entrevistados, listados no Anexo A deste trabalho, 5 ainda não apresentavam um perfil em acordo com o traçado para a investigação e por isso, mesmo com as entrevistas realizadas, foi necessário retirá-las da fase de análise. Um deles não era engenheiro, mas arquiteto que havia feito curso de especialização em engenharia de segurança do trabalho. Outros três por muito tempo haviam exercido algum tipo de assessoria, mas este era esporádico, havia praticamente se encerrado no último ano e a atuação havia se tornado como a de um técnico tradicional de órgãos de fiscalização estatal. O quinto entrevistado retirado da análise, apesar de haver se graduado como engenheiro, tinha atuação marcadamente política, tendo sido candidato a deputado em seu estado e exercia uma assessoria militante, não profissional, não remunerada, a uma central sindical.

Não descartei a primeira entrevista realizada, com a formulação inicial para o questionário, para fins da análise.

Cumprida esta etapa, as entrevistas foram transcritas e revisadas para a análise. Buscou-se transcrever as falas dos entrevistados o mais próximo possível do que realmente ocorreu. Mas esta postura apresenta diversos limites. Com a gravação, e transcrição posterior, perdem-se muitas das observações referentes a gestual, postura corporal e expressão facial do entrevistado. Além disso, o discurso real é muito entremeado de pausas de apoio, momentos de silêncio e expressões de linguagem como “né?”, “tá?”, “pô!” que interrompem o discurso e dificultam em muito o entendimento do texto transcrito. A partir destas dificuldades vividas, e estudadas por Solange Souto²⁴, confirmou-se a importância de o pesquisador ser ele mesmo o responsável pela realização de todas as entrevistas, o que foi feito. Este procedimento permitiu que houvessem notas tomadas no momento e após a realização das entrevistas, sobre o que se passou, como ocorreu etc. Assim, na fase de análise foi possível trabalhar sobre as falas de forma que potencialmente fosse levado em conta aspectos que a síntese das entrevistas não consegue atingir, e se pudesse fazer uso da memória e sensações que tive como entrevistador ao realizar o trabalho de campo. Ficou também sob minha responsabilidade a revisão e síntese final das falas, o que me obrigou a escutar novamente todas as entrevistas e aí já demarcando as falas dos entrevistados e facilitando e enriquecendo o processo de análise, cumprindo o percurso apontado por Solange Souto em que a análise de conteúdo deve ser realizada sobre as categorias específicas definidas previamente. A análise das entrevistas sobre as categorias analíticas definidas quando da formulação e revisão do questionário, representou a base do trabalho de análise sobre os conteúdos das narrativas dos entrevistados.

No Anexo B, é apresentado um conjunto de entrevistas sintetizadas. São 4 das transcrições de entrevistas, escolhidas por serem consideradas representativas das diversas modalidades de atuação profissional encontradas nas organizações de

²⁴ SOUTO, Solange de O. O jogo de papéis e representações sociais na universidade: o estudo de um caso particular. In: SPINK, Mary J.P. (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. SP: Brasiliense, 1993.

trabalhadores entre as 19 entrevistas analisadas. Como poderá ser observado, delas foram retirados os nomes dos entrevistados. Procurar garantir algum sigilo para os depoimentos foi uma solicitação de alguns dos profissionais, visto que as conversas foram muito abertas e francas e muitos problemas delicados e críticas levantadas.

A experiência de realizar as 24 entrevistas com profissionais com um perfil como o procurado foi muito importante. Foram momentos em que realizei contatos com engenheiros que tinham um perfil e objetivos de atuação profissional próximos ao que eu percebia como os meus e que atuavam com uma direcionalidade sócio-política semelhante. No decorrer deste processo, fui percebendo, e com enorme alegria, que estava gerando reflexões e trabalhando sobre meus próprios dilemas, objetivos profissionais e motivações pessoais, e também comparando potenciais e dificuldades para o trabalho no futuro.

As entrevistas foram momentos de trocas de experiências muito intensas. Causou enorme impressão o prazer, o interesse e atenção que os entrevistados davam à entrevista. Uma explicação para este fato talvez fosse o fato da entrevista, como instrumento para coleta de dados desejada, estar encadeada de forma a favorecer uma viagem do entrevistado às origens e motivações que convergiram até a sua atuação profissional recente. Outra possibilidade seria uma situação que eu percebia a cada resposta: ficava evidente que os engenheiros e engenheiras entrevistadas estavam falando de assuntos e preocupações profissionais e pessoais sobre os quais não conversavam usualmente. Por falta de oportunidade, e talvez mesmo por falta de interlocutores, eram questões sobre as quais não tinham muitas oportunidades de refletir. O processo de realização das entrevistas permitiu entrever um quadro sobre o que é o trabalho, de certa forma solitário, que este tipo de profissional acaba fazendo. Aparecia um interesse muito grande em falar de assuntos pertinentes ao trabalho de assessoria realizado no cotidiano, mas também sobre assuntos que eles e elas não tinham muito com quem discutir. Eram preocupações, ansiedades, angústias, projetos e objetivos que ficavam sempre encobertos pelas tensões do cotidiano e que afloravam à medida em que a entrevista ocorria. O fato do entrevistador também ser engenheiro, e com alguma proximidade na atuação política e

profissional, também pode ter contribuído para que este clima e estas reflexões viessem à tona.

Passaram-se 6 anos desde quando foram encerradas as entrevistas e o atual momento, em que está sendo revisado o texto e as entrevistas realizadas com vistas à defesa da dissertação. Neste período tive contatos casuais com alguns dos engenheiros e engenheiras entrevistados. Nestes contatos, embora não tenha realizado nenhum trabalho sistemático a respeito, pude notar que a maioria deles continuava atuando como em 1992, alguns hoje como consultores autônomos.

Em 1997, à medida em que encerrava a revisão das transcrições das entrevistas para o exame de qualificação, pude dialogar com dois dos entrevistados, lhes apresentar o texto da entrevista realizada em 1992 e solicitar correções, informações sobre os demais entrevistados, o que andavam fazendo, se continuavam ainda assessorando à mesma entidade ou mesmo se continuavam com o trabalho de assessoria. Embora não previsto, este tipo de retorno se mostrou muito rico e valioso para a análise realizada. Em 1998, encontrei outro dos entrevistados, hoje envolvido no mesmo curso de doutorado que eu na Unicamp, embora continue exercendo a atividade de assessoria, a ênfase profissional anterior foi modificada.

Em que pese as dificuldades crescentes por que vêm passando os movimentos sociais e sindical urbano no Brasil, as mobilizações por melhores condições de saúde no trabalho, e mesmo os movimentos reivindicatórios de caráter agrário, que aparentemente se expandiram muito neste período, não é possível afirmar que mudanças radicais ou rupturas tenham ocorrido em suas formas de organização e atuação efetiva. Não foi objeto deste trabalho realizar percurso analítico sobre o que se passou no período tanto do ponto de vista da situação que pode ser encontrada em relação ao trabalho de assessores técnicos, como do ponto de vista da ação efetiva das organizações de trabalhadores.

2. Formação Tradicional em Engenharia

Nesta seção é descrito o processo de graduação em engenharia dos profissionais entrevistados, é realizada sua caracterização do ponto de vista de sua origem sócio-econômica e são estabelecidas relações com estudos que abordam o tema da formação em engenharia no Brasil e o papel desempenhado pelos profissionais de nível superior, enquanto intelectuais, no processo de construção e reprodução da sociedade.

2.1. Descrição da graduação em engenharia

2.1.1. Especialidades em engenharia encontradas

A distribuição de especialidades encontradas quanto aos Cursos de Graduação foi a seguinte:

Quadro 01: Especialidades em Engenharia Encontradas

Especialidades	Nº de entrevistados
Engenharia Agrícola	1
Engenharia Agrônômica	6
Engenharia Civil	2
Engenharia Elétrica	2
Engenharia Florestal	1
Engenharia de Produção	6
Engenharia Química	1

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Os números mais expressivos nas modalidades agronomia e produção podem ser atribuídos ao caráter de vanguarda e ao momento de ampla atuação, quando das entrevistas, vividos tanto pelas organizações de pequenos agricultores, cooperativas rurais de produção e movimentos de trabalhadores rurais sem terra, como pelo papel de sindicalismo de ponta assumido pelos sindicatos de metalúrgicos cutistas. Esta possibilidade é caracterizada e explorada quando da descrição do trabalho dos assessores, onde é feita uma síntese dos tipos de organização a que os engenheiros e engenheiras prestam serviço, no item 3.1.

2.1.2. Escolas de engenharia

A graduação ocorreu em diversas Escolas ou Faculdades de Engenharia, de diferentes estados, conforme mostrado a seguir.

Quadro 02: Escolas onde os assessores se formaram

Escolas	Nº de entrevistados
Escola de Agronomia de Botucatu, UNESP, SP	1
Escola de Engenharia de Ribeirão Preto, SP	1
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo	5
Escola de Engenharia Mackenzie, SP	1
Escola de Engenharia de Ribeirão Preto, SP ²⁵	1
Faculdade de Agronomia de Pelotas, RS	1
Faculdade (Santa Cecília) de Engenharia de Santos, SP	1
Inst. Nac. de Telecomunicações, INATEL, Santa Rita do Sapucaí, MG	1
Faculdade de Engenharia de Itatiba, SP ²⁶	1
Universidade Estadual de Campinas, SP	1
Universidade Federal de Alagoas	1
Universidade Federal do Paraná, Curitiba	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal de Santa Catarina	2

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

²⁵ Início do curso ocorreu na Escola de Engenharia de São Carlos, SP – USP.

²⁶ Início do curso ocorreu na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.

Como pode ser observado neste quadro, foram 14 cursos realizados em escolas públicas e 5 em escolas privadas.

2.1.3. Tempo para a graduação em engenharia

Um entrevistado afirmou ter concluído o curso em 4 anos. Oito dos entrevistados afirmaram haver completado o curso de engenharia no tempo previsto, isto é, 5 anos. Outros 9 concluíram o curso em 6 anos, atraso de um ano motivado por mudanças de modalidade em engenharia ou atuação em movimento estudantil.

Apenas 1 dos entrevistados cursou o período noturno. Outro entrevistado, por cursar o vespertino, trabalhou no turno da noite para poder concluir o curso. Este entrevistado também foi o único que revelou ter tido problemas mais sérios com interrupção do curso devido às exigências do trabalho e levou 16 anos no processo de iniciar o curso em uma primeira faculdade e conseguir concluir o curso em uma outra. Apenas 2 dos entrevistados afirmaram haver trabalhado durante a graduação para viabilizar seus estudos. Seja por haverem, em sua maioria, cursado universidades públicas, seja devido ao apoio da família, os profissionais entrevistados parecem ter tido boas condições de suporte ao estudo na graduação, por estarem em boas escolas e não serem obrigados a dividir o tempo de estudo com o trabalho.

2.1.4. Período de realização da graduação

No quadro 03, abaixo, procurou-se representar o período em que os entrevistados passaram pela graduação em engenharia.

Foi verificada uma distribuição muito grande do período em que os futuros assessores freqüentaram os cursos de engenharia. Os mais antigos entraram para a universidade ainda durante a ditadura militar e são muitas as falas que relacionam a dureza do regime e o espaço político, acadêmico e cultural vivenciado. Pode ser observada, no entanto, uma concentração no período que vai de 1977 a 1982, quando 12 dos entrevistados estavam iniciando ou concluindo a graduação em engenharia, período de retomada do movimento estudantil, início do processo de redemocratização do país e ampla movimentação social e política.

Como poderá ser visto à frente, este processo de revitalização sócio política foi relatado como tendo muita influência no processo de graduação e nos desdobramentos posteriores que levaram os profissionais às funções de assessoria.

Quadro 03: Período de realização da graduação em engenharia

		Ano de início e conclusão da graduação																					
(*)		67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88
(a)																							
(b)																							
(c)																							
(d)																							
(e)																							
(f)																							
(g)																							
(h)																							
(i)																							
(j)																							
(k)																							
(l)																							
(m)																							
(n)																							
(o)																							
(p)																							
(q)																							
(r)																							
(s)																							

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

(*) Nota: A coluna da esquerda representa os entrevistados, colocados em ordem definida pelo ano de início da graduação.

2.2. Caracterização sócio-econômica dos assessores

2.2.1. Idade no início do curso de graduação

Apenas 1 dos entrevistados pode ser considerado como de uma faixa etária tardia para ingresso na universidade: 26 anos. Entre os demais, 9 iniciaram os estudos

em engenharia com idade inferior a 19 anos e outros 9 com idade no intervalo entre 20 e 22 anos. Esta faixa etária baixa para a entrada, o período de graduação compreendido basicamente entre 5 e 6 anos e o fato de apenas dois relatarem haver trabalhado para garantir sustentação financeira aos estudos são indicadores que revelam um nível de poder aquisitivo superior à média da população brasileira. De fato, apenas dois dos entrevistados revelaram em sua entrevista que seu principal objetivo ao buscar o ingresso na universidade era algum tipo de ascensão social.

Neste aspecto específico a outra modalidade de resposta que merece destaque foram os entrevistados que afirmaram haver escolhido seu curso por sempre haverem vivido no meio rural, daí sua opção por engenharia agrônômica ou agrícola.

2.2.2. Trabalho dos pais

A origem sócio familiar dos entrevistados, vista a partir dos relatos que indicam profissão ou trabalho efetuado pelos pais, indica que a maioria, 14, tem uma origem mais próxima a setores de baixa e média renda da população. Três dos entrevistados informaram que seus pais eram professores ou funcionários públicos estaduais e de um deles o pai era operário em metalúrgica. Outros 7 revelaram que seus pais eram pequenos proprietários rurais, 2 pequenos comerciantes. Um dos entrevistados informou que seu pai era um trabalhador sem qualificação definida, de outro o pai tinha um cargo importante em uma multinacional e de outro era industrial. Os pais de 2 dos entrevistados eram profissionais liberais, dentista e médico. Apenas dois entrevistados, ao serem perguntados sobre o trabalho dos pais, realçaram o trabalho da mãe: uma professora secundária e uma funcionária pública estadual. Um dos entrevistados não apresentou informações sobre o trabalhos dos pais.

Embora entre os filhos dos 7 pequenos proprietários agrícolas estejam a maior parte dos engenheiros agrônomos e o engenheiro agrícola, deste segmento foi formado um engenheiro elétrico e um engenheiro de produção. Não é objetivo desta descrição buscar determinações desta ordem, mas nos 5 casos de filhos de proprietários agrícolas que escolheram atuar como assessores de organizações de trabalhadores rurais, os entrevistados realçaram este fator como fundamental para a definição profissional.

2.2.3. Idade no momento da entrevista

A primeira entrevista foi realizada em novembro de 1991, como teste do instrumento para coleta de dados. Apesar de ter servido como teste, as informações obtidas foram aproveitadas para a análise. As demais entrevistas foram realizadas no período compreendido entre abril e setembro de 1992. O quadro a seguir sintetiza a idade dos entrevistados no momento da entrevista.

Quadro 04: Idade no momento da entrevista

Idade	Nº de entrevistados
até 29 anos	3
dos 30 aos 34 anos	5
dos 35 a 39 anos	5
com mais de 40 anos	6

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Pode se perceber que o grupo de profissionais atuando em assessoria a organizações de trabalhadores críticas era majoritariamente formado por jovens.

2.3. Percepção dos assessores técnicos sobre seu processo de formação em engenharia

2.3.1. Insatisfações relatadas em relação à graduação

Apenas dois dos entrevistados(as) não apresentaram queixas ou insatisfações em relação ao curso de engenharia. De forma geral, a principal queixa diz respeito à formação muito técnica, tecnicista ou positivista dos cursos, sem uma visão social ou com limitação da visão político-social no curso, que pode formar técnicos de bom nível mas sem nenhuma consciência social ou humanista.

A seguir, é apresentada uma lista de temas de insatisfação com a formação em

engenharia que apareceram nas narrativas dos entrevistados. São reproduzidas também algumas falas consideradas representativas²⁷.

Quadro 05: Insatisfações relatadas em relação à graduação

Síntese das insatisfações relatadas	
(a)	<p>Relação entre a teoria e a prática</p> <p>distanciamento entre os conhecimentos científicos/teóricos e as necessidades práticas, impostas pelos problemas do cotidiano de trabalho, ênfase para uma formação tecnicista, baseada na reprodução de pacotes tecnológicos</p> <p><i>“formação tecnicista e de reprodução de pacotes tecnológicos. Você sai da escola com uma formação profissional desvinculada da realidade que vai encontrar”</i></p>
(b)	<p>Relação do profissional técnico com o trabalhador</p> <p>despreparo para o relacionamento com os trabalhadores, para respeitar os conhecimentos do trabalhador, pequena preocupação com o ser humano ou com conteúdos humanistas</p> <p><i>“o engenheiro não aprende a negociar, acha que vai chegar na fábrica e fazer as coisas do jeito que quer; o que não tem na graduação é que na fábrica existem pessoas.”</i></p> <p><i>“o curso não deu caminhos para que o técnico transferisse os conhecimentos aprendidos aos trabalhadores”</i></p> <p><i>“na engenharia de produção sempre tem o homem e não sei o quê mas o homem aí é uma coisa abstrata que entra até o ponto em que ele precisa ser convencido a fazer alguma coisa”</i></p>
(c)	<p>Inadequação do currículo, direcionamento político do currículo, proposta curricular anacrônica ou inadequada</p> <p><i>“tinha um passado de filho de agricultor, 4 anos de ginásio agrícola e mais três de colégio agrícola: em termos profissionais, nem metade do que aprendi se deve ao curso de agronomia”</i></p> <p><i>“os setores estratégicos como administração e economia rural não nos é dado. É negada esta possibilidade de criar e fazer algo. E nas áreas de tecnologia mais avançada como irrigação, fundamental para a gente do nordeste, não é dado.”</i></p>
(d)	<p>Críticas ao corpo docente, professores inexperientes, novos, precariedade da estrutura da universidade</p>

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Foram reveladas três formas básicas para a inserção destes profissionais nas

²⁷ A identificação de autoria das falas reproduzidas, entre aspas e em itálico, não foi considerada necessária para a descrição e categorização realizada neste trabalho.

atividades de assessoria. Entre os assessores técnicos localizados o maior grupo é formado por engenheiros e engenheiras que atuam em apoio a organizações de trabalhadores e pequenos produtores rurais. É formado por 5 engenheiros agrônomos, um engenheiro agrícola e um florestal. As principais queixas apresentadas por estes profissionais dizem respeito ao caráter tecnicista do curso e à falta de disciplinas ligadas efetivamente à realidade da produção rural: como administração rural, organização da produção, formulação e avaliação de projetos cooperativos. Neste grupo, apareceram falas em que o profissional afirma que os conhecimentos necessários para um suporte de qualidade às demandas das organizações de trabalhadores não podem ser encontrados nas universidades ou centros de pesquisa, seja porque estes não têm docentes e pesquisadores trabalhando nestas áreas, seja porque são conhecimentos que existem apenas na realidade do trabalho efetivo no campo e precisam ainda ser elaborados e desenvolvidos enquanto objeto e resultado de pesquisas de caráter acadêmico.

Um outro grupo é formado por engenheiros de produção que atuam ligados a sindicatos urbanos e de categorias marcadamente de trabalhadores industriais, como metalúrgicos, químicos, vidreiros, papel e celulose etc. As queixas aí se concentram em uma crítica a uma visão técnica da formação, à não capacitação para as funções de negociação, relações do trabalho e ausência de disciplinas da sociologia do trabalho.

Um terceiro grupo, heterogêneo do ponto de vista da formação na graduação, engenheiros civis, químicos, elétricos, articula sua atuação profissional na direção de questões de segurança no trabalho, saúde e sobre temas ligados a meio ambiente. Aí o que aparece é a carência no ensino superior de disciplinas relacionadas a conhecimentos sobre as condições de trabalho, prevenção a acidentes, meio ambiente e busca da garantia da saúde dos trabalhadores, elaboração de laudos, perícias, relação com o poder público etc.

2.3.2. Aspectos favoráveis da graduação

Cinco dos entrevistados não levantaram aspectos positivos sobre o período da graduação. Os aspectos favoráveis recorrentes nas entrevistas realçam os

conhecimentos técnicos adquiridos, a capacitação técnica para a atuação profissional ou a base tecnológica para oferecer respostas às demandas das organizações às quais prestam serviço. Além destes pontos, foram identificadas falas valorizando as novas perspectivas político sociais abertas pela passagem pela universidade, as possibilidades de intercâmbio, debates acadêmicos, aprendizagens para participação política e aspectos positivos de crescimento humano. Também foram destacados a aprendizagem de um raciocínio lógico, aprender um método de trabalho, uma visão da lógica da produção.

Destacaria as seguintes falas:

“os conhecimentos oferecidos pelo curso são superficiais porém importantes para a profissão: subsídios técnicos básicos em engenharia e biologia”

“todo o conteúdo da graduação, em termos de disciplinas, é aproveitável em termos de conteúdo técnico e os dirigentes (sindicais) sentem necessidade também deste tipo de informação”

“o que a escola dá não é informação, mas sim método. Eu acho uma boa escola aquela que trabalha método, métodos para abordar questões, etc. Não é saber o que é um robô. Isso você encontra em livros. ... Você tendo algum método de analisar a produção, por exemplo, você pode até modificar o instrumental que você usa. E efetivamente o trabalho com o sindicato exige um outro instrumental, você tem que ir atrás, exige entender a lógica da produção do ponto de vista de quem está produzindo e não do ponto de vista da boa gestão que é de onde vem a engenharia”

O que deve ficar bem demarcado neste ponto é que, apesar do reconhecimento sobre a capacitação técnica obtida na universidade, este conhecimento tem, para os profissionais assessores, um caráter básico: é sobre a base técnica aprendida durante a graduação que se tornou possível redirecionar a utilização destes conhecimentos de forma mais adequada às demandas e interesses dos trabalhadores. Este processo de transformação de destaca como uma importante característica da assessoria técnica necessária às organizações de trabalhadores. Esta percepção relatada pelos entrevistados remete aos estudos e proposições realizados por Bruno Latour sobre os processos de mudança de sentido quando uma idéia, conceito, mecanismo ou

instrumento, é transladada de uma sistema social ou político a outro²⁸. Sobre a questão, também apontada, da "boa gestão" como a origem da engenharia, ou do conjunto de conhecimentos que configuram a engenharia, diversos autores estudam o processo de constituição do conhecimento característico da engenharia e forma como os engenheiros produzem conhecimentos²⁹.

2.3.3. Eventos marcantes durante a graduação

De forma geral não foram relatados eventos ou acontecimentos marcantes durante o período da graduação além daqueles relacionados à participação no movimento estudantil, atuação sócio política ligada ao final do período da ditadura militar, seja durante a graduação ou já no início da atuação profissional, ou problemas ligados ao exercício profissional como demissões, greves etc.

Cabe destaque, no entanto, a uma perspectiva de ascensão social propiciada pela entrada na universidade que aparece em três dos depoimentos. Neles pode ser observado um reconhecimento de que estar na universidade, independente do curso, foi um fato que levou a uma ampliação de horizontes e de compreensão sobre o funcionamento da sociedade. Há um relato sobre o impacto que representou para um dos entrevistados a mudança da área rural, sertão nordestino, para a capital do Estado de Alagoas, que teria sido o fato marcante do período da graduação.

Dois dos entrevistados relataram terem desenvolvido atividades na esfera da cultura especialmente com grupos teatrais ou de folclore. Um outro cursou 2 anos em

²⁸ LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Open University Press, 1987. p. 132-136. Latour apresenta o conceito de "transdução" para descrever processos semelhantes e questionar a idéia de tradução, conforme é utilizada nos estudos sobre difusão tecnológica. Diferentemente da idéia de tradução, onde um significante é alterado para que seja mantido o significado de um conceito, a transdução implica em conceber a passagem de um mesmo significante para um outro contexto sistêmico, diverso daquele onde o significante foi produzido, como um processo que levará necessariamente à construção de novos sentidos e significados.

²⁹ VINCENTI (1990) realiza amplo estudo histórico sobre os desenvolvimentos em aeronáutica como forma de descrever os processos de experimentação, variação e seleção, característicos da construção e disseminação dos conhecimentos em engenharia. FERGUNSON (1993) e REYNOLDS (1991) analisam processos históricos, a partir da idade média, em que os engenheiros forma se tomando os atores privilegiados na construção de conhecimentos e na produção de manuais técnicos, "eclipsing the authority of the "practical man" (HOVIS & MOUAT: 1996: 429) e constituindo novas bases sociais para a formação escolar sistematizada em engenharia em universidades e para o modelo de desenvolvimento econômico e industrialização baseada em conhecimento tecnológico.

ciências sociais em paralelo à engenharia, como fruto de suas insatisfações com o caráter tecnicista do curso. Dois entrevistados mudaram de modalidade de curso durante a graduação e um deles manifestou que não teve certeza de que o curso era o que queria, e que o fez mais por satisfação familiar.

Estes destaques podem fazer parte da explicação do por quê destes engenheiros e engenheiras terem trilhado um caminho que não os levou à produção em empresas mas à assessoria a organizações de trabalhadores.

2.3.4. Atuação sócio-política durante a graduação

Majoritariamente os entrevistados tiveram algum tipo de atuação no movimento estudantil durante o período em fizeram o curso de engenharia. Este foi o relato de 11 dos 19 entrevistados. Outros dois atuaram em movimentos ligados à Igreja e à Comissão Pastoral da Terra, um deles com atuação de destaque no movimento sindical metalúrgico, já que trabalhava em empresa do setor, o que continuou fazendo durante e depois da graduação. Seis dos entrevistados não tiveram atuação durante o período da graduação.

A atuação político partidária também aparece como elemento importante para delimitar o percurso que leva à assessoria para 7 dos entrevistados. Para outros 5 o mundo da política partidária só aparece após a formatura e, para dois deles, muitos anos após a atuação como engenheiro(a). Um engenheiro relata traços pessoais mais anarquistas, inclusive como herança cultural familiar, o que o fez não se aproximar de partidos ou grupos políticos desde o período da graduação. Quatro dos entrevistados não relatam preferência político-partidária. A maioria dos assessores técnicos que manifestaram preferência política o fizeram em relação ao Partido dos Trabalhadores. Um dos entrevistados chegou a ocupar posições de destaque na direção deste partido político na década de 80. Esta preferência majoritária é vista como uma decorrência direta da própria delimitação definida para os sujeitos da investigação: engenheiros que estivessem trabalhando como assessores técnicos para organizações de trabalhadores com um perfil de atuação crítica.

O quadro apontado pelas descrições anteriores traz elementos para um modelo de trajetória para as funções de assessoria que começa em grande medida pela

ampliação de horizontes sócio-políticos durante o período de graduação, o que acabou por gerar reflexos no período posterior à formatura.

2.3.5. Formação após a graduação

Apenas 5 dos 19 entrevistados não relatam a realização de algum tipo de formação técnica após a conclusão do curso de engenharia.

Entre os demais o destaque deve ser dado ao curso de especialização em engenharia de segurança do trabalho que 5 entrevistados acabaram por realizar. Em 4 destes casos esta especialização se revelou um fator determinante na trajetória para as funções de assessoria, seja por ter aberto horizontes novos mais adequados ao perfil político e ideológico do entrevistado, seja porque abriu novas perspectivas profissionais, seja porque permitiu contatos profissionais com outros profissionais ou dirigentes sindicais de onde começaram a surgir demandas.

Oito assessores técnicos passaram por programas de pós graduação, com mestrado em engenharia de produção (5), agronomia, economia rural e geografia. Três deles já possuíam, no momento da entrevista, o título de doutor, os três em engenharia de produção.

Dois entrevistados passaram por cursos na área de ergonomia na França. Foram relatados cursos de especialização para a atuação sindical, temas ligados às mudanças no mundo do trabalho e na organização sindical na Itália em programas de treinamento viabilizados por convênios entre a Central Única dos Trabalhadores e centrais sindicais européias; uma especialização em economia rural, outra em desenvolvimento rural, realizada com apoio de organismos internacionais na área, e foi relatada uma especialização em saúde pública na Universidade de São Paulo.

Estas iniciativas de busca por maior capacitação técnica ou domínio de novas competências após a graduação, de forma geral, buscam resgatar ou superar as debilidades e necessidades sentidas durante o curso de engenharia e que foram descritas no ponto sobre insatisfações com a graduação. Este processo de capacitação realizado pelos assessores procura também responder aos desafios e demandas percebidas no trabalho para organizações de trabalhadores.

2.4. Transformações na base produtiva, no exercício profissional e na posição social dos engenheiros

Os pontos destacados nos itens anteriores, remetendo ao processo de formação e caracterização dos engenheiros que atuam em funções de assessoria revelam as bases de uma formação tradicional em engenharia. Não foram identificados eventos diferenciadores no processo de formação ou homogeneidade quanto à visão política. Destacam-se as insatisfações manifestadas quanto ao processo e conteúdo técnico da formação e à inadequação curricular, especialmente se relacionada à perspectiva política de orientação de seu trabalho para as necessidades e demandas das camadas subalternas da população. Estas relações apontam para uma necessária análise da formação em engenharia no país.

2.4.1. Histórico da Engenharia no Brasil e transformações na situação profissional dos engenheiros

Adotando uma perspectiva histórica para análise da constituição da categoria dos engenheiros no Brasil, Lili Kawamura³⁰ percebe a formação e atuação profissional em engenharia como associada ao desenvolvimento do sistema produtivo e orientada para uma função dirigente em atividade técnica. Na medida em que toda ação em sociedade pode ser demarcada por uma prática ideológica, o exercício profissional em engenharia traria como marca uma prática ideológica com implicações políticas correspondentes.

Para compreender a posição dos engenheiros na sociedade brasileira, a autora trabalha com o conceito de intelectual conforme apresentado por Antonio Gramsci³¹. A função intelectual não é compreendida como restrita aos limites de uma ação cultural geral, filosofia ou artes, que o autor qualifica como um papel intelectual tradicional. Em especial, se volta para o estudo do intelectual no mundo moderno, definido por uma base de educação técnica e relação estreita com o mundo do trabalho, mas atuando também em um âmbito superestrutural. A formação das diversas modalidades de

³⁰ KAWAMURA (1979), op. cit.

³¹ GRAMSCI (1979), op. cit.

trabalho intelectual estaria ainda, segundo Gramsci, vinculada de forma orgânica às classes sociais fundamentais que as criam. Ela seria definida pela execução de atividades específicas relativas ao lugar que ocupam e funções que desempenham no interior da sociedade.

No modo de produção da sociedade industrial, o engenheiro seria o intelectual orgânico por excelência da classe dominante, entendido como o organizador da função econômica e da coerção que a classe dominante exerce nos níveis econômico e ideológico. O estudo de Kawamura aponta para o fato de que, na sociedade pós industrial que ainda se pré anuncia, a função exercida pelos engenheiros vem perdendo relevância em relação ao papel desempenhado por profissionais formados para o mercado financeiro e mídia, funções econômicas e ideológicas que vêm ganhando importância crescente³².

Os integrantes da categoria profissional "engenheiros" passariam, durante seu processo de formação acadêmica, por um processo de internalização de conhecimentos técnico-científicos específicos ao mesmo tempo em que incorporam uma carga ideológica condizente com um exercício profissional adequado a uma atuação profissional no interior de uma formação capitalista como o Brasil. Kawamura realiza amplo levantamento sobre as transformações porque passou o Brasil do século XIX até o final da década de 70, buscando encontrar neste processo os fundamentos para as formas de inserção profissional efetivas dos engenheiros na produção econômica e social. A formação escolar, a atuação profissional dos engenheiros e sua decorrente posição na estrutura social, para Kawamura, são aspectos estreitamente vinculadas aos processos de incorporação e desenvolvimento de tecnologia e de produção industrial. Estes três aspectos da engenharia viriam sendo historicamente

³² LOUREIRO (1997) estuda a participação dos economistas como dirigentes políticos no Brasil. Para a autora o elemento distintivo que viabiliza e abre espaços para que um grupo de expoentes da categoria se torne um segmento das elites dirigentes do país é sua competência técnica, orientada por uma racionalidade técnica, atuando com respaldo dos dirigentes políticos. O trabalho examina o processo de fortalecimento da posição dos economistas como ator privilegiado na ação governamental, dando destaque à década de 60, quando com a instalação do regime militar, aliada à consolidação da formação acadêmica em economia através de cursos universitários com programas de pós graduação e à sua integração ao circuito científico internacional. A análise, ainda que com premissas diferentes, avalia as conclusões dos estudos de Kawamura quanto à perda progressiva de importância dos engenheiros como os intelectuais orgânicos das classes dirigentes na formação capitalista brasileira em função da ascensão sem paralelo do segmento financeiro no capitalismo monopolista.

impactados pelas transformações infra-estruturais na sociedade e economia brasileiras. Para realizar um percurso analítico e histórico abrangendo os aspectos apontados, a autora valeu-se de três periodizações de forma a produzir um quadro abrangente sobre o exercício da engenharia a partir de meados do século passado e fundamentar sua visão sobre a situação da categoria profissional dos engenheiros no final dos anos 70.

Como já foi relatado, este momento histórico é de grande relevância para as descrições e análises realizadas nesta dissertação. É nele que se concentra o período de formação para a maioria dos assessores técnicos entrevistados, o Brasil passa por um momento de reconstrução democrática e revitalização de movimentos sociais contestatórios, reivindicatórios e políticos e começam a se manifestar claramente os sinais de esgotamento do modelo fordista, paradigma do modo de produção industrial anterior, e a se insinuar os primeiros elementos do modo de produção com base microeletrônica e nas tecnologias da informação.

A seguir são sintetizadas as análises realizadas por Kawamura sobre os três níveis de análise identificados e para cada um dos três períodos históricos estudados.

No primeiro período, do século XIX até 1930, já teria se tornado significativa a atuação de engenheiros na base produtiva, agrário-exportadora, especialmente cafeeira. Nesta fase, o exercício profissional foi definido pelas oportunidades de trabalho abertas pela a construção de infra-estrutura em setores complementares à produção agro-exportadora como a expansão dos setores ferroviários, hidrelétricos, serviços públicos urbanos e edificações. Apesar da subordinação tecnológica determinada pelos materiais e equipamentos importados, a atuação dos engenheiros destinava-se quase que exclusivamente às funções de direção nos diversos empreendimentos, o que reforçava "uma posição profissional elitista e privilegiada já outorgada pela formação escolar".(KAWAMURA: 1979: 26) Os engenheiros atuavam tanto como profissionais liberais e autônomos, como proprietários de empresas ou mesmo assalariados com posição de mando no funcionalismo público ou empresas estrangeiras. A formação em engenharia foi descrita pela autora como um ensino de caráter genérico e teórico, além de elitista, com uma conformação curricular semelhante à de escolas americanas, alemãs e francesas de então, configurando uma adequação de competência profissional, além de buscar a construção de um perfil

ideológico funcional ao padrão tecnológico dos países centrais. A posição dos engenheiros na estrutura social foi definida como ambígua pela autora. Esta ambigüidade pode ser caracterizada por uma situação de dependência em relação a ideologia que viabilizava a dominação da oligarquia agrária exportadora no país mas já começava a entrar em conflito com interesses de caráter profissional, se é considerado que o exercício da engenharia estaria intimamente relacionado à mudança tecnológica e à conseqüente expansão urbano industrial. Desta forma, neste período os engenheiros estariam em uma posição "embrionária de intelectual orgânico da incipiente burguesia industrial local, como uma extensão do que já ocorria nas formações sociais industrializadas". (Kawamura: 1979: 104)

No segundo período delimitado, de 1930 até meados da década de 50, quando se acentua a industrialização, por substituição de importações para produção de bens de consumo, as oportunidades para a atuação profissional dos engenheiros são caracterizadas pela autora como passando a ser principalmente de tipo como assalariado em funções dirigentes, fruto da expansão havida nas obras públicas no país. A inserção se deu sobre a forma de contratação por organismos estatais mas também por empresas privadas e o "âmbito de trabalho dos engenheiros passou a constituir-se de atividades urbanas, sem, no entanto, incluir de forma significativa a produção industrial".(Kawamura: 1979: 28) O aparato de formação em engenharia foi caracterizado como um ensino de caráter teórico e especializado. As escolas de engenharia passaram por significativas mudanças no currículo e laboratórios no período, "delineando uma tendência à formação profissional pragmática, voltada para especializações ligadas à produção industrial, retirando o caráter enciclopédico do ensino no período anterior e levando para dentro das escolas parte dos aspectos práticos da formação profissional".(Kawamura: 1979: 73) Paralelamente, ocorriam mudanças do ponto de vista administrativo nas escolas apontando para uma maior padronização do ensino em engenharia e ampliando crescentemente o controle estatal. A posição na estrutura social dos engenheiros estaria demarcada por uma atuação no nível ideológico pela participação e controle do aparato de formação técnica composto por escolas de engenharia e instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem, Industrial, SENAI, e IDORT, Instituto de Organização racional do Trabalho. Esta nova situação resultou em um estreitamento das relações entre a

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e o Instituto de Engenharia, configurando um progressivo processo de identificação ideológica entre engenheiros e a burguesia industrial. Enquanto intelectuais orgânicos, os engenheiros favoreceram a inserção do país no contexto do capitalismo internacional através do exercício de seu papel na difusão e adaptação de elementos tecnológicos e ideológicos no processo de expansão e modernização da economia brasileira.

O período que vai do pós guerra até o final da década de 70, é caracterizado como de industrialização intensiva e uma crescente internacionalização do mercado interno brasileiro. Este processo de mudança provocou o deslocamento das oportunidades de trabalho em engenharia para o setor industrial, principalmente, e produção de energia, mas se mantendo em expansão também para a construção civil e obras públicas. De forma complementar, a maior valorização do "ensino técnico e especializado, da eficiência técnica, da tecnologia, da produção em escala e do consumo supérfluo e de massa, crescentemente incorporada na ideologia dominante, estenderam as oportunidades de trabalho em engenharia para o ensino e a pesquisa tecnológica".(Kawamura: 1979: 43) Dado que as atividades criadoras de tecnologia se concentram nos países centrais, restava a tarefa de adaptação para utilização e manutenção, revelando um caráter complementar ao trabalho de engenharia local. Manifesta-se nesse período estreita associação entre importação de tecnologia, intensificação do trabalho e mercado de trabalho para o engenheiro no interior de empresas e corporações complexas. Nestas organizações, o trabalho dos engenheiros passa a se integrar e a se tornar complementar ao de outras categorias, como economistas e administradores, e, na medida em que áreas como finanças, marketing ou vendas passam a exigir maior conhecimento tecnológico, o trabalho de engenheiros também se desloca para fora da área de produção. É neste contexto que Lili Kawamura propõe o conceito de bipolarização funcional. As oportunidades de trabalho para os engenheiros passam a se caracterizar como gerenciais por um lado, ou como técnicas, rotineiras ou operacionais por outro. "Essa tendência à bipolarização do exercício profissional vem tornando funcionalmente inadequada a formação tradicional do engenheiro, pois os cargos nos altos escalões passam a requerer uma capacitação gerencial, enquanto as funções subalternas exigem uma capacitação técnica operacional".(Kawamura: 1979: 44) As alterações realizadas no aparato de ensino de

engenharia, que se volta a uma formação pragmática, hierarquizada e parcelar, procurando sanar a inadequação levantada, terminam, na visão da autora, por introduzir ao nível da formação uma diferenciação hierárquica, colocando para uma parcela da categoria maiores restrições para satisfação no trabalho. Enquanto a parcela de engenheiros, atuando em funções dirigentes, no topo da hierarquia funcional nas empresas e em posição de mando, tende a se identificar com os interesses do capital, aqueles profissionais que vêm passando para situações de subordinação, para uma atuação rotineira, operativa e sem controle sobre o conjunto do processo de trabalho, vivem uma situação de mudança na sua posição na estrutura social, no sentido de sua proletarização.

2.4.2. A questão do Currículo

A partir das insatisfações manifestadas pelos entrevistados, algumas observações devem ser realizadas sobre a questão do currículo, enfatizando aspectos da análise apresentada sobre a formação em engenharia.

Estudando a conformação do currículo escolar, Tomaz Silva³³ formula uma síntese sobre a visão crítica para a educação escolar. Em que pese seu direcionamento para os problemas da educação básica, é necessário destacar que suas proposições mais gerais também podem ser tomadas como pontos de apoio para a reflexão sobre o ensino superior. Este é o sentido que pode ser percebido na problematização de temas como o conteúdo da educação escolar, o currículo explícito e o currículo oculto, o conhecimento oficialmente transmitido e as atitudes cultivadas, a ideologia subjacente e as virtudes ensinadas, apontando para uma crítica contundente à visão liberal predominante em educação. Em particular, devem ser destacadas, já que relacionadas ao tema desta dissertação de mestrado, algumas das conclusões levantadas:

a) percepção de um estreito relacionamento entre o processo de formulação, seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e os processos sociais mais amplos de acumulação e legitimação da sociedade capitalista. A discussão sobre este ponto parece referendar toda a análise histórica realizada por Kawamura (1979),

³³ SILVA, Tomaz. T. *O que Produz e Reproduz em Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

relacionada à constituição e transformações ocorridas nas escolas de engenharia e o processo de mudança do modelo sócio-econômico no país.

b) como decorrência da primeira asserção, uma percepção de que o que é aceito como sendo conhecimento escolar constitui uma seleção particular e arbitrária sobre um universo mais amplo de possibilidades. No trabalho de Kawamura (1979) verificou-se como o processo de subordinação tecnológica do país em relação aos países desenvolvidos conforma uma agenda de trabalho e atuação profissional em engenharia nos países periféricos, interligada aos interesses dominantes nas economias centrais. Pode ser encontrada neste ponto uma base de análise para ser verificado o quanto o que é definido como a formação e o exercício profissional em engenharia estaria descolado e distante das necessidades da imensa maioria da população.

c) apesar de importante, o currículo não é o responsável exclusivo pelo processo de reprodução social. Da mesma forma, nenhum currículo inovador poderá garantir a transformação social. No processo educativo o conhecimento é distribuído de forma desigual de acordo com as diferentes classes e grupos sociais. Daí também não ser adequado se pensar em se construir um currículo crítico, universal. Esta última conclusão, que enfatiza especialmente as práticas sociais e políticas como o campo em que podem ser geradas mudanças, é de especial importância para a percepção dos processos de requalificação da atuação profissional dos engenheiros e engenheiras entrevistados a partir de seu contato com as demandas dos trabalhadores organizados através do trabalho em assessoria.

Trabalhando com a perspectiva de que educação e diferenciação cultural, poder econômico e político, são elementos chaves para a compreensão dos resultados das disputas entre os setores dominantes na sociedade americana e os movimentos sociais, Michael Apple³⁴ utiliza a expressão "Política Oficial" como o resultado final dos acordos e compromissos em que este campo de disputa se materializa. Mas os compromissos não são firmados entre iguais no interior do jogo político-social. Os setores dominantes sempre estariam em melhores condições de impor suas posições, definir o que deve ser considerado como problemas ou necessidades sociais, e quais

³⁴ APPLE, Michael W. *Conhecimento Oficial - a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis: Vozes, 1997.

são as respostas apropriadas a elas. Desdobrando esta reflexão o autor analisa a influência dos livros textos e como se dão os processos de construção de legitimação, através de organismos governamentais, para o conhecimento produzido por grupos e setores particulares, especialmente aprofundando análises sobre as novas formas de envolvimento empresarial, privatização e criação de redes de comunicação à distância.

Segundo o autor, o "Conhecimento Oficial" é o resultado das disputas acerca do currículo, ensino e orientação política. O autor aponta que mesmo no interior dos acordos sob tutela da hegemonia dos setores mais conservadores na sociedade americana, ocorrem resultados contraditórios. Neste sentido Apple aponta perspectivas e possibilidades para a definição de novas bases, ainda que muito tênues, para que possa ser constituída uma postura democrática em educação e também em outros campos, redirecionando o conteúdo político do currículo.

Em uma sociedade em que cada vez mais o conhecimento e a informação tornam-se eles mesmos mercadorias e cujo controle significa poder e dominação, muito há ainda que estudar sobre este processo pelo qual o controle da reprodução do conhecimento técnico e científico reforça e modifica a dominação social. Esta percepção é agravada pelo caráter subordinado da inserção do Brasil no mundo capitalista, fato que leva aos engenheiros ainda a função de realizar a tradução³⁵ da linguagem técnica, das ferramentas tecnológicas e da agenda para o direcionamento do processo inovativo conforme definida nos países centrais e incorporada no Brasil.

2.4.3. Pontos de partida para uma mudança de perspectiva profissional

Com base na percepção de que a atuação profissional efetiva dos engenheiros, por sua formação técnica e ideológica, orienta-se para a expansão e reprodução da tecnologia e de suas condições de realização no processo de produção. Dadas as condições de inserção periférica do Brasil no cenário internacional, o trabalho dos engenheiros acaba por reforçar a situação de dependência tecnológica e por limitar as próprias oportunidades para um exercício profissional não subordinado. Esta prática profissional e social "acaba por reforçar a tendência à bipolarização da categoria, acentuando-se a proletarização, na medida em que possibilita reproduzir, de modo ampliado, as condições de generalização de atividades operativas, complementares e

subordinadas, em relação à tecnologia desenvolvida nos países centrais. Ao mesmo tempo em que se situa como intelectual orgânico das classes dominantes, contribuindo para a reprodução das relações de produção capitalista, contribui para reproduzir as condições da tendência à própria proletarização". (Kawamura: 1979: 131). Desta forma, o processo de diferenciação hierárquica e funcional vivenciada pelos engenheiros no período recente não modifica sua condição de intelectuais orgânicos das classes dominantes em seu conjunto.

Observando a situação brasileira, e também com base em estudos sobre o que vinha ocorrendo nos países capitalistas centrais, Kawamura (1979) afirma que este processo de proletarização e fragilização profissional de parcela significativa dos profissionais de engenharia tem sido a origem de movimentos reativos. Uma parte deles, fundados em interesses corporativos, buscam contestar a nova condição de subordinação a que se encontram sujeitos, mas não abre espaço à percepção e crítica do papel de intelectual orgânico das camadas dominantes exercido pelos engenheiros nem seu próprio papel de produtores e reprodutores das relações de dominação.

Em outra direção podem ser observados desdobramentos desta nova condição, em que parcela dos engenheiros, assim como outros profissionais de nível superior, mudam a perspectiva de sua atuação e passam a atuar ao lado de grupos sociais dos quais este processo de bipolarização funcional os teria aproximado. Sua atuação passa a ser voltada a uma estruturação técnica e ideológica das demandas das camadas subalternas da população. Esta modalidade de atuação profissional será analisada no Cap. 4 deste trabalho.

A classificação de Gramsci³⁵ para intelectuais tradicionais ou orgânicos é definida em relação à função específica que determinada camada de intelectuais representa para uma determinada classe fundamental. Assim, os intelectuais seriam considerados tradicionais ou orgânicos em relação a uma classe social específica, à

³⁵ Ver nota 27, p. 43.

³⁶ "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria o cientista da economia política, o organizador de uma nova, de um novo direito etc." GRAMSCI, 1979, p. 3, op. cit. Em seguida a esta afirmação, o autor discorre sobre como os intelectuais orgânicos que cada nova classe em ascensão cria para si podem representar especializações de funções anteriores.

classe trabalhadora, por exemplo, ou às classes dominantes, industrial ou financeira. Tomando como base essa concepção de Gramsci para a relação entre os intelectuais e as classes sociais fundamentais. Como aponta Kawamura (1979) os integrantes da categoria profissional dos engenheiros são os intelectuais orgânicos da burguesia industrial. Tendo em vista os desenvolvimentos sócio econômicos presentes e a mudança das funções e posição dos engenheiros na sociedade capitalista, estes intelectuais estariam perdendo a função de intelectuais orgânico por excelência das elites industriais, visto que esta classe fundamental, a que sua atuação está vinculada, vem progressivamente perdendo importância em relação às camadas das elites dominantes dos meios financeiros e de comunicação.

Por outro lado, na observação dos relatos dos engenheiros entrevistados não existem os elementos definidores da formação de nível superior e de posição na estrutura social, que permitam caracterizar estes profissionais que atuam em funções assessoria técnica a organizações de trabalhadores como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Dito de outra forma, a perda de função em um momento histórico em relação a uma determinada classe fundamental, não leva a que, ato contínuo, esta camada de intelectuais possa ser considerada orgânica de outra classe social, neste caso, da classe trabalhadora. Ao contrário, todo o aparato formativo, ideológico e sua posição na sociedade ainda está relacionada a sua posição anterior. Além disso é bastante duvidoso afirmar que as classes trabalhadores estejam em um momento de disputa de supremacia no interior da sociedade capitalista. Assim é possível afirmar, como o faz PIOTTE³⁷, que os intelectuais da burguesia industrial, a partir de um certa época historicamente determinada, passem a representar uma condição de intelectuais tradicionais em relação às classes trabalhadoras. Seria neste patamar que poderia ser observada a relação entre os assessores técnicos e os trabalhadores organizados. Por isto, seria adequado situar os profissionais de engenharia como intelectuais tradicionais do ponto de vista da classe trabalhadora, apesar da mudança de perspectiva de sua ação técnica e política. Este ponto é destacado no item 3.1, a seguir, quando são levantadas e descritas as motivações que levaram os profissionais entrevistados às funções de assessoria.

³⁷ PIOTTE, Jean-Marc, *El pensamiento político de Gramsci*, Barcelona: A. Redondo Ed., 1972, citado por Kawamura (1979: 99-100).

3. A mudança de perspectiva

A análise elaborada por Kawamura (1979), resenhada na seção anterior, pode apontar a situação vivenciada por uma parcela dos assessores técnicos entrevistados no período que vai de meados da década de 70 a meados da década de 80, quando a maioria passou pelo processo de formação de nível superior e iniciou sua atuação profissional efetiva. Neste quadro poderiam ser encontrados alguns dos elementos do processo de passagem de uma atuação profissional tradicional para as funções de assessoria em organizações de trabalhadores, ampliando o quadro de fatores favoráveis à mudança de perspectiva profissional, iniciado com a descrição da insatisfação com a formação, a atuação sócio política durante a graduação e a busca por novas competências após a conclusão do curso em engenharia.

Nesta seção são sintetizados os percursos de atuação profissional dos assessores desde o final da graduação até o início do trabalho para a organização de trabalhadores, são levantadas as especificidades que conformam este tipo de atuação e é problematizada a função de assessoria como um conjunto de competências genéricas de apoio aos dirigentes das organizações.

3.1. Trajetórias para as organizações de trabalhadores

3.1.1. Entrada no mercado de trabalho

O conjunto dos relatos obtidos permite afirmar que a maioria dos entrevistados não teve maiores problemas para a entrada no mercado de trabalho. No entanto, há que destacar que as três engenheiras entrevistadas relataram dificuldades para a entrada no mercado de trabalho de engenharia e que estas dificuldades as levaram a tomar decisões que prepararam o caminho para a assessoria. Duas delas decidiram cursar a especialização em engenharia de segurança no trabalho como opção por não verem perspectivas profissionais naquele momento. A terceira, engenheira agrônoma, passou a lecionar após a graduação e se decidiu por fazer um mestrado em economia

rural.

Quatorze entre os dezenove assessores não relataram problemas com trabalho após a formatura. Entre os demais, além dos problemas levantados acima e que remetem a questões de gênero, dois dos engenheiros também tiveram dificuldades para o primeiro emprego ou viveram situações de precariedade no trabalho. Um deles acabou por prestar concurso para o Ministério do Trabalho, passou a atuar como fiscal do trabalho e a seguir optou por fazer o curso de engenharia de segurança do trabalho. O outro, realizou de pronto o curso de engenharia de segurança do trabalho, em período noturno, o que lhe abriu, segundo seu relato, novas perspectivas profissionais.

Dois dos entrevistados tiveram problemas somente após a graduação, já como profissionais, um deles atuando para organismo estatal, tendo sido perseguido e demitido por atuação em apoio aos movimentos. O segundo, atuando em empresa privada, sendo demitido por atuação sindical, o que, segundo seu relato, o colocou definitivamente no trabalho no sindicato dos engenheiros.

Em que pese a possibilidade de fatores conjunturais, como a recessão do início dos anos 80, que pode ter restringido as oportunidades de emprego nas funções tradicionais, o fato a ser destacado é que a maioria dos engenheiros que passaram a atuar como assessores de organizações de trabalhadores não fizeram esta escolha profissional por falta de opção no mercado de trabalho tradicional em engenharia.

3.1.2. Modalidades de atuação profissional até a definição pela assessoria

O percurso de atuação profissional dos engenheiros anterior ao trabalho em assessoria se revelou muito heterogêneo. Seis entre os 19 entrevistados tiveram atuação em organismos do Estado como as Secretarias Estaduais de Agricultura do Paraná e São Paulo, Ministérios da Agricultura, na EMATER, e do Trabalho, na Delegacia Regional de São Paulo e Fundacentro, e no IPT e Paulipetro em São Paulo.

Nestes órgãos do Estado o trabalho consistiu em trabalho em extensão rural, apoio a assentamentos, cooperativas de produção e populações atingidas por grandes obras, como por exemplo o complexo de Carajás ou as barragens de Itaipu ou Sobradinho, e revisão de políticas fundiárias; assessoria técnica a pequenos

produtores rurais; fiscalização do trabalho no setor industrial; estudos e pesquisas ligadas às condições e ambientes de trabalho; e pesquisa de materiais e cimentação de poços de petróleo.

Outros dois tiveram atuação apenas em empresas privadas: Itaotec, na área de desenvolvimento de sistemas; Toyobo, indústria têxtil, e Engesa, indústria de material bélico, no setor de produção.

Cinco engenheiros tiveram atuação em empresas privadas e órgãos estatais. Em síntese, estas atuações foram: estágios em empresas agropecuárias durante um ano até ir para o Estado do Acre trabalhar no Laboratório de Tecnológico de Madeiras, ligado à Secretaria da Indústria e do Comércio; engenharia de segurança na Volkswagen e trabalho como pesquisador na Fundacentro; atuação como engenheiro de produção e assessoria ao Ministério da Educação na área de ensino superior e à reitoria de Universidades Federais; participação em um grupo de pesquisa interdisciplinar e saúde ocupacional na Unicamp, Secretaria de Saúde de Campinas, engenheiro de segurança da empresa Johnson & Johnson e trabalho na Fundacentro; trabalho como técnico de avaliação ambiental na Fundacentro, engenheiro de segurança na SA White Martins, Braseixos, retorno à Fundacentro e Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo.

Dois entrevistados trabalharam em uma empresa metalúrgica durante todo o período da graduação e nela continuaram após a formatura. Um deles, alguns anos mais tarde, seria eleito dirigente sindical e o outro seria demitido e viria a atuar em empresas públicas e privadas, antes de fazer o curso de engenharia de segurança no trabalho e passar a atuar como assessor.

Quatro dos entrevistados relataram haver passado da graduação diretamente à assessoria. Nos quatro casos, os fatores determinantes deste percurso foram os contatos havidos durante a graduação com organizações de trabalhadores, devido à atuação no movimento estudantil, ao caráter do trabalho de conclusão do curso ou apoio à Comissão Pastoral da Terra.

Apesar da heterogeneidade revelada nas modalidades de trabalho realizado após a graduação, apenas três dos engenheiros informaram modalidade de atuação profissional cujas características não exerceram influência sobre os desdobramentos

posteriores para o trabalho junto a organizações de trabalhadores: os dois que atuaram exclusivamente em empresas privadas e a engenheira que trabalhou no IPT e Paulipetro. Desta afirmação estão excluídos os 4 engenheiros que passaram da graduação diretamente para o trabalho de assessoria.

Esta constatação sobre uma relação mais direta entre os movimentos sociais e estudantes de engenharia ou recém formados remete a uma indicação sobre a importância destas oportunidades de contato mais estreito para que possam ser ampliadas as possibilidades de um maior número de profissionais de nível superior se tornarem dispostos a atuar profissionalmente para organizações de trabalhadores. A nova perspectiva dependeria do aparato de ensino em engenharia abrir estes espaços, mas também, e principalmente, que as organizações de trabalhadores busquem este tipo de abertura de possibilidades.

3.1.3. Principal influência que levou às atividades de assessoria

Entre os fatores que levaram os profissionais às atividades de assessoria devem ser realçados os relatos da maioria dos engenheiros que, de forma geral, abordam a existência de uma base de visão crítica sobre a sociedade, uma sensibilidade para as demandas das camadas subalternas da população e perspectiva de atuação sócio política. Além deste, foram apresentados outros fatores ou motivações como principais influências para a passagem à assessoria, conforme sintetizado no quadro a seguir.

Este quadro geral das principais influências que levaram os engenheiros às funções de assessoria não apresenta nenhum relato de caráter técnico. Não houve relatos que apontavam diretamente para o interesse em atuar como assessor com o intuito de realizar pesquisa de caráter acadêmico, desenvolver os conhecimentos técnicos obtidos na graduação, pós graduação, especializações ou mesmo na atuação profissional. Como poderá ser visto mais à frente, no entanto, este aprimoramento técnico surge como necessidade para o desempenho das funções de assessoria e para o atendimento das demandas dos trabalhadores.

No Quadro 06, a seguir, são sintetizados os principais fatores relatados e que

levaram às atividades de assessoria.

Quadro 06: Principais influências que levaram às funções de assessoria

-
- (a) trajetória de trabalho anterior de apoio a movimentos que em determinado momento resultou em passagem à assessoria
-
- (b) trabalho em organismos do Estado, onde passou a ter contato com as demandas e problemas dos trabalhadores organizados
-
- (c) estímulos associados ao ambiente de redemocratização e surgimento de novos movimentos sociais no Brasil no período que vai de 78 a 88.
-
- (d) realização de um curso de especialização, como por exemplo engenharia de segurança no trabalho, após a graduação
-
- (e) contatos com amigos que já tinham algum envolvimento sócio político ou profissional com os movimentos
-
- (f) contatos originados durante o período da graduação por atuação no movimento estudantil ou igreja católica;
-
- (g) contato com professores e profissionais críticos já durante a graduação
-
- (h) trabalho realizado durante a graduação que permitiu primeiros contatos
-

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Um relato em sentido contrário, no entanto, pode ser considerado importante e acrescentado a esta seção. Embora diferenciado em relação às demais falas dos entrevistados, esta narrativa propiciou uma reflexão sobre os motivos que não levam um maior número de profissionais a procurar constituir carreira profissional em assessoria ou aponta para influências contrárias à aproximação dos engenheiros com organizações de trabalhadores, em especial às organizações sindicais. Um trecho do relato em questão é reproduzido a seguir.

“... a engenharia não discute necessariamente a produção. O máximo que se discute é a gestão da produção e o resultado econômico da produção e algum projeto para chegar no tal do resultado econômico. A produção em si ela acaba não discutindo porque é um negócio meio mal visto na sociedade. Isto daí passa pela formação do engenheiro mas basicamente pela sociedade. Acho que este seja o maior

impedimento para que outros engenheiros que venham a trabalhar com o sindicato.”

Esta visão levanta o problema de uma possível perda de *status* social do profissional de nível superior que se dispõe a trabalhar diretamente na produção, o que seria agravado se o trabalho se voltasse para organizações de trabalhadores, e seria um impedimento para que estes venham a construir uma carreira profissional nesta direção. Mas a fala remete também a uma discussão profunda de ordem sociológica sobre como a sociedade percebe o trabalho, a produção na fábrica, a dureza do trabalho no campo, o barulho de máquinas funcionando, os resíduos etc. Nesta escala de valores e também na visão do assessor entrevistado, a sociedade atribuiria menor valor a quem atua diretamente na produção. É um ponto a ser melhor aprofundado em outros estudos onde poderiam ser analisadas também as condições estruturais e culturais do conjunto do aparelho sindical e organizativo popular, especialmente infra-estrutura financeira, mas também de garantir espaço à atuação técnica no interior do sindicato e ao fato de as direções das organizações de trabalhadores serem capazes de aproveitar todo o potencial que é ter um engenheiro atuando como assessor em sua entidade, temas que serão abordados à frente.

3.1.4. Onde se inicia a trajetória

O momento em que é considerada como iniciada uma trajetória às funções de assessoria, e que se procura identificar a seguir, é aquele em que, fruto de influências e contatos, o profissional de engenharia começa a atuar para alguma organização de trabalhadores, ainda que não profissionalmente, paralelamente ao trabalho em organismos do Estado, de forma voluntária ou mesmo como militância sócio política. Neste momento, onde se inicia esta mudança nas características de sua atuação profissional, a passagem de um emprego em empresa privada ou no Estado para o trabalho de assessoria está ligado às influências recebidas e definirá a forma de trabalho na nova atuação, o local onde se dará e a visão sobre o papel do assessor que o profissional seguirá.

O principal aspecto revelado pelos relatos foi o papel importante que o trabalho realizado por alguns organismos governamentais tiveram no processo de abertura de

horizontes e novas perspectivas para um trabalho diferenciado. Este fato sugere interessante reflexão, a ser aprofundada, sobre o papel que alguns segmentos no Estado ainda mantém em relação ao conjunto da população e a seus setores organizados e também sobre os variados graus de autonomia no trabalho cotidiano que estes profissionais, enquanto técnicos do Estado, podem vir a desempenhar. Esta constatação remete à questão da bipolarização funcional no trabalho dos engenheiros no interior de organizações complexas, como é o caso do aparato governamental. Neste caso, não como busca de reversão do processo de subordinação e proletarianização profissional dos engenheiros, mas como ruptura e radicalização de sua atuação a partir da percepção de uma situação sócio econômica e da existência de interesses semelhante aos dos trabalhadores.

Para 11 dos 19 assessores entrevistados, o ponto em que se inicia a passagem às funções de assessoria ocorre durante o trabalho como técnico em algum organismo estatal. A seguir, são reproduzidos trechos de entrevistas, escolhidos por representarem e ilustrarem o que foi relatado em relação a esta postura profissional fundada em uma linha de trabalho a serviço dos interesses das camadas subalternas da população a partir de uma posição no interior de organismos do Estado.

“... toda essa convivência foi importante. De repente já estava dentro do sindicato. O que fazia na DRT passei a fazer dentro do sindicato, utilizava os equipamentos do sindicato, tendo condições melhores do que as que tinha na DRT. Daí pouco tempo passei à condição de assessora.”

“Um latifundiário, por exemplo, que estava em área de reserva extrativista e em litígio, área que os seringueiros haviam definido como prioritária para a criação de reserva extrativista, solicita um levantamento para poder implantar um projeto de exploração madeireira. Os técnicos, com muita habilidade, desviavam a proposta, ganhavam tempo e acabavam no final não realizando. Tentavam priorizar seu tempo para atender às demandas que vinham a pedido do movimento, de maneira não oficial ou da rede de amizades. Em situações de enfrentamento houve casos da instituição ceder tentando, por exemplo, culpar o movimento pelo desmatamento e as devastações,

mas os técnicos não. O enfrentamento entre os técnicos e a direção da instituição terminavam por não serem muito grandes pois não haviam outros técnicos a quem recorrer.”

“Todos os que se aproximaram para o trabalho junto aos movimentos já estavam trabalhando na estrutura do governo. De início este fato já provocava, da parte do movimento, um preconceito muito grande. Aqueles que são do governo e aqueles que são não governamentais. Fora do governo existem pouquíssimos profissionais ligados ao movimento.”

A partir dos relatos obtidos, destaque deve ser dado à Fundacentro, especialmente o curso de engenharia de segurança do trabalho oferecido pela instituição, e a órgãos federais, como o trabalho de fiscalização do Ministério do Trabalho e a extensão rural na EMATER e secretarias estaduais que atuam na área da agricultura e em apoio a assentamentos rurais. Nestes locais pode ser verificada a origem dos processos de envolvimento e início da atuação profissional em direção às funções de assessoria.

Apesar deste enfoque, que realça positivamente o trabalho no Estado a partir de um posicionamento político a favor dos trabalhadores, deve ser registrado que em vários momentos das entrevistas aparecem também, com força, falas que enfatizam insatisfações e problemas relacionados ao trabalho no órgão público. Estas insatisfações basicamente se referem ao caráter burocrático do trabalho no organismo estatal, a cumplicidade de muitos dos técnicos com as empresas ou com interesses contrários aos dos trabalhadores, as injustiças, como fatores que também vieram a influenciar este deslocamento de engenheiros para o apoio às organizações de trabalhadores, primeiro a partir de dentro do órgão público, e mais tarde diretamente a serviço delas.

Já nos casos em que o trabalho de assessoria se instaura por iniciativa de uma organização de trabalhadores, deve ser destacada a atuação do DIEESE, que por política da instituição abriu espaço de trabalho a 3 dos engenheiros entrevistados, dois deles logo após a formatura e um terceiro, que foi convidado pelo órgão de assessoria

sindical, quando trabalhava em uma empresa privada. Na mesma linha, atuou em 2 casos o MST, convidando profissionais às funções de assessoria logo após sua formatura. Nestes casos foi verificado que o processo se iniciou a partir de contatos e posicionamento político ideológico dos engenheiros já durante a graduação.

Em outros dois casos os engenheiros foram procurados diretamente por um sindicato urbano, sem que estivessem atuando em algum organismo estatal ou outra entidade de assessoria. O entrevistado restante militava em seu sindicato de categoria, realizou trabalho escolar na entidade durante a graduação e aprofundou sua atuação após obter o título de engenheiro.

3.1.5. Quando se inicia a atuação em assessoria

O quadro abaixo procura situar em uma linha do tempo o momento em que os engenheiros afirmaram haver iniciado sua atuação como assessores. Os números indicam quantos engenheiros passaram a atuar para organizações de trabalhadores em cada ano.

Quadro 07: Ano de início dos trabalhos em assessoria

Ano de início dos trabalhos em assessoria															
Ano	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91
Nº	-	1	3	1	1	-	3	2	2	1	2	2	-	-	1

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Como pode ser observado, o início das atividades dos assessores apresenta conexão com o período que vai da virada dos anos 70 para 80, com as greves do ABC, o ressurgimento de toda uma movimentação, criação da CUT, MST, criação de departamentos na CUT em que se abre espaço a uma atuação técnica profissional para engenheiros, o mesmo espaço que se abre no DIEESE, onde anteriormente só poderiam ser encontrados economistas, sociólogos e historiadores.

A superposição deste quadro sobre o ano de conclusão da graduação,

conforme anteriormente apresentado no Quadro 03, indica o período decorrido entre a formatura e o início das atividades de assessoria. Interessante notar que os engenheiros que se formam a partir de 1978, em meio ao processo de surgimento dos novos movimentos sociais e sindical o período entre a formatura e a assessoria se revela bem inferior aos engenheiros(as) que se formam até 1975, ainda durante o período duro do regime militar.

Este exercício é realizado no quadro a seguir.

Quadro 08: Ano de conclusão do curso e início da assessoria

Ano [conclusão do curso (C) - início da assessoria (A)]	
(*)	71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91
(a)	C
(b)	C
(c)	C
(d)	C
(e)	C
(f)	C
(g)	C
(h)	C
(i)	C
(j)	C
(k)	C
(l)	C
(m)	C
(n)	C
(o)	C
(p)	C
(q)	C
(r)	C
(s)	C

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

(*) Nota: A coluna da esquerda representa os entrevistados, colocados em ordem definida pelo ano de conclusão da formação em engenharia.

Dadas as informações obtidas nas perguntas referentes à trajetória e ao início do processo de passagem à assessoria verifica-se um curto período decorrido entre a conclusão do curso de graduação e o início das atividades de assessoria. Como pode ser constatado no quadro acima, este intervalo é inferior a três anos para 13 dos 19 entrevistados. Em síntese, 5 entrevistados levaram menos de 1 ano para passar a

atuar em assessoria a alguma organização de trabalhadores; 8 entrevistados relataram intervalos entre 1 e 3 anos; 4 entrevistados relataram intervalos entre 4 e 9 anos; e apenas 2 dos entrevistados passaram por um período de atuação profissional superior a 10 anos até o início de sua atuação em assessoria. Pode ser observado também que o intervalo entre a conclusão da graduação e o início da assessoria se mostrou sensivelmente maior para os engenheiros formados até 1975 e bastante reduzido a partir de 1978.

As influências determinantes no processo de passagem ocorrem após a formatura. É o que pôde ser encontrado em 11 das 19 entrevistas. Seis dos entrevistados situam o momento de início da mudança durante o curso de graduação, inclusive porque 4 deles foram direto da formatura à assessoria. Apenas 2 dos assessores localizaram no período anterior ao curso de engenharia as influências que os levariam a atuar como assessores para organizações de trabalhadores.

Esta conclusão pode ser considerada surpreendente, pois esperava-se encontrar a origem do processo majoritariamente no período da graduação em virtude da militância estudantil, social ou político-partidária. Esta expectativa estava baseada já na opção por trabalhar com engenheiros que estivessem naquele momento atuando para organizações críticas, usualmente identificadas próximas ao campo político de esquerda, com características originadas nos ideários e práticas de atuação socialista. Dada esta escolha esperava-se encontrar engenheiros que apresentassem um perfil semelhante aos de militantes de esquerda que teria se consolidado antes ou durante a graduação.

3.1.6. Intelectuais e atuação para os trabalhadores

Para muitos engenheiros o processo de construção de uma visão crítica sobre o funcionamento da sociedade, as injustiças e a exploração, o caráter de sua profissão e o papel que os engenheiros ocupam nestes processo de *“levar o trabalhador a fazer alguma coisa”*, na fala de um dos entrevistados, ocorreu em período de tempo relativamente curto, inferior ao próprio período de formação superior, e se deu a partir do contato com o mundo do trabalho. Deve ser ressaltado que, para a maioria dos entrevistados, estabelecer relações com os trabalhadores foi o fator determinante do

processo, o que avaliza em outras bases o estudo realizado por Merisse³⁸ sobre os processos de construção de consciência crítica a partir das participações em movimentos sociais. Por isso, as modalidades agronomia e produção, majoritárias entre os entrevistados, podem ser relacionadas ao caráter de vanguarda e ao momento de ampla atuação, quando das entrevistas, vividos tanto pelas organizações de pequenos agricultores, cooperativas rurais de produção e movimentos de trabalhadores rurais sem terra, como pelo papel de sindicalismo de ponta assumido pelos sindicatos de metalúrgicos e cutistas. Esta posição de organizações de trabalhadores mais avançadas pode ser apontada como origem de uma percepção da necessidade de se contar com quadros técnicos permanentes de forma a ampliar as possibilidades de atuação dos trabalhadores organizados. Aí poderia ser encontrada uma das origens para a criação de assessorias técnicas profissionalizadas.

Mas esta possibilidade pode ser analisada também sob o ponto de vista do potencial de ação que as organizações de trabalhadores mais ativas podem imprimir ao processo de profissionalização ou inserção profissional tradicional existente no país. Analisando a relação entre conhecimento e ação sindical, cooperação entre profissionais técnicos e trabalhadores, Miguel Chaia³⁹, em seu trabalho de doutoramento, desenvolve amplo estudo sobre o processo de criação e consolidação do DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos. O autor se refere a esta entidade, criada por organizações de trabalhadores na década de 50, como a principal organização construída pelo movimento sindical brasileiro para a produção de dados técnicos e informação para subsidiar a ação sindical. Esta construção é definida como o resultado da ação das forças atuantes do meio sindical mais avançado e identificada como uma ação organizativa no sentido da resistência no contexto da luta de classes no Brasil. *“Adequando meios a fins, sindicalistas e intelectuais procuram incorporar áreas das ciências humanas e da técnica de pesquisa ao movimento sindical. Seja para galgar posições na burocracia sindical, seja para prestar serviços ao avanço da classe trabalhadora e até para assumir novas posições políticas, sindicalistas e intelectuais irão buscar apoio em indicadores objetivos das condições de vida, visando institucionalizar as relações de trabalho em níveis*

³⁸ MERISSE, 1987, op. cit.

³⁹ CHAIA, 1992, op. cit.

apropriados aos patamares de organização e ação alcançados por empregadores e pelo Estado.” (CHAIA: 1992: 15)

Este processo de aproximação entre trabalhadores e profissionais técnicos é abordado pelo autor a partir de duas vertentes: a primeira diz respeito ao aprendizado dos trabalhadores na luta sindical que permite que suas organizações venham a constituir capacidade de constituir uma entidade que venha a auxiliá-los com orientação técnica; a segunda relativa ao comprometimento profissional e político destes profissionais, quando realizam na prática uma intermediação direta entre ciência e classe, utilizando pressupostos da reflexão e produção científica para apoiar a ação política, produzindo conhecimento técnico como suporte para a ação dos trabalhadores organizados.

Na fase de procura de engenheiros atuando em assessoria a organizações de trabalhadores, para a realização deste trabalho, foram localizados profissionais atuando pelo DIEESE. O autor descreve os profissionais do DIEESE como intelectuais com formação universitária, de base humanista, principalmente economistas e sociólogos, com experiência política junto a partidos ou grupos políticos de esquerda, com projetos abrangentes para a classe trabalhadora, visão crítica da sociedade brasileira e que se recusam a aceitar uma ruptura entre ciência e política. Estes profissionais atuam instrumentalizando o saber, construindo simultaneamente feições profissionais e políticas e constituindo uma atuação profissional baseada em objetivos definidos por eles próprios, refletindo teoricamente e interpretando a realidade segundo suas capacidades intelectuais e compartilhando de objetivos institucionais, assessorando como profissionais as lideranças sindicais. As relações de poder vivenciadas pelos assessores são analisadas com base no conceito de que o poder dos técnicos é originado de seu saber e em sua capacidade de produzir conhecimento, enquanto que o poder dos dirigentes sindicais advém dos mecanismos das lutas e relações de força e também da burocracia sindical. *“Ambos os grupos agem por meio de complexas representações de classe trabalhadora, de projeto político e de participação social e, motivados por intenções individuais e pelo avanço do movimento entregam-se à ação e produção de conhecimento como forma de contribuição às lutas dos trabalhadores”.* (Chaia: 1992: 17)

Este perfil de posicionamento identificado para a atuação profissional técnica em assessoria, é representativo dos engenheiros e engenheiras entrevistados, embora do total de 19 profissionais entrevistados, apenas 3 tenham revelado passagem ou trabalhavam em assessoria a partir do DIEESE.

O que deve ser destacado é que os engenheiros, enquanto análise do processo histórico de constituição da profissão e de uma prática profissional, possam ser considerados como os intelectuais orgânicos típicos da burguesia industrial ascendente, como destaca Kawamura, mas os profissionais de engenharia entrevistados e que prestam assessoria técnica para organizações de trabalhadores não podem ser considerados intelectuais orgânicos desta classe fundamental. Sua atuação seria muito mais próxima ao papel exercido por intelectuais tradicionais engajados por considerações de natureza político-ideológica.

Nesta linha, como enfatiza Chaia⁴⁰ ao analisar a definição profissional dos técnicos que atuam no Dieese, os profissionais de engenharia entrevistados seriam intelectuais mais próximos às formulações de Weber, *como cientistas que se movem por sua vocação científica e política, entregando-se apaixonadamente às suas atividades*, ou na tradição baseada em Sartre, *que compreende os intelectuais como indivíduos de saber, críticos, engajados politicamente e que buscam a transformação da sociedade*, do que propriamente as de Gramsci ou Lukács⁴¹, como os produtores diretos da esfera ideológica, distanciados da produção material e criadores de uma massa de trabalhadores intelectuais, entre eles os técnicos e engenheiros, que atuariam segundo os interesses de uma classe fundamental.

Foucault⁴² analisa o papel do intelectual a partir de duas tipologias: (a) o Intelectual universal, que derivou do homem da justiça, homem da lei, com um papel de representar a consciência de todos; (b) o Intelectual específico, que se desenvolveu a partir da 2ª Guerra e deriva do cientista-perito, começando a se configurar com Darwin. Neste caso, teria se estabelecido um novo modo de ligação entre teoria e prática, onde os intelectuais passaram a trabalhar não no “universal”, no “exemplar”, no “justo-e-verdadeiro-para-todos”, mas em setores determinados, em pontos precisos

⁴⁰ CHAIA: 1992: 17, op. cit.

⁴¹ LÖWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. SP: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.

⁴² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Graal, 1989. 8ª ed.

e situados, seja por suas condições de trabalho, seja por suas condições de vida (a moradia, o hospital, o asilo, o laboratório, a universidade, as relações familiares ou sexuais). Com isto teriam ganho uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas. E certamente encontraram problemas que eram específicos, “não universais”, muitas vezes diferentes daqueles do proletariado. O autor afirma que este fato fez com que os intelectuais tenham se aproximado das massas trabalhadoras por duas razões: porque estes problemas se referiam a lutas reais, materiais e cotidianas; e porque encontravam com freqüência, mas em outra forma, o mesmo adversário do proletariado, do campesinato ou das massas - as multinacionais, o aparelho jurídico e policial, especulação imobiliária, etc.

Segundo o autor, o intelectual é alguém que ocupa uma posição específica, e tem tripla especificidade:

- 1- especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual “orgânico” do proletariado);
- 2- especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital, etc.); e
- 3- especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas - um combate em “torno da verdade” (por verdade o autor quer dizer: “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos do poder”). (FOUCAULT: 1989: 13)

Para o autor, o problema político essencial para o intelectual não seria criticar ou teorizar sobre os conteúdos ideológicos que estariam ligados à atividade científica ou saber se sua prática científica esteja acompanhada por uma ideologia justa, mas tornar possível a constituição de uma nova política da verdade, através da mudança do regime institucional de sua produção. Esta formulação permite uma percepção dos assessores técnicos como homens e mulheres de ação, intelectuais em ação, que se conectam ao mundo da produção material através do trabalho a organizações de trabalhadores. Cumprindo o percurso apontado por Foucault, os assessores entrevistados estariam atendendo aos interesses e necessidades dos trabalhadores organizados em um momento histórico determinado, do final da década de 70 a

meados dos 90, quando se percebe a mudança do modo de produção e as organizações de trabalhadores, primeiramente as de caráter sindical, se sentem ameaçadas e passam a construir uma postura de ação mais ativa e não apenas defensiva. Esta questão é destacada na próxima seção.

3.2. Descrição do trabalho dos assessores

3.2.1. Tipo de organização a que os entrevistados prestam serviço

Na Relação dos Profissionais Entrevistados, Anexo A, foram listados os 24 engenheiros localizados e entrevistados. Nos Procedimentos para a Investigação foi relatado que, em função de inadequação de algumas entrevistas à delimitação definida para os sujeitos da investigação, seriam analisadas 19 das 24 entrevistas. A lista de organizações, apresentada a seguir, se refere às 19 entrevistas efetivamente analisadas. As siglas, são as mesmas listadas na Apresentação deste trabalho e no Anexo A.

Quadro 09: Organizações a que os entrevistados prestam serviço

Nome da Organização	Nº de Entrevistados
Direção Nacional da CUT ou a seus departamentos, FASE e INST	4
sindicatos urbanos ligados à CUT	5
DIEESE em assessoria a sindicatos ligados à CUT	2
DESER em assessoria a cooperativas e sindicatos de pequenos agricultores	2
assessoria ao MST e CONCRAB	3
sindicatos de petroleiros e entidades ambientalistas	1
sindicatos de trabalhadores rurais e ONGs que atuam com produção rural	1
Conselho Nacional dos Seringueiros, CIMI, e CPT através do Centro dos Trabalhadores da Amazônia	1

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

No momento da entrevista, 13 dos 19 entrevistados tinham o trabalho como assessor como a única ocupação remunerada. , embora seja presente a atuação como

docentes em cursos específicos, como é o caso dos cursos noturnos de engenharia de segurança do trabalho. Outros 4, além da assessoria, são também professores de universidades públicas, COPPE/UFRJ, PUC/RJ, POLI/USP e Mecânica/Unicamp. Dois dos entrevistados são funcionários do Ministério do Trabalho, atuando como fiscais do trabalho na Delegacia Regional de São Paulo.

Este quadro revela um grau elevado de profissionalização, que é avaliado nos relatos como adequado às necessidades crescentes de autonomia e capacidade de ação das organizações de trabalhadores e que surge como resposta ao contexto de mudanças estruturais presentes no mundo do trabalho e das relações produtivas e à organização profissional dos sindicatos patronais e do aparato governamental com os quais as organizações de trabalhadores negociam e se enfrentam cotidianamente. Este fator revela também uma característica de maturidade nestas organizações que se valem dos serviços de assessores técnicos profissionalizados, resultado de muitos anos de atuação após a retomada dos movimentos sociais no Brasil da segunda metade dos anos 70.

3.2.2. Caracterização da origem e situação presente dos movimentos sociais

Descrevendo o contexto no qual emergem os novos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn⁴³ afirma que estes movimentos podem ser definidos de duas formas: por um conjunto de necessidades, percebidas enquanto tal por uma classe ou segmento de classe social; ou determinados no plano político pela luta de classes, como oposição de interesses.

Procurando elaborar um marco analítico para o estudo dos movimentos sociais urbanos, a autora elabora uma categorização para os movimentos sociais básicos, que é reproduzida a seguir.

- 1) Movimentos originados da produção, em que se destacam as organizações sindicais.
- 2) Movimentos que emergem de lutas pela posse da terra e produção agrária.
- 3) Movimentos com origem no contexto político partidário.

⁴³ GOHN, Maria da G. *A Força da Periferia*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- 4) Movimentos com base em crenças e religiões.
- 5) Movimentos sociais estruturados a partir de lutas de categorias específicas, como o movimento feminista, de defesa dos índios ou estudantil.
- 6) Movimentos organizados sobre bandeiras sociais abrangentes como defesa do meio ambiente, luta pela democracia ou contra o desemprego.
- 7) Movimentos sociais urbanos, abrangendo reivindicações sobre bens e equipamentos. (GOHN: 1985: 49)

A delimitação realizada pela autora procura diferenciar as diversas modalidades e especificidades da movimentação social organizada de forma a permitir as análises voltadas aos movimentos sociais. Na visão da autora, os itens 5, 6 e 7 de sua classificação configuram os movimentos sociais urbanos. Esta categorização foi realizada a partir de estudos focados sobre o processo de transformações sócio-políticas ocorridas em meio à fase de transição da ordem autoritária para um ordenamento democrático no Brasil, no final da década de 70 e início dos anos 80, momento de ampliação da movimentação social e reivindicatória.

A delimitação realizada para esta dissertação de mestrado aponta para as categorias definidas nos itens 1 e 2 acima, especificamente, percebendo as lutas por saúde e segurança no trabalho como integrantes dos movimentos com origem no processo produtivo. Três dos assessores, porém, também revelam atuação profissional para organizações estruturadas em torno de bandeiras de lutas gerais, típicas do item 6, como preservação ambiental, extrativismo ou impacto ambientais de grandes obras como barragens.

Com estudos voltados à modalidade de movimentos sociais relacionados diretamente à produção, Ricardo Antunes⁴⁴ afirma que a retomada dos movimentos sociais relacionados à produção tem como marco a constituição do chamado Novo Sindicalismo, que tem suas origens na greve realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1973. Neste momento, este sindicato adota uma postura e um discurso inovador e de crítica social e cumpriu o papel de porta voz de um segmento expressivo da moderna classe operária brasileira que liderava o “milagre

econômico": os trabalhadores das grandes empresas automobilísticas. Este período é antecedido pela repressão e intervenção do Estado em decorrência do Golpe de 1964. "Depois dos anos sob a ditadura militar, o movimento sindical e grevista recolocou a classe trabalhadora na cena social e política do país. O ressurgimento do movimento grevista no Brasil pós-78 teve como causalidade essencial, como elemento fundante, a luta contra a intensidade da exploração do trabalho, que particulariza o capitalismo brasileiro." (ANTUNES: 1991: 140) Este quadro permitiu que se desenvolvessem duas tendências, extremamente significativas: os sindicatos se colocando à frente na confrontação política com a ditadura militar e posteriormente com a Nova República; e uma mudança qualitativa na luta sindical, que acabou por provocar uma acentuação do fenômeno da ideologização do próprio movimento social brasileiro.

Com esta nova forma de atuação sindical e social aflorou um conjunto de fenômenos de mobilização⁴⁵: ressurgimento intenso de greves, penetração no universo sindical de trabalhadores assalariados intermediários e da área de serviços, criação das Centrais Sindicais, organização nos locais de trabalho, incremento do sindicalismo rural articulado com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical devido à Constituição de 1988.

ALMEIDA⁴⁶ sintetiza as principais características do Novo Sindicalismo, como sendo uma oposição à política governamental de reajustes anuais de salários; a proposta de negociação coletiva entre sindicatos e empresas; a defesa do direito irrestrito de greve e do princípio de liberdade e autonomia sindicais; a busca de criação de organizações sindicais nos locais de trabalho, o que revela, portanto, uma postura sindical crítica e mobilizadora, de participação das bases e democrática, que veio a marcar definitivamente o movimento sindical brasileiro. Os embates sociais do período, delimitados por movimentos grevistas ampliados, revelam uma inversão do movimento operário: a luta sindical reivindicatória se coloca à frente dos próprios partidos políticos, ganhando relevância então o papel político que acabou sendo exercido pelas

⁴⁴ ANTUNES, 1991, op. cit.

⁴⁵ GRACIOLLI, 1996, op. cit., 53-55.

⁴⁶ ALMEIDA, Maria Hermínia T. O Sindicalismo Brasileiro entre a conservação e a mudança, In: SORB, B. e ALMEIDA, M.H.T. (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983. Citado por Graciolli, 1996.

centrais sindicais, em especial pela CUT. "É mais ou menos nítida, como tendência, uma situação onde, à direita e aglutinando forças explicitamente pró-capitalistas, o espaço da Força Sindical deve ser hegemônico. À CUT está reservado o espaço de uma Central onde predomine um caráter crítico anti-capitalista." (ANTUNES: 1991: 83) Esta hipótese coloca alguns problemas e mesmo alguns limites ao movimento sindical crítico porque acaba passando a ter que oferecer "respostas para o movimento social espontâneo, para o movimento social reivindicatório em geral, respostas estas que se contraponham às propostas das classes dominantes, aos pactos, aos planos econômicos que procuram perpetuar a dominação do capital sobre o trabalho." (ANTUNES: 1991: 143).

A partir das mudanças recentes que caracterizam e originam novas formas de produção econômica, na organização do processo produtivo e com desdobramentos sobre as relações do trabalho, como a interrupção de direitos sociais e trabalhistas que são resultado de 200 anos de luta operária e sindical, e também um processo crescente de exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, Maria do Carmo Carvalho⁴⁷ analisa os novos desafios colocados aos movimentos sociais. A autora destaca, ao lado desta transformação de caráter econômico, as profundas transformações políticas e culturais que estão ocorrendo de forma global, onde a mídia, a cultura de massa, a globalização das formas de expressão artística, de valores e padrões de comportamento passam a ser fatores muito fortes a serem levados em conta por aqueles que querem pensar e organizar os movimentos sociais. "Constituídos num período autoritário, os movimentos sociais desenvolveram uma postura essencialmente reivindicativa, de confronto, predominantemente reativa. Esta postura recusava as marcas deixadas pelo período populista com suas relações clientelistas, recusava o atrelamento dos sindicatos e as barganhas políticas com as SABs, que transformam a conquista de direitos em favores trocados por apoio político, recusava a cooptação de movimentos e lideranças populares em geral." (CARVALHO: 1997: 06) A análise aponta para o fato de que, à medida que cresce a conquista de espaços mais democráticos no Estado, vem se tornando maior o desafio que

⁴⁷ CARVALHO, Maria do Carmo A.A. *"Eppur si muove...": os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IFCH, Unicamp, agosto de 1997.

representa para o movimento social crítico vir a se tornar propositivo e capaz de estabelecer negociações. A autora afirma que os movimentos, ao serem confrontados com um desafio desta ordem, se colocam em uma posição de se considerarem despreparados para assumir os espaços conquistados. Participar de mesas de negociação, apresentar propostas, defendê-las, negociá-las, distinguir e construir alianças e aliados pontuais ou duradouros, sem perder a identidade, sem cair em ciladas e em cooptações mas, por outro lado, deixando de ser apenas "do contra", são desafios muito difíceis. Ao invés de entender o Estado como algo monolítico, passa-se a vê-lo como espaço de disputa e é preciso qualificar-se para essa disputa." (CARVALHO: 1997: 06) As pressões e exigências por qualificação técnica e política passam a se tornar cada vez mais fortes no interior das organizações de trabalhadores.

3.2.3. Objetivos declarados pelo assessor

Os assessores declaram objetivos para seu trabalho que, de forma geral, procuram ampliar a capacidade de ação técnica e política das organizações a que prestam serviço. Para que estes objetivos sejam atingidos, o que os assessores afirmam fornecer aos dirigentes das organizações são subsídios técnicos que podem ser subdivididos em três grupos:

- 1) de caráter cognitivo, como estudos, análises e pesquisas;
- 2) de caráter normativo, como projetos, propostas e preparação de negociações;
- 3) de caráter formativo, como cursos, exposições, seminários e treinamento.

Uma síntese destes produtos gerados pelo trabalho em assessoria é apresentada no item 3.2.4., a seguir.

O trabalho realizado, na visão dos assessores, propicia uma ampliação em sua compreensão sobre a realidade e também na capacidade de atuação organizada, de intervenção e de enfrentamento das situações problemáticas que as organizações procuram resolver. Esta proposição está muito em acordo à linha de ação estratégica que diferencia os movimentos sociais críticos: organizar trabalhadores para uma ação de ordem política e não mais simplesmente reivindicativa e de caráter corporativo ou

mesmo assistencial.

Ainda assim, é importante acrescentar que nas entrevistas puderam ser observados duas orientações diferentes que marcam o trabalho dos assessores. Estas diferenças têm sua origem fundamental nas características intrínsecas das próprias organizações e não em função do trabalho ou da formação em engenharia dos assessores. Apesar de o MST buscar contratar um engenheiro agrônomo para dar conta de suas necessidades, não são os conteúdos específicos desta modalidade de graduação que determinam o trabalho a ser realizado. Este é pré determinado pelas demandas da organização. A mesma visão vale para a atuação junto a organizações de trabalhadores industriais e urbanos, como poderá ser visto a seguir.

Uma destas orientações poderia ser chamada de ação voltada à autogestão e produção. Neste caso, a característica relevante das organizações é sua constituição por trabalhadores rurais, pequenos agricultores, seringueiros, pescadores, índios, produtores artesanais e extrativistas, com características nitidamente não urbanas. Estas organizações impõem uma orientação à atuação dos assessores voltada à organização da produção de alimentos, à autogestão dos assentamentos e das cooperativas de pequenos produtores, à organização do trabalho cooperativo e à criação de uma capacidade de sustentação no tempo dos empreendimentos. Ao lado das palavras de ordem do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: "Ocupar, Produzir, Resistir", poderia ser alinhada diretiva semelhante: "preservar, produzir, resistir" adequada à orientação que os técnicos recebem das organizações de seringueiros ou pescadores. Relatando estes objetivos estão os 5 engenheiros agrônomos, o engenheiro agrícola e o engenheiro florestal entrevistado. Uma marca distintiva do desafio profissional colocado a estes assessores técnicos é a construção do novo, de elaborar projetos, buscar financiamento, desenvolver metodologias e tecnologia para tornar o homem do campo um trabalhador com renda, com terra, com perspectivas futuras e de forma compartilhada, cooperativa.

As falas reproduzidas a seguir, indicando objetivos para a atuação dos assessores, são consideradas representativas deste caso:

"... trabalhar uma estratégia de resistência e reprodução dos pequenos produtores a

médio e longo prazos e construir coisas em comum como organização para a venda, para a compra de uma máquina, de uma conta em comum, planejar ações em comum e organização ...”

“... realizar análise de mercado, análise econômica, sobre valorização de produtos e distribuição da renda para assessorar os assentados e a direção do MST.”

“... as entidades estão passando de um trabalho de resistência política para uma atuação centrada na elaboração, ter propostas para aumentar e melhorar a produção, a renda e a qualidade de vida, passando de uma postura reivindicativa para uma prática propositiva”

“... de certa maneira nós temos hoje uma tarefa aqui no estado que é justamente estruturar o que se chama de sistema cooperativista, com formação de cooperativas, para fundar uma central a nível de estado, um grupo organizado a nível de empresas cooperativas para competir, para incorporar ao sistema nacional”

Uma outra orientação que foi percebida nos depoimentos seria aquela em que os assessores são responsáveis por organizar propostas técnicas para a melhoria das condições de trabalho de trabalhadores urbanos. A inovação, neste caso, se refere a resolver problemas existentes nos locais de trabalho e apoiar todo o trabalho de organização dos trabalhadores nos seus sindicatos.

Os assessores que atuam segundo esta orientação são os engenheiros de produção e de outras modalidades como civil, elétrica ou química, mas que passaram por uma especialização em engenharia de segurança no trabalho. Aqui, a apropriação dos resultados pelos trabalhadores não aparece com a mesma ênfase que pode ser observada no caso da produção rural. No mundo do trabalho urbano, a obtenção de resultados de caráter econômico nas negociações parece ficar em grande parte associada ao trabalho de economistas e advogados. Aos engenheiros cabe fornecer subsídios técnicos aos dirigentes para a obtenção de melhorias na produção já realizada, organizar o processo de trabalho, discutir aspectos de capacitação e saúde

do trabalhador. Mais recentemente, a mudança da base técnica industrial e de serviços têm levado estes engenheiros a, inclusive, realizar as tarefas também no sentido de manter espaço para o trabalho humano na produção, garantir emprego aos trabalhadores. As falas, a seguir, simbolizam a postura apontada.

“... ajudar o pessoal da direção e comissões de fábrica a se capacitar para negociar o processo produtivo, organização e processo de trabalho.”

“... desenvolver um trabalho de acordo com as necessidades dos trabalhadores, voltado à prevenção e à segurança no trabalho, fazer um trabalho sério realmente e não o que ocorria na empresa.”

“... estamos procurando fórmulas para que o trabalhador paralelamente se organize: levou um ano para gente entrar nessa fábrica e conseguir envolver o órgão público, agora temos que atuar com o trabalhador, querendo saber deles como o sindicato pode ajudar para que ele se organize e recuse a trabalhar em condições difíceis.”

“Estou trabalhando na área de saúde ao trabalhador, rompendo mesmo com esta visão de corporação, que é de segurança, que a gente entende que é uma questão muito mais completa, multidisciplinar, que tem que ter a participação dos trabalhadores em todos os níveis, desde o preparo da discussão, do anteprojeto, até a gente partir para uma intervenção, tudo isto tem que ser acompanhado pelos trabalhadores.”

Todos os assessores entrevistados confirmam a importância de uma fundamentação política para estas orientações mas apenas dois deles afirmaram estar realizando também funções de direção nas organizações onde trabalham. É matéria a ser aprofundada a verificação das causas e motivações que permitem aos engenheiros que atuam no meio rural assumir as tarefas tanto de organização da produção como de negociação por sua apropriação.

Uma possível resposta poderia advir do fato de serem escassas as experiências

de autogestão na produção industrial urbana. E os casos conhecidos no Brasil, ainda assim, ocorreram por graves problemas na gestão da produção, falências etc., restando aos trabalhadores assumir as empresas como forma de reaver uma parte das dívidas trabalhistas. No caso da produção rural, ao contrário, a autogestão e trabalho cooperativo são colunas mestras da organização de todo o processo e os assessores técnicos que atuam neste setor são profissionais chave para o êxito deste processo.

3.2.4. Produtos gerados pelo trabalho de assessoria

Os relatos mostram uma atuação bastante uniforme no que diz respeito ao tipo de trabalho realizado pelos assessores. Os quadros a seguir sintetizam os tipos de produtos que são obtidos a partir das atividades que são executadas nas funções de assessoria. Optou-se por apresentar esta síntese a partir de uma subdivisão por segmento de atuação conforme foram relatados pelos entrevistados.

Quadro 10: Produtos relatados na assessoria a organizações de trabalhadores rurais

Síntese dos produtos relatados	
(a)	elaboração e negociação de projetos, produzir projetos para negociação de recursos externos, projetar assentamentos
(b)	análises de mercado de produtos que vão ser produzidos em assentamentos
(c)	apoio à formação de cooperativas, capacitação para o trabalho cooperativo e laboratórios organizacionais do campo, organização e planejamento da produção em cooperativas
(d)	acompanhamentos de interesses de mercado, de situação político-econômica, de conjuntura de blocos, estudos sobre o MERCOSUL e a pequena produção dentro da estratégia liberal de abertura
(e)	apoiar reflexões e planejar as ações da organização
(f)	levantamentos florestais, sócio econômicos e formulação de propostas de políticas para a preservação da floresta
(g)	cursos de administração rural
(h)	estudos sobre revisão da constituição, previdência social no campo, atenção à saúde e política agrícola

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Quadro 11: Produtos relatados na assessoria em que prevalece o trabalho ligado à produção industrial

Síntese dos produtos relatados
(a) elaboração de material visando à difusão de informação, como boletins sindicais e textos para debate
(b) preparação prévia e participação apoiando dirigentes em mesas de negociação
(c) pesquisas sobre formação profissional e organização do trabalho
(d) representação externa em debates técnicos e temáticos
(e) elaboração de projetos visando a mudanças na organização do processo de trabalho
(f) apoio a reuniões, cursos, seminários e produção de vídeos educativos
(g) apoio à organização de comissões de fábrica
(h) estudos e treinamentos sobre administração do trabalho e da produção

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Quadro 12: Produtos relatados na assessoria a partir dos problemas com segurança e saúde no trabalho

Síntese dos produtos relatadas
(a) formação e treinamento de dirigentes em segurança do trabalho
(b) acompanhamentos de CIPA e específicos para trabalhadores nos locais de trabalho
(c) laudos e perícias de insalubridade e levantamentos de riscos
(d) visitas a fábricas, acompanhamento e relacionamento com órgãos públicos de fiscalização
(e) apoio a rodadas de negociação
(f) produção de materiais informativos

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Enquanto classificação para produtos obtidos em atividades profissionais em engenharia, pode ser ressaltado que os produtos sintetizados nos quadros acima não poderiam ser diferenciadas por si em relação àqueles realizadas por engenheiros

tradicionais trabalhando para empresas ou para organismos públicos. O que de fato pode vir a diferenciar a prática profissional dos assessores entrevistados é a direcionalidade concreta e os objetivos de seu trabalho, a reorientação crítica dos conhecimentos técnicos adquiridos a partir da graduação em engenharia e a metodologia de trabalho em conjunto com os trabalhadores. Apenas o redirecionamento político efetivo para o exercício profissional, desenvolvido e utilizado com uma nova qualidade a partir do contato e das exigências metodológicas que o trabalho para as organizações de trabalhadores impõe, pode configurar uma prática profissional diferenciada.

Este papel diferenciado exercido por assessorias técnicas atuando junto a movimentos sociais, em especial os movimentos populares urbanos, é estudado por Maria da Glória Gohn⁴⁸, que formula uma tipologia sobre as formas básicas de assessoria. Embora elaborada a partir de observações sobre movimentos sociais urbanos, a definição pode ser útil para o dimensionamento das modalidades de atuação para os assessores contratados por organizações de trabalhadores, dado não ter sido encontrada classificação semelhantes para os movimentos relacionados diretamente ao processo produtivo.

A definição de categorias para o trabalho de assessoria é realizada a partir da origem profissional, político-ideológico ou funcional das pessoas envolvidas. Assim, como resultado a atuação em assessoria é classificada em duas modalidades: assessoria de apoio e assessoria técnica. A assessoria de apoio seria aquela realizada por religiosos, clérigos ou leigos, por assessores políticos, partidários, de facções ou militantes atuando com bandeiras de lutas específicas como mulheres, meio ambiente, movimento negro etc. A assessoria técnica seria formada por profissionais como arquitetos, advogados, médicos e engenheiros, e também subdivididos em assessores contratados ou trabalhando individualmente ou assessores vinculados a organismos estatais, universidades e instituições públicas ou privadas.

No processo de delimitação desta dissertação, foi realizado um recorte adicional à escolha do trabalho sobre a assessoria realizada por engenheiros. Os assessores a

⁴⁸ GOHN, 1989, op. cit.

serem estudados deveriam atuar a partir de uma posição técnica mas com vínculos profissionais estabelecidos com as organizações de trabalhadores. Esta delimitação implica em desdobramentos importantes para o trabalho dos assessores, especialmente sobre sua relação com os dirigentes das organizações baseada em relações contratuais no caso dos assessores profissionalizados. Esta forma de vinculação indica laços bastante diferenciados em relação aos vínculos criados entre os movimentos e assessores voluntários, tipicamente os assessores definidos como "apoios" pela classificação da Profa. Maria da Glória Gohn.

3.3. Aspectos metodológicos da atuação em assessoria

De forma geral todos os assessores entrevistados atuam junto a lideranças e dirigentes até um nível intermediário das organizações a que prestam serviço. São relatados os apoios a direções sindicais, de comissões e militância organizada nas fábricas, membros de CIPAs, direções de assentamentos, cooperativas de produção, sindicatos e associações de pequenos produtores rurais. Os contatos realizados com maiores contingentes de trabalhadores se dá pela realização de cursos ou exposições temáticas em assembléias ou reuniões de maior porte.

Realizando uma atuação profissional com as características listadas acima, os assessores geram produtos que visam fornecer algum suporte à tomada de decisões para os dirigentes das organizações, trabalho que apresenta características semelhantes ao que é descrito por Matus⁴⁹ quando analisa o trabalho dos assessores governamentais em ambiente de alta direção. Neste trabalho o autor qualifica este tipo de assessoria como *suporte frio*, ou seja, suporte à tomada de decisões baseado em análise sistemática e profissional, de base técnica ou racional. A este tipo de suporte Matus, fundamentado em trabalho anterior do professor da Universidade de Jerusalém, Yeheskel Dror⁵⁰, contrapõe uma outra modalidade de assessoria qualificada como *suporte quente*. A constituição de equipes de assessoria para suporte quente buscaria prover suporte de caráter psicológico e emocional aos

⁴⁹ MATUS, Carlos. *El líder sin Estado Mayor*. Caracas, Fondo Editorial Altadir, 1997.

⁵⁰ In PLOWDEN, Willian. *Advising the Rulers*. Basil Blackwell, 1987.

dirigentes e ampliar sua resistência ao cotidiano de tensões e pressões a que vive submetido.

Além da diferenciação entre estes dois tipos de apoio profissional que deve ser suprido por assessores, o autor apresenta outros focos problemáticos de observação que podem ser considerados, se tomados em seu conjunto, como uma tecnologia para a organização do trabalho de assessoria a dirigentes de organizações públicas e governamentais.

Entre os focos descritos, para fins deste trabalho, são apresentados a seguir aqueles que podem ser replicados ao caso específico da direção das organizações de trabalhadores, ainda que sobre diversos aspectos, os processos de escolha de dirigentes e os problemas e tensões vividas por eles no cotidiano de trabalho, frutos do processo decisório que a direção de toda organização acarreta, sejam muito semelhantes aos vividos por dirigentes governamentais. Estes focos de organização para a assessoria, segundo Matus (1997: 144-161), seriam:

- a) A necessidade de incorporar elementos de análise de caráter jurídico, técnico-científicos e político ao âmbito de trabalho dos assessores, sem que sejam compartimentados em assessorias diferentes. A esta competência profissional o autor qualifica uma capacidade de realizar análises e apoiar decisões com uma visão abrangente sobre os problemas e não com base apenas em conhecimentos técnicos específicos.
- b) A necessidade de os assessores técnicos pautarem sua atuação na organização no sentido de que os dirigentes realizem amplo processo de capacitação metodológica e substantiva de forma a que não sejam instaladas relações de dependência entre assessor técnico e dirigente e que estes venham a se tornar capazes de descobrir e sistematizar suas próprias conclusões para o processo decisório.
- c) A necessidade de que sejam criadas equipes de assessoria habilitadas a perceber e a trabalhar com distinções precisas sobre assuntos urgentes e assuntos estratégicos para a organização, de forma a evitar-se a tendência à concentração da pauta de decisões sobre as questões imediatas mas de baixo valor no médio e longo prazos, que é o que de fato debilita de forma incontornável a atuação e sobrevivência da organização. Este ponto pode ser desdobrado em outras distinções de semelhantes:

percepção de opções entre ação inovativa ou gradualismo; ações radicais ou comportamento tático; tomadas de decisões parciais ou busca de decisões gerais.

d) A necessidade de organizar equipes dirigentes e de assessoria em que sejam bem combinadas características como experiência, capacidade e confiança política.

Também em conformidade ao estudo de Matus sobre o trabalho de assessores, que define a orientação do processo a partir da direção das organizações e confere um papel não dirigente aos técnicos, a orientação geral para a atuação dos engenheiros entrevistados é formulada pela direção da organização a que prestam serviços. Os assessores reconhecem que o processo de levantamento e formulação de necessidades ocorre basicamente no interior da organização, seja como percebidas e demandadas pela militância de base à direção, seja simplesmente identificadas pela direção, para, em um momento seguinte, virem a ser colocadas à análise e trabalho do assessor. Este é o caminho apresentado como majoritário. De forma geral, a assessoria atua diretamente a pedido da direção, mas é revelado espaço para iniciativas e definição de pautas de problemas pela assessoria. Em situação de contatos, como exemplos, com trabalhadores de comissões de fábrica, comissões de prevenção de acidentes, grupos de trabalhadores assentados ou mesmo grupos de pequenos produtores rurais, a colocação dos problemas se dá diretamente dos trabalhadores aos assessores. No entanto, os assessores revelam não tomar a decisão de trabalhar sobre este tipo de demanda sem que os dirigentes tenham sido consultados. Neste ponto são apontadas na prática duas questões relevantes: o fato da orientação política ser reservada às direções das organizações e o respeito que aparece em relação ao conhecimento prático do trabalhador sobre suas necessidades, expresso no saber incorporado por suas lideranças e no processo em que as demandas dos locais de trabalho e das bases dos movimentos chegam até a direção de sua entidade.

Esta segunda constatação abre espaço ao reconhecimento e legitimação dos saberes tácitos⁵¹ e de senso comum acumulados pelos trabalhadores, como saberes

⁵¹ Conforme POLANYI, Michael. Tacit Knowing: Its bearing on some problems of philosophy. *Reviews of Modern Physics*, 34 (4), 1962 e OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Ensinar Aprendendo. In: *Revista Tempo e Presença*, 1990.

importantes, de difícil reprodução, aprendizagem ou transmissão, a não ser que estes processos sejam realizados sobre uma base de experimentação, interação e relacionamento direto entre os detentores do saber e os sujeitos em processo de incorporação, neste caso os próprios assessores técnicos aprendendo a partir das experiências e vivências práticas dos trabalhadores.

Foi marcante a concordância percebida no conjunto dos depoimentos revelando grande preocupação dos assessores em não substituir os dirigentes, em procurar, antes de mais nada, capacitar os dirigentes para que eles próprios possam vir a discutir aspectos técnicos dos assuntos durante os processos de negociação ou enfrentamento. É nesta direção que são realizadas as atividades de capacitação: embora a participação em um curso organizado e ministrado por um assessor, por exemplo sobre negociação, segurança ou administração rural, não seja de participação exclusiva para os dirigentes, é a eles que o processo é dirigido. Este posicionamento revela também um cuidado em preservar o espaço de atuação do técnico no interior da organização, buscando evitar que, enquanto assessoria para a organização, os assessores técnicos venham a ser identificados pelas facções como aliados de um dos grupos usualmente existentes. O mesmo raciocínio vale para as tentativas e tentações de se tentar ocupar uma posição de direção política, situação em que, da mesma forma, o trabalho de assessoria técnica passa a ser alvo das disputas de poder usuais em qualquer organização democrática e o trabalho técnico se veria inviabilizado.

Um outro elemento importante revelado nos relatos é a preocupação expressa pelos assessores, e que revela uma necessidade básica das organizações de trabalhadores, que é ter sempre que possível um técnico que garanta um enfrentamento ou negociação nos mesmos termos que o fazem os técnicos contratados pela outra parte. Assim, é conferida importância ao fato de se buscar ter sempre um técnico que acompanhe as inspeções e fiscalizações realizadas por técnicos do Estado, sempre acompanhadas por técnicos das empresas; que sejam verificados os estudos formulados por técnicos patronais ou governamentais, e sejam produzidos estudos e pesquisas novos, em conformidade com as necessidades dos trabalhadores, para colocar sobre a mesa de negociação como ponto de partida para a ação política que os dirigentes conduzirão.

Ainda no ponto sobre formas de atuação dos assessores, merece destaque todo um conjunto de falas que permitiu circunscrever redes de relações e de apoios, na maioria dos casos aparentemente informais, que estes profissionais mantêm e de que se valem para trocar experiências e qualificar seu trabalho, contatos interpessoais ou interinstitucionais. No entanto, apesar de diversos relatos realçarem os trabalhos e contatos com outras instituições, não foi possível localizar um maior número de profissionais técnicos atuando nas organizações dentro da delimitação definida. Este fato reforça a possibilidade, levantada já na apresentação deste trabalho, de que a amostra de 24 entrevistas realizadas ou as 19 analisadas ser bastante representativa do universo de profissionais atuando nas condições especificadas.

Um dos entrevistados, que exerce funções de coordenação nacional da área técnica do Movimento dos Sem Terra, afirmou que seriam cerca de 10 os engenheiros que atuam para esta organização. No processo de realização das entrevistas 3 deles foram contatados e se dispuseram a colaborar com o trabalho

Foi identificado, no conjunto de relatos, que 4 dos assessores são considerados, e têm consciência disso, os precursores desta modalidade de trabalho profissional em engenharia e como suporte a organizações de trabalhadores críticas. São citados os engenheiros de produção Oswaldo Sevá Filho, Mário Sérgio Salerno e Fábio Zamberlan e o engenheiro agrônomo Valter Bianchini. O início da atuação em assessoria destes profissionais deu-se entre 1978 e 1980.

Ressalvando questões geográficas, por exemplo a dificuldade de caráter logístico que representava viajar ao interior do Rio Grande do Sul, Acre ou ao Pará, para localizar algum engenheiro atuando em funções de assessoria, o retorno do processo de contatos foi significativo e uma parcela muito importante, quantitativa e qualitativamente, dos profissionais que atuam nesta situação foram entrevistados.

Foram relatados contatos profissionais freqüentes entre assessores de organizações diferentes. Estas interações não se dão exclusivamente entre profissionais de engenharia, mas também com outros especialistas como economistas, sociólogos, médicos ou outros profissionais da área de saúde que atuam com qualidade de vida no trabalho. Os profissionais que atuam nos setores ligados às

organizações de trabalhadores rurais se revelaram como representando redes de ajuda uns em relação aos outros. São citados contatos entre engenheiros e técnicos de outras modalidades de diversas instituições, entre elas o MST, CUT, CPT, CONTAG, FASE, IBASE, CGIL, ASSESSOAR, COPPE, Conselho Nacional dos Seringueiros, Centro dos Trabalhadores da Amazônia, o CIMI, a Comissão pró Índio, a União das Nações Indígenas, sindicatos de trabalhadores e cooperativas de trabalhadores rurais, ONGs diversas e associações e sindicatos de engenheiros.

Como síntese desta seção são apresentados os pontos relevantes das práticas de trabalho estabelecidas pelos assessores seguidas de falas que ilustram cada situação.

(a) Preocupação em ampliar capacitação dos dirigentes:

“estou trabalhando muito na questão da formação, principalmente das lideranças sindicais. Porque eu entendo que os técnicos dentro dos sindicatos, por mais comprometidos que eles estejam, eles não têm uma linguagem de trabalhador. É nessa visão que a gente está lutando aqui para formar o maior número possível de diretores na área de saúde porque são eles que vão dar cursos para trabalhador”

“trabalho com a direção do sindicato: tem que começar as coisas dentro de casa, tem muito a fazer com a cabeça do diretor”

(b) Preocupação em respeitar e incorporar os conhecimentos dos trabalhadores:

“assessor não é professor e dirigente não é aluno; assessor não sabe mais, porque o trabalhador na fábrica detém muita informação que o técnico não tem; assessor (deve atuar) como agente de difusão e capacitação”

“as lideranças incorporam a técnica a seu discurso, eles reproduzem o conhecimento e têm autonomia total para isso”

(c) Respeito à orientação política dos dirigentes:

“trabalho para a direção, a gente é que recebe as linhas do movimento e vai seguindo, o movimento tem já traçado suas estratégias e a gente vai cumprindo com essa estratégia”

“os ‘chefes’ identificam determinados problemas em nível nacional, estadual, ou até mais localizado em assentamentos e me passam e eu, enquanto técnica, faço lá os projetos”

(d) Relação profissional na relação com os dirigentes:

“meu trabalho é com lideranças rurais. Sempre a primeira conversa é no seguinte sentido: vocês têm as experiências e práticas de vocês e eu tenho a minha experiência e a minha prática, nós somos diferentes, temos história de vidas diferentes, nesse sentido se a gente quiser trabalhar junto a gente vai ter que assumir as nossas contradições e diferenças. Se isso não for possível não vai dar para trabalhar, nós vamos fazer nosso trabalho junto e vocês vão corrigindo da forma que vocês vêem meu trabalho e eu vou também palpitando em cima do trabalho de vocês. Mas sempre numa relação entre iguais ... É essa relação que eu tenho com as lideranças e que vai criando, com o desenrolar do trabalho, uma relação de confiança muito grande”

(e) Trabalho em redes de relações:

“a gente procura complementar a nossa entidade com outras, existem reuniões constantes junto aos produtores das diferentes entidades e avaliamos como é que seus estudos possam se complementar”

“atuo com outros sindicatos ligados à CUT e subdelegacias do trabalho. Eu dizia para o pessoal da diretoria que os órgãos públicos existem para fiscalizar, então o que mais compete ao sindicato é cobrar dos órgãos que eles façam sua parte”

As observações elaboradas a partir da descrição da atuação dos assessores técnicos, os papéis desempenhados junto aos movimentos sociais, os produtos do trabalho realizado e os procedimentos indicados revelam uma tensão positiva na relação entre o técnico comprometido com os interesses de classe que estruturam a organização de trabalhadores e a própria dinâmica de funcionamento e vida ativa destas organizações. Abordando o tema, Hugo Lovisolo⁵² constrói, com base nos trabalhos de Paulo Freire, os conceitos de pertencimento e distanciamento como balizadores para a relação entre o intelectual e os movimentos sociais. Analisando a relação de apoio técnico, ou com base na posse de conhecimento, que os assessores agregam às organizações, o autor discorre sobre a importância das aprendizagens havidas nas relações entre trabalhadores e intelectuais. Para Freire⁵³, esse processo de relação entre técnicos, educadores e assessores, com os trabalhadores, em especial os trabalhadores do campo, é um componente fundamental do processo de desenvolvimento da sociedade. Esta relação, na visão do autor, é fundamentalmente pedagógica e comunicativa, cabendo ao profissional buscar desenvolver e direcionar sua capacidade comunicativa para poder entrar em contato efetivo e apoiar a transformação das situações de opressão, a partir dos homens concretos que as vivenciam.

Escrevendo sobre o fenômeno da reforma agrária e mudanças no campo, Freire percebe a ação do profissional técnico como não podendo "limitar-se, apenas, à esfera da substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por suas técnicas, porque é impossível a mudança do procedimento técnico sem repercussão em outras dimensões da existência dos homens e pela inviabilidade de uma educação neutra, qualquer que seja o campo". (FREIRE: 1982: 55) Neste processo político-educativo, é problematizada por Lovisolo a dinâmica de aproximação, envolvimento e engajamento entre o técnico e o movimento, configurando uma relação de fortalecimento de compromissos para com os objetivos e ações de classe dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que os profissionais comprometidos primam por respeitar e valorizar os pertencimentos dos trabalhadores, seus saberes, vivências,

⁵² LOVISOLO, Hugo. *Educação popular: maioria e conciliação*. Salvador: UFBA, 1990.

sentimentos, valores, se configura a tensão por um necessário distanciamento crítico, fundamental para o exercício do papel de assessoria técnica que é o que define a presença do engenheiro nas funções de assessoria. Não se trata apenas de apoiar os trabalhadores a desenvolver seus pertencimentos, mas fazer com que as camadas populares venham a tomar distância dos condicionamentos de seus pertencimentos, "situar-se fora deles, tomá-los enquanto objeto de reflexão e de crítica. Devem incorporar formas objetivantes de se pensar, as quais estão à mão do ideário científico do ocidente, e formas de relacionamento entre os homens, também inscritas no mesmo ideário." (LOVISOLO: 1990: 156)

Este processo de aproximação e distanciamento crítico também se dá na forma como os próprios assessores enxergam seus conhecimentos técnicos em relação aos saberes do senso comum e acabam por realizar o mesmo esforço de se aproximar do ideário dos trabalhadores para poder requalificar seus saberes científicos.

A relação entre papel técnico como desenvolvedor potencial para os saberes e necessidades dos trabalhadores é trabalhada a seguir, no Cap. 4, a partir das demandas e necessidades colocadas pelas organizações de trabalhadores para o trabalho de seus os assessores.

⁵³ FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

4. Tecnologia e ação sócio-política

Nesta seção são levantados e analisados os obstáculos e desafios ao trabalho dos assessores técnicos, as demandas provenientes das organizações de trabalhadores e as percepções manifestadas pelos engenheiros sobre ciência, tecnologia e saber popular, operário ou camponês. Como conclusão geral, apreende-se o uso cotidiano de conhecimentos técnicos e científicos dos assessores como arma nas disputas político-ideológicas e econômicas buscando ampliar as possibilidades de êxito das iniciativas dos trabalhadores organizados. Fechando a seção, é apresentado um levantamento das percepções levantadas pelos profissionais entrevistados sobre o que o futuro lhes reservaria como profissionais técnicos, no sentido do desenvolvimento de carreira satisfação profissional.

4.1. Desafios colocados pelas organizações de trabalhadores

4.1.1. Obstáculos ao trabalho profissional técnico no interior da organização

Ao procurar compreender a visão apresentada pelos assessores sobre as dificuldades colocadas para a sua presença e atuação no interior de organizações de trabalhadores, relatos interessantes puderam ser observados sobre os procedimentos e cuidados tomados para viabilizar e sustentar ao longo do tempo seu trabalho.

Revelou-se muito grande a preocupação dos entrevistados com as debilidades políticas e administrativas das organizações, que extrapolam, em grande medida, a possibilidade de intervenção do profissional para contorná-las. Ao mesmo tempo, eles afirmam que direcionar seus esforços para enfrentar estes problemas ou procurar contribuir diretamente para encontrar solução acabaria por desfigurar sua prática profissional ou contrariar os objetivos definidos para ela.

Fruto de um posicionamento que busca preservar a função do assessor e garantir espaço para a atuação de caráter técnico-científico, na linha definida como “*suporte frio*”. São muitas as falas em que os assessores afirmam procurar se impor e

dizer ao dirigente o que precisa ser dito, levantar os problemas assim que aparecem, manter pressão sobre os dirigentes para que a ação de dê sobre os objetivos acordados. Esta posição é uma necessidade para a maioria dos problemas levantados, mas é especialmente importante nos relatos obtidos quando se trata do cumprimento de planos de trabalho estabelecidos, porque *"muitas vezes o que é prioridade hoje deixa de ser amanhã"*, e também na conduta dos dirigentes nas questões de disputa interna e na tradicional prática de aparelhismo dentro das organizações.

A preocupação com a disputa política entre os grupos de dirigentes é grande e é um dos fatores apontados como importantes na criação de obstáculos ou restrições à atuação do assessor. Como regra de conduta os técnicos afirmam evitar serem vistos como membros ou mesmo simpatizantes de um dos grupos em disputa, sob pena de ver seu trabalho inviabilizado ou interrompido. Dois dos assessores técnicos sintetizam o problema, e sua postura para se resguardar dele, da forma como segue:

"procurar não aparecer, mas circular informação nova e qualificada, estimular a discussão, não deixar ninguém sem resposta, estar presente para conversar com os dirigentes"

"a relação com os trabalhadores, com os dirigentes do sindicato, com as lideranças, com os engenheiros das empresas, que a gente procura ter é a relação de técnico, de engenheiro, fora inclusive do aspecto político. Não participo de tendências, procuro ter uma equidistância política e tentar um perfil técnico, o que muitas vezes é difícil porque vários trabalhadores têm um entendimento de que a gente deva ter um caráter até mais militante. Mas nós atuamos para fornecer um subsídio, a luta é deles. Nosso entendimento é de que não vamos substituí-los e que a discussão que a gente tem com eles é que eles não devem delegar para a gente a resolução dos problemas deles. Muitas vezes dá confusão."

A última fala acima aborda também um outro aspecto, ligado a esta ordem de problemas, que é a delegação. A delegação se refere à postura de dirigentes que

esperam que os assessores assumam responsabilidades de caráter político, que só deveriam ser cumpridas pelos próprios trabalhadores. Esta postura é muito importante para que seja demarcada a diferenciação de papéis entre os dirigentes da organização e os assessores técnicos contratados por ela e reflete um comportamento muito profissional por parte dos assessores, mas revela também que mesmo dirigentes de organizações que são consideradas avançadas, por seu comportamento crítico e transformador, ainda não constituíram formas autônomas de independência em relação a assessores e intelectuais. A fala reproduzida a seguir confirma o posicionamento majoritário dos entrevistados.

“eles dependem em tudo da assessoria e a gente quer acabar com essa visão, quer dizer, o assessor é importante mas não é imprescindível...”

Cabe notar que a problemática da disputa interna e aparelhismo apareceu com frequência nas falas dos assessores de organizações sindicais de trabalhadores industriais. Como não apareceu nos relatos ligados às organizações de trabalhadores rurais, merece ser examinada de modo independente.

O que aparece como um dos obstáculos típicos nas organizações de caráter rural, e não mencionados pelos assessores sindicais urbanos, são dificuldades originadas da presença de várias organizações atuando em um mesmo local, por exemplo, assentamento de trabalhadores rurais sem terra. O problema, neste caso, se origina quando as diferentes entidades de apoio apresentam posturas, objetivos e metodologias de trabalho também diversas e incompatíveis entre si, como exposto pelo relato a seguir.

“as vezes tem 4, 5 entidades atuando no mesmo assentamento, algumas de caráter assistencialista ou de cooptação de lideranças, o que confunde e atrapalha muito. Tem bastante problema nesse sentido principalmente com lideranças de assentamento, e nossa visão é justamente tentar extirpar um pouco esses aspectos de caciquismo; e outro é justamente o que a gente chama técnicos que de certa maneira se acham dono, não só no sentido assistencialista, mas no sentido de querer mandar”

Abordando questões ligadas a discussões de políticas mais gerais, como por exemplo as discussões em torno da tecnologia, da transformação social, dos rumos para o desenvolvimento, das relações de trabalho, aparece uma dificuldade ligada a uma prática de discussão e tendência a gerar reflexões estreitas. Esta prática, na visão dos assessores técnicos, se reflete na superficialidade ou não profissionalismo no debate de temas complexos e estratégicos e na dificuldade em abrir espaço a pessoas de fora dos movimentos que conheçam temas importantes de modo a que sejam apresentados pontos de vista diferenciados aos dirigentes e possa ser ampliada sua capacidade de compreender as situações e enfrentar problemas crescentemente complexos. É o que pode ser observado na fala reproduzida abaixo.

"Infelizmente, o movimento sindical, diferentemente do movimento empresarial, não vê nesses interlocutores pessoas legítimas, ou seja, se a pessoa é de determinado partido, se a pessoa pertence a determinada corrente pode falar daquele assunto. Mesmo não entendendo bulhufas, ela tem legitimidade para falar aquilo. Acho que deveria ser o contrário, se a pessoa entende daquele assunto, independente da posição que ela tem, ela deve ser ouvida. É uma valorização do mérito, não uma valorização corporativa no sentido político do termo. Eu acho que isto é um ponto falho, que deveria ser corrigido"

"Eu entendo que quem lida com a esfera trabalho, trabalho no sentido mais amplo possível, seja ele de qualquer formação e que tenha relação com esta unidade produtiva, seja ela formal ou informal, ele tem uma leitura daquela situação e esta leitura depende da formação que esta pessoa possui. Um antropólogo entra numa fábrica e vai descrevê-la de uma determinada forma, e isso interessa ao movimento sindical, ter esta leitura antropológica. Um engenheiro entra numa fábrica. Ele vai ter uma leitura de processo produtivo, de características técnicas, de características organizacionais, de relação homem-máquina, que é fundamental para quem quer intervir neste processo."

Outro ponto a destacar é o procedimento cuidadoso que muitos dos assessores revelaram no relacionamento com os trabalhadores, procurando não ir contra as expectativas existentes, especialmente de caráter sócio-cultural, mas também evitando reforçar estereótipos que os assessores técnicos consideram negativos. Estes cuidados se refletem na postura que devem assumir em relação ao título de nível superior que possuem, no tipo de roupa que devem usar no contato com dirigentes e trabalhadores, no cuidado com a linguagem que devem utilizar em seu trabalho cotidiano para a organização de trabalhadores. As falas a seguir remetem a estes cuidados.

"já observei, já senti, que alguns trabalhadores cobram da gente um perfil mais sério, mais um engenheiro mesmo, já teve várias situações que eles querem falar com o doutor, eles não querem falar com o companheiro. Eles querem um doutor, então até ter este perfil mais sério é importante, é cobrado por alguns diretores inclusive"

"não tentar se aproximar dos trabalhadores pela mudança nas roupas, no vocabulário, na linguagem, porque o apoio que tem que dar é técnico, o que é diferente do político-sindical."

Esta ordem de preocupações manifestada pelos assessores é estudada por Kawamura⁵⁴ quando descreve os processos a partir dos quais a sociedade outorga competência em determinadas áreas de atividade técnica aos engenheiros, configurando uma autoridade específica para o exercício profissional. A autora afirma que este status conferido a uma categoria profissional, como portadora de conhecimentos técnicos e científicos é uma construção histórica que é realizada por mecanismos seletivos que a própria sociedade organiza, especialmente, neste caso, pelo sistema escolar de nível superior. O aspecto central desta problemática estaria no que é, como resultado do processo, considerado como o conteúdo específico da formação em engenharia, basicamente orientada aos padrões tecnológicos de produção em escala e da divisão entre o saber e o fazer. Mesmo que as disciplinas científicas básicas dos cursos de graduação não estejam diretamente voltadas para

⁵⁴ KAWAMURA, 1986, op. cit.

esse objetivo, argumenta a autora, as disciplinas profissionalizantes o fazem com rigor. Como complemento significativo existem as exigências de estágios em empresas, que seriam valorizadas se relacionadas a experiências que, ainda que tenham o mesmo objetivo de capacitação profissional, sejam realizadas junto a movimentos sociais. Uma concepção crítica exigiria o "questionamento da própria competência dos engenheiros enquanto gestores e especialistas da tecnologia. Não significa o questionamento da maior ou menor qualificação tecnológica, dentro dos parâmetros vigentes, mas incorporar a idéia de que a competência é uma questão não apenas técnica, mas também política. Significa que a adequação das tecnologias às necessidades da produção, no sentido amplo, e dos trabalhadores, no sentido restrito, consiste numa escolha baseada em critérios fundamentalmente sociais."(Kawamura: 1986: 91) Neste sentido, a constituição de uma prática de assessoria técnica aos trabalhadores organizados exige cuidado em relação à influência da própria formação técnico-ideológica em engenharia.

Ao buscar apoio no saber e competências outorgadas pelo sistema escolar e reconhecida pela sociedade, tanto o profissional poderá adotar uma atitude paternalista e autoritária em relação aos trabalhadores, como estes poderão manifestar submissão em face do conhecimento técnico que reconhecem nos profissionais. "Superar a postura paternalista consiste em o profissional reconhecer que a tecnologia depende de decisões políticas e que aqueles segmentos sociais têm competência para definir as opções mais adequadas aos seus interesses."(Kawamura: 1986: 133) Mas superar a postura paternalista também, na visão dos assessores técnicos entrevistados, não significa abandonar uma postura profissional que guarde relação com as expectativas dos trabalhadores e *"obrigue a usar macacão sujo de mecânico ou acordar todos os dias de madrugada para panfletar porta de fábrica"*, como relatou um dos assessores entrevistados.

Esta posição percebida nos assessores é importante por resguardar o papel técnico mas procurando reforçar um relacionamento profissional respeitoso com os trabalhadores.

4.1.2. Desafios para o trabalho dos assessores a partir das demandas colocadas pelas organizações de trabalhadores

Optou-se por apresentar as sínteses representativas das falas em que são relatadas as principais demandas e desafios que as organizações de trabalhadores colocam para o trabalho dos assessores técnicos.

Os depoimentos estão agrupados nos quadros a seguir em torno de quatro tipologias de desafios: desafios relacionados à capacitação profissional do assessor; desafios originados no trabalho cotidiano com dirigentes de organizações; desafios originados dos contatos diretos com os trabalhadores de base; desafios ligados à superação de problemas administrativos e organizacionais.

Quadro 13: Desafios relacionados à capacitação profissional do assessor técnico

Síntese dos desafios relatados	
(a)	<p>Dominar conhecimentos relacionados à negociação</p> <p><i>"aprender a negociar em todos os trabalhos realizados e negociar efetivamente nos enfrentamentos em que o sindicato está envolvido"</i></p> <p><i>"preparação prévia e participação apoiando dirigentes em mesas de negociação"</i></p>
(b)	<p>Capacidade Didático-pedagógica</p> <p><i>"dominar recursos didáticos para transferir os conhecimentos técnicos e o que é produzido para as pessoas com que atua, seja trabalhador, diretor, equipes dos órgãos"</i></p>
(c)	<p>Atualização ou ampliação de conhecimento técnico</p>
(d)	<p>Capacidade para elaborar estudos e análises que subsidiem o processo de organização e produção das associações e cooperativas de pequenos produtores</p>
(e)	<p>Dominar conteúdos específicos</p> <p><i>"capacitação técnica que não nos é dada, principalmente gerencial, administrativa, visão econômica e de mercado"</i></p> <p><i>"conhecimentos ligados a sociologia, história, administração, psicologia, que são importantes para o trabalho técnico do assessor"</i></p>

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Quadro 14: Desafios originados no trabalho cotidiano com dirigentes de organizações

Síntese dos desafios relatados	
(a)	<p>Definir contornos da assessoria</p> <p><i>"organização de uma linha de trabalho quando a direção não apresenta uma orientação"</i></p> <p><i>"a acomodação dos dirigentes que não pressionam pelo trabalho dos assessores"</i></p> <p><i>"construir condições para que os dirigentes sindicais saibam aproveitar todo o potencial de trabalho e capacidade de assessoria técnica do assessor, modificar a lógica de atuar fazendo propostas para atuar atendendo a demandas"</i></p>
(b)	<p>Comunicação com os dirigentes</p> <p><i>"... melhorar este processo de comunicação com as lideranças intermediárias e de como elas podem trabalhar isto no seu dia-a-dia"</i></p> <p><i>"sensibilidade no relacionamento com os dirigentes para poder viabilizar seu trabalho mais técnico e formativo"</i></p> <p><i>"dirigentes que não respondem prontamente quando o trabalho dos assessores assim exige"</i></p>

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Quadro 15: Desafios originados dos contatos diretos com os trabalhadores de base

Síntese dos desafios relatados	
(a)	<p>Respeitar os trabalhadores</p> <p><i>"é saber ouvir, respeitar o trabalhador, não achar que por ser engenheiro domina tudo"</i></p> <p><i>"a minha relação com a base é, no fundo, como se fosse uma relação professor-aluno mas busco estabelecer um relacionamento pessoal, porque quando vou para um assentamento, passo a semana inteira"</i></p>
(b)	<p>Conhecer demandas dos trabalhadores</p> <p><i>"o desafio é de caráter técnico, mas aprendendo com os trabalhadores de dentro da fábrica como as coisas funcionam para poder trabalhar o conhecimento e enfrentar os técnicos do Estado ou das empresas"</i></p>
(c)	<p>Trabalhar com os valores dos trabalhadores</p> <p><i>"o nosso grande adversário seria o que a gente chama de vícios dos trabalhadores, dos aspectos culturais, de se fechar em seu mundo e não se abrir. Isso é um grande inimigo, é inimigo em toda e qualquer organização, é um processo individualista, processo de artesãos, incorporado na mente desses agricultores"</i></p> <p><i>"sensibilidade para poder atuar porque o movimento é exigente"</i></p>

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Quadro 16: Desafios ligados à superação de problemas administrativos e organizacionais

Síntese dos desafios relatados	
(a)	Organizar e administrar a produção <i>"desafios de caráter administrativo ligado às necessidades da produção no campo"</i> <i>"enfrentar a baixa capacitação gerencial, administrativa, de comercialização dos assentados para poder viabilizar os assentamentos"</i>
(b)	Desorganização das entidades <i>"a falta de estrutura, desorganização e o ativismo do movimento que pode fazer com que os assessores, ao serem contratados, acabem sendo absorvidos e passem a fazer um trabalho político, atuando fora de função, não dando uma contribuição de caráter técnico"</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Estes desafios e exigências colocados aos assessores técnicos são percebidos como indicações de temas, disciplinas ou competências a serem desenvolvidos durante a formação em engenharia. Durante a graduação, em primeira instância, poderiam ser abertos caminhos para que um maior número de engenheiros pelo menos vislumbresse uma possibilidade para trilhar uma orientação profissional que tivesse como centro o apoio às organizações de trabalhadores.

Mas esta ênfase deveria ocorrer também, e talvez até com menores obstáculos, na formação posterior, especializações ou pós-graduação, já que a formação tecnicista não é aberta a estudos e capacitação para questões que envolvam as necessidades do ser humano no trabalho e na sociedade, não contempla interesses específicos dos trabalhadores e não qualifica os engenheiros a atuar de forma diferenciada.

Estes desafios listados também colocam a mesma necessidade de abertura de espaços a uma atuação profissional diferenciada para os dirigentes das organizações de trabalhadores. Em grande parte depende deles criar condições e gerar espaços de discussão e negociação com os engenheiros tradicionais, docentes, instituições formadoras e na sociedade como um todo para mostrar que existem outras formas para o trabalho dos engenheiros e que este tipo de exercício é possível.

4.1.3. Percepções dos assessores sobre ciência e técnica

São bastante significativas as falas dos assessores técnicos sobre a forma como eles percebem os conhecimentos dos trabalhadores. Isto se deve ao número de vezes em que o assunto aparece nos relatos, a qualidade na abordagem, ênfase ou importância atribuída. Os relatos trazem detalhes e exemplos dos procedimentos e cuidados de que eles se valem para gerar interação entre os conhecimentos técnicos que caracterizam sua profissão de engenheiro e os conhecimentos e técnicas construídos ao longo do tempo pelos trabalhadores.

Em função destas narrativas, foi possível identificar uma visão, comum aos assessores, em que os saberes do trabalhador são reconhecidos e valorizados, porque são originados das vivências e experiências de trabalho de homens e mulheres concretos e que lutam cotidianamente por condições melhores de vida. Esta valorização tem origem também no fato, reconhecido pelos técnicos, de que muitos dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos pelos trabalhadores, e com os quais têm contato nas assessorias que realizam, não existem articulados ou são pesquisados e formalizados na universidade. Os trabalhadores seriam, na visão dos assessores, os sujeitos possuidores destes saberes por excelência.

Os depoimentos enfatizam ainda o caráter fundamental que estes conhecimentos do trabalhador representam para que a atuação técnica dos assessores possa ser realizada. Os assessores afirmam que, sem ouvir o trabalhador da fábrica ou do campo, teriam enorme dificuldade para gerar propostas adequadas ao enfrentamento dos problemas colocados pela organização e pela dura realidade dos movimentos; eles não poderiam realizar, por exemplo, propostas para produção rural viáveis, laudos e perícias de riscos e periculosidade nas fábricas, ou realizar projetos para reorganização dos processos de produção. Seriam os trabalhadores que conhecem as especificidades das culturas locais ou sabem onde está a maior parte dos problemas e pontos críticos nos locais de trabalho. Estes depoimentos recolocam a questão dos conhecimentos tácitos, como saberes de difícil reprodução e incorporação a não ser pela experimentação.

A partir desta visão pode ser explicitada uma metodologia de trabalho, comum aos assessores técnicos entrevistados. Ela pode ser sintetizada como uma prática de

construir soluções e propostas de ação em conjunto com os trabalhadores a partir dos conhecimentos que estes mesmos trabalhadores, e os movimentos sociais que eles construíram, carregam em sua bagagem histórica.

As falas reproduzidas a seguir, enfatizam diversos aspectos da relação do assessor com os trabalhadores entremeada pelo conhecimento científico. Apesar de sua extensão, são apresentadas por terem sido marcantes para a realização deste trabalho e porque delineiam procedimentos de trabalho utilizados pela maioria dos assessores entrevistados; concepção e formas de relação com o saber do trabalhador; percepção de conhecimento técnico-científico; críticas à lógica produtivista da formação em engenharia; e a compreensão sobre os processos de enfrentamento com os técnicos oponentes.

a) saber popular x saber científico

“tem muito mais conhecimento com eles do que conosco em relação ao uso e formas de entrar na mata. Não existe conhecimento popular sobre a floresta artificial, plantações de pinus, eucalipto. Nestes locais não há tradição, não tem gente morando ali, se trata de um pacote tecnológico implantado. O nível de conhecimento científico hoje para entender as florestas nativas, os ecossistemas naturais brasileiros, é muito pequeno. Mas a verdade é que a floresta está inteira marcada por critérios desenvolvidos pelas populações que vivem nela, sem sensoriamento remoto”

“fui muitas vezes ao seringal com as lideranças para explicar a parte técnica. Eram reuniões com a base onde tentava traduzir a intenção técnica e escutava muita coisa dos seringueiros que colocava em cheque aquelas idéias que estavam em formulação. Tentava fazer uma adequação das idéias técnicas, elaborada na cidade, com o que estavam pensando os seringueiros, lutando contra a tendência de acabar me tornando um tecnocrata”

“a forma que eu pessoalmente tenho trabalhado nos cursos é primeiro respeitando o conhecimento do operário. A premissa inclusive é de que o saber operário é um saber importante e que no país que a gente vive, no sistema que a gente vive, fragmentou este saber e até a gente pode auxiliar no resgate desse conhecimento que inclusive é um conhecimento que a gente trabalha e que é um conhecimento coletivo porque não é o engenheiro de segurança quem vai resolver o problema, que o engenheiro de segurança não sabe tudo, aliás sabe muito pouco, que é o trabalhador que trabalha há muito tempo na máquina, o mecânico, o eletricitista é que detém esse conhecimento”

b) lógica produtivista x produção para os trabalhadores

“parece que a cada dia você vai negando tudo o que você aprendeu. Se (durante a graduação) a gente negava o pacote tecnológico e (trabalhava) com uma visão fantástica a agricultura alternativa. Hoje a gente nega as duas e ao mesmo tempo tenta absorver as duas. É uma realidade hoje bastante adversa, porque você sabe, a gente não quer quebrar as máquinas para resolver os problemas de classe. Hoje a gente quer justamente incorporar as máquinas dentro do processo de produção e aí entra tratores, tudo o que existe de tecnologia para produção para fazer com que os produtores, além do autoconsumo, produzam para vender e competir no mercado”

“a Unicamp é um modelo americano de escola, na sua própria formação você tem um tipo de visão, uma visão produtivista e que não tem a capacidade de observar o outro, você trabalha em cima de uma lógica única. E quando você trabalha no mundo rural são “n” lógicas diferenciadas. Vamos supor, você vai trabalhar com agricultor cuja a lógica é a maximização do tempo do trabalho da família. Ou você vai trabalhar com um agricultor cuja a lógica é o abastecimento, segurança, alimentar. Ou você vai trabalhar com um agricultor que é assim, aumento de rendimento por área. Você tem um leque de lógicas antropológicas e econômicas que não dá para você trabalhar com uma única visão produtivista, você se quebra”

“o que a escola dá não é informação, mas sim método. Eu acho uma boa escola aquela que trabalha método, métodos para abordar questões, etc. Não é saber o que é um robô. Isso você encontra em livros. ... Você tendo algum método de analisar a produção, por exemplo, você pode até modificar o instrumental que você usa. E efetivamente o trabalho com o sindicato exige um outro instrumental, você tem que ir atrás, exige entender a lógica da produção do ponto de vista de quem está produzindo e não do ponto de vista da boa gestão que é de onde vem a engenharia”

c) Formação escolar descolada do mundo da produção

“realizar uma leitura a partir da realidade da pequena propriedade e depois pensar processos de alterações junto com um conjunto de produtores e se adequar o conhecimento científico a uma dinâmica histórica da pequena propriedade acho que isto foi um grande processo de mudança. Na faculdade teve uma formação contrária à dos anos seguintes. Uma formação que procurava enxergar as questões do campo a partir do produto, da agricultura e não dos agricultores. Então você aprende muito as inovações, o processo técnico é sempre a partir de resultados e não a partir do conjuntos de produtores, então o processo é que faz a gente ir amadurecendo e que é uma grande chave”

“a produção é uma caixa preta para a sociedade. Ninguém tem a menor idéia do que acontece em uma fábrica. Os estudantes de engenharia não têm a menor idéia do que acontece dentro de uma fábrica, nem a engenharia de produção. Por exemplo, aqui na POLI tem um curso que é basicamente visitas a fábricas. E eu fui responsável por este curso o ano passado. Os alunos são do segundo semestre do quarto ano, só têm mais um ano para se formar. Em termos de currículo não falta quase nada, faltam pouquíssimas matérias. O quinto ano é basicamente para fazer o trabalho de formatura. O grosso da engenharia de produção eles já fizeram. Eles se espantam com o que é uma fábrica. Eles falam: “não sabia que era isso!” Tem o barulho, ruído, etc. e eu digo: “isso aí é o resultado dos projetos que vocês fazem!” Mas isso é assim, um espanto. E depois tem aquele negócio de que é sujo, é barulhento”

d) a compreensão dos processos de enfrentamento concreto dos trabalhadores organizados com os técnicos do aparato governamental e a serviço das classes dominantes e a preparação dos trabalhadores para realizá-los.

“os trabalhadores se organizam e lutam, só que chega num determinado momento eles vão enfrentar o projeto de um técnico, de um consultor, a serviço de empresas. Então a gente prepara os trabalhadores, a gente discute com o trabalhador quem é esse homem e como é que ele raciocina, a relação dele com a organização do trabalho e não só colocar que ele é inimigo nosso, defende os interesses do patrão, coisa e tal. A capacidade de enfrentamento do trabalhador tem que ser aprimorada de alguma forma, passando conhecimento para ele e trabalhando o saber dele”

Como pôde ser visto em diversas das falas, os assessores técnicos, ao mesmo tempo em que apresentam uma visão crítica sobre os conhecimentos técnicos que caracterizam sua profissão e valorizam os conhecimentos dos trabalhadores, também reafirmam que este conteúdo técnico é aproveitado no trabalho. Afirmam também que os dirigentes sindicais e lideranças de trabalhadores rurais sentem necessidade destes conhecimentos para sua ação política e organizativa. Esta postura sintetiza uma visão dos assessores sobre o saber em seu exercício profissional. Neste sentido, torna-se clara a importância da participação de assessores técnicos no questionamento e na elaboração de propostas tecnológicas alternativas, tendo em vista que os engenheiros foram importantes colaboradores para a estruturação do padrão tecnológico vigente no país. A perspectiva crítica se apresenta como fundamental ao serem observadas as mudanças na base produtiva mais recentes. Caberia a estes profissionais, com uma concepção crítica da técnica e da produção, a tarefa de construir alternativas para produção e organização do processo de trabalho do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores. Esta seria condição necessária para fazer frente às mudanças que vão sendo implementadas nas empresas, que se disseminam por toda a sociedade, e que terminam por ampliar as condições de subordinação dos trabalhadores, exploração de seu trabalho ou mesmo exclusão de amplos setores da população dos processos

produtivos.

4.1.4. Atuação profissional como ação sócio-política

A opção política, apresentada na seção anterior, aliada à lógica da ciência e ao rigor intelectual, instaura um padrão de atuação que aponta para rumo diverso daquele tradicionalmente utilizado pelos grupos dominantes econômica e politicamente. Neste direcionamento para os interesses da classe trabalhadora, os assessores técnicos agem profissionalmente considerando que a melhoria das condições sociais e de vida podem ser atingidas através de um conjunto de ações e eventos técnicos e científicos conjugados a uma orientação política. "Este posicionamento torna clara uma perspectiva política que, ainda que possa ser considerada firmemente crítica em relação às regras do jogo no Estado capitalista, atua no sentido de um reformismo social, afastado da idéia de revolução do campo de atuação direta."(CHAIA: 1992: 190)

Uma organização de trabalhadores que constitui competência técnico-científica para defender seus interesses através de assessores com o perfil de formação em engenharia e posicionamento político de classe, ao mesmo tempo em que logra atender às necessidades técnicas de suas demandas, atinge também o objetivo de ganhar capacidade de desvelar aspectos importantes das relações formais que se estabelecem entre governantes, capitalistas e trabalhadores, em decorrência do modelo de desenvolvimento sócio-econômico existente no país. Esta perspectiva tende a ampliar as possibilidades para a consolidação de uma dimensão política abrangente e que amplia horizontes e capacidades de luta dos trabalhadores em seus embates com governo e dirigentes das classes dominantes.

Na dinâmica de funcionamento das organizações de trabalhadores, a presença de profissionais de nível superior atuando em assessoria constrói novas possibilidades para uma ação sócio-política. Chaia(1992) considera que isto se dá pelo fato concreto de trabalhadores passarem a orientar a atuação profissional de técnicos. Neste caso as características político-organizativas das entidades de trabalhadores poderiam colocar limites à atuação dos assessores em relação às possibilidades técnicas, mas também lhes abriria perspectivas que, sem o contato com a vida concreta da luta dos trabalhadores, estes profissionais científicos não logriam realizar. Por outro lado,

estes assessores técnicos, ao aceitarem ser dirigidos por trabalhadores e buscar adequar sua prática tecnológica aos objetivos do movimento social, acrescentam à organização de trabalhadores um horizonte propositivo de base científica, reforçando seu conteúdo político e levantando possibilidades inesperadas aos dirigentes que, potencialmente, podem vir a qualificar sua atuação política. Neste sentido, os profissionais técnicos atuando em assessoria a organizações de trabalhadores realizariam um trabalho de mudança de padrões de atuação estabelecidos, ainda que no marco de aceitação da direção pelos trabalhadores.

Este processo de apoio e qualificação da ação das organizações de trabalhadores devido ao trabalho de assessores técnicos permite outras considerações sobre o papel do conhecimento científico nas mobilizações sociais e políticas em geral, e também nos movimentos sociais de trabalhadores em particular.

Analisando a participação de técnicos e cientistas em controvérsias públicas, Dorothy Nelkin⁵⁵ procura avaliar a validade dos resultados de pesquisa científica para informar processos de discussão e tomada de decisões. A autora analisa como os cientista e tecnólogos interpretam os resultados de seu trabalho em um contexto externo à ciência e se estes profissionais são capazes de prestar assessoria politicamente desinteressada para governos e organizações. Estas indagações são realizadas em relação à imagem que a ciência tem perante a opinião pública e ao papel realizado pelos processos de difusão do conhecimento científico pela sociedade.

Para Nelkin o crescimento do volume e abrangência das atividades voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico não sofreu historicamente grandes restrições ou contestações, permanecendo por muito tempo livre de questionamentos. Recentemente, porém, após os desastres de duas guerras mundiais em que produtos da ciência e da tecnologia passaram a ser fortemente responsabilizados por tragédias para a humanidade, como o uso militar dos aviões, de armas químicas, o lançamento de bombas atômicas ou inúmeros desastres ambientais, e vieram a se tornar importantes as pressões por alguma forma de controle ou restrição, buscando salvaguardas contra os riscos inerentes aos resultados das pesquisas científicas. Neste sentido, são estudados diversos exemplos de avanços originados da pesquisa e

relacionados a problemas sociais, ambientais, culturais ou econômicos que, a partir da década de 60, têm se transformado em extensas controvérsias públicas.

Uma controvérsia, termo chave na análise realizada pela autora, se instala a partir do momento em que algum grupo de interesse se organiza visando atingir objetivos e pressiona a opinião pública, dirigentes governamentais ou empresariais por seus interesses. Este processo teria origem em torno de quatro modalidades de contestação:

a) questionamento de alguma decisão sobre política pública que tenha sido tomada e implique em encargos financeiros ou legais, riscos ambientais ou à qualidade de vida. Seriam os casos de grupos de trabalhadores defendendo ampliação do emprego, ou de moradores, com ou sem influência político-ideológica, que protestam contra a localização de um aeroporto ou distrito industrial próximo a sua região, ou que buscam preservar mananciais.

b) contestação de orientação definida para alguma linha de pesquisa ou desenvolvimento de novos produtos, devido aos riscos potencialmente envolvidos, por não haver clareza sobre objetivos, adequação de prioridades ou mesmo por envolver questões de ordem ética, conforme percebido pela sociedade ou pela própria comunidade científica, como os exemplos das organizações ambientalistas contra pesquisas nucleares ou grupos em defesa da saúde criticando uso de drogas com efeitos colaterais considerados nocivos.

c) contestação de alterações na legislação ou buscando criar novas regulamentações para avanços nos direitos sociais ou trabalhista, evitar interferências em liberdades individuais de escolha, a exigência de uso de equipamentos de segurança em automóveis ou rejeição de aumentos de impostos.

d) mobilizações contra o uso e difusão de conhecimentos de caráter científico na sociedade que podem desafiar valores morais e tradições estabelecidas, como no caso extremo da contestação ao ensino da Teoria da Evolução de Darwin em escolas públicas nos EUA.

A característica central das controvérsias seria uma passagem dos debates e polêmicas centrados em aspectos técnicos, enquanto âmbito de competências

⁵⁵ NELKIN, 1979. *op. cit.*

específicas de especialistas, para se transformarem em processos de pressão e negociação para a tomada de decisões, com um caráter intensamente político. Nelkin considera que as modalidades de surgimento de mobilização política revelam que grupos de pressão passam a atuar por perceber que interesses comuns em torno dos quais se organizam estariam sendo feridos, injustiças cometidas, necessidades reconhecidas estariam deixando de ser cumpridas, comunidades estariam sendo expostas a algum risco, recursos públicos poderiam estar sendo mal utilizados ou mesmo privilégios estabelecidos poderiam estar sendo ameaçados. Isto valeria para todas as formas de atuação de grupos e movimentos contestatórios, sejam de caráter social, ambiental, econômico-empresarial, religioso ou mesmo originado em segmentos da própria comunidade científica.

O processo descrito em que o conhecimento científico vai perdendo o status de atividade que estaria acima das críticas pode ser compreendido como fruto de um processo muito mais abrangente de democratização sócio-política, de exigência de maior controle social sobre os organismos de estado ou mesmo sobre atividades privadas, sobre a utilização de recursos públicos e para uma maior transparência sobre todo o tipo de decisões que afetam a vida das pessoas. Este processo de constituição de instituições democráticas mais sólidas seria uma marca dos últimos trinta anos e um resultado do modelo político-econômico dominante do pós-guerra. O crescimento da atuação dos grupos de interesse poderia ser vista também como desenvolvimento histórico dos processos reivindicatórios e emancipatórios, dos quais os movimentos relacionados às lutas de trabalhadores por mudanças nas relações de trabalho seriam os exemplos mais tradicionais. Neste âmbito mais amplo poderia ser melhor compreendida a construção social de controles, regulações ou barreiras em diversos setores de atividade, até mesmo militares. Também, nesta direção, pode ser compreendida a construção de maiores espaços e possibilidades de participação nas escolhas, maior exigência de acesso a informações, responsabilização sobre as conseqüências de ações implementadas e solicitação do envolvimento de técnicos e especialistas no suporte aos debates e decisões.

Tendo em vista o discutido até aqui, os técnicos e cientistas não são capazes de prestar consultoria politicamente desinteressada porque os processos decisórios têm um caráter predominantemente político e também porque os resultados das

pesquisas e das tecnologias desenvolvidas, ainda que política e genericamente apresentados por seus defensores como conquistas do desenvolvimento científico e tecnológico, podem vir a gerar desigualdades ou originar efeitos indesejados de caráter político, social, cultural, ambiental ou econômico. A estas duas considerações, formuladas por Nelkin, devem ser acrescentadas outras cinco:

1) o método científico, o rigor no levantamento de informações relevantes, objetividade, atitude lógica, atributos que os diferenciariam em relação aos políticos, pelos quais os cientistas e tecnólogos se vangloriam e buscam justificar sua própria isenção, pode não ser a ferramenta de trabalho mais adequada para focar todos os tipos de questões, especialmente para a reflexão e análise sobre os problemas que envolvem interesses politicamente conflitantes;

2) em processos de disputas, como afirma Mazur (1973), os especialistas tendem a se comportar como as "pessoas comuns" em situações conflitivas, se valendo de truques e expedientes para reforçar seus argumentos, se fixando em discordâncias mas sobre bases desencontradas, debatendo sobre pontos diferentes e não comparáveis, polarizando os desentendimentos e fechando possibilidades de acordo ou mesmo entram em graves disputas onde é indeterminado o estado presente do conhecimento. Este comportamento, a princípio nada científico, tenderia a ampliar a confusão em debates e disputas públicas⁵⁶.

3) em decisões onde predominam interesses políticos, além dos juízos de natureza propriamente política, seriam requeridos também juízos de caráter jurídico, além das avaliações de ordem técnico-científica. Matus⁵⁷, a partir de suas experiências e pesquisas com decisões em âmbito governamental, levanta estas três modalidades de avaliação, como os tipos básicos de juízos para a decisão e afirma ser a avaliação jurídica sobre as situações, um outro tipo de capacitação, dificilmente encontrado em assessorias técnicas.

4) se impõe também como inadequado procurar encontrar contextos que seriam externos à ciência, dados todos os aspectos condicionantes do direcionamento e do trabalho do cientista, incluídos aqueles de natureza político-ideológica, emocional ou psicológica.

⁵⁶ MAZUR, A. "Disputes between experts", *Minerva*, vol. XI, 1973.

⁵⁷ MATUS, 1997, op. cit.

5) o caráter da ciência e da tecnologia como força produtiva não neutra, portanto a serviço de interesses estabelecidos no processo de desenvolvimento típico do modo de produção capitalista. Como estudam diversos autores, "A ciência não é funcional em relação à sociedade e à dominação capitalista apenas pela divisão do trabalho refletida na linguagem, na definição e na repartição das suas disciplinas. Ela é também funcional pela sua forma de colocar certas questões e não outras, e de não levantar problemas que o sistema não possa resolver." (GORZ: 1974: 223-224)

No decorrer de sua ação política, os atores organizados se valem dos conhecimentos de especialistas como um recurso relevante: os ativistas necessitam de pessoal capacitado a formular, legitimar e dar suporte às suas posições no interior das disputas. Esta suposição está baseada na aceitação e valorização da ciência como portadora de conhecimento isento ou desinteressado nos debates públicos, sendo capaz de apresentar propostas e soluções racionais e, por isso, intrinsecamente boas. Como marca das controvérsias o que se vê são técnicos atuando de todos os lados envolvidos, operando a serviço dos grupos de interesse ou de organismos governamentais. O resultado final reservado a estes profissionais nestas situações é ver seus argumentos técnico-científicos dando suporte a ações de caráter político e se tornando apenas mais uma arma nas disputas por interesses. A interpretação dos resultados do trabalho dos técnicos realizada fora do ambiente acadêmico estaria fortemente marcada pela disputa, pela posição e interesses concretos que o técnico está defendendo.

Assim a atuação profissional dos técnicos seria fortemente influenciada pelas posições, demandas e necessidades do "lado" para o qual estaria trabalhando. Este ponto de vista não é contraditório à percepção dos resultados finais do trabalho de assessoria como desfechos de processos de negociação e construção social e coletiva de compromissos. Esta visão é enfatizada por Mazur(1973), que realiza análises comparativas e sugere que o contexto político, não científico, pode ser igualmente importante na determinação dos resultados. Percepções semelhantes podem ser identificadas da mesma forma nas falas dos assessores entrevistados sobre seu papel em processos de negociação entre empresas e sindicatos ou entre assentados e

órgãos governamentais, quando os aspectos políticos pactuados pelos dirigentes também delimitam o escopo da intervenção da assessoria técnica.

Trabalhando o tema das motivações que levam as pessoas a participarem de contestações Nelkin⁵⁸ apresenta a sugestão de que o “impulso pela participação” tenha origem em decisões específicas quando é anunciado um determinado projeto ou política e enunciados os resultados esperados. Em função desta decisão os diversos interesses se organizariam. Embora o próprio processo que resulta em uma decisão⁵⁹ seja influenciado por diversos fatores até ser concretizado, a autora assume como ponto de partida que os argumentos e critérios que definiriam uma nova legislação, a instalação de uma nova planta industrial ou o traçado de uma nova estrada seriam objetivos e baseados em prognósticos sobre necessidades futuras. A partir daí os grupos de interesse viriam a atuar. Esta simplificação não pode ser aceita pois não dá conta do intenso jogo de forças e interesses que ocorre durante todo o processo de formulação de uma determinada política. Os procedimentos utilizados para a pressão política antes e depois do anúncio de uma decisão são basicamente os mesmos e fariam parte de um processo mais amplo de, como colocado por Nelkin, participar para ocupar espaços no processo de construção de decisões importantes. Um dos objetivos da ação dos grupos de pressão seria então não permitir que análises técnicas ocultem os interesses e escolhas envolvidas. Desta forma, o campo das decisões seria intencionalmente direcionado para o espaço político, retirando-o da técnica e da argumentação científica, porque na linha de ação do debate público, as implicações morais, sociais ou econômicas de uma política, podem assumir maior importância do que qualquer especificação técnica.

A partir dos estudos de Nelkin e Mazur, e também por observações sobre os relatos dos assessores, os técnicos se envolveriam em controvérsias relacionadas com a definição de políticas ou ao desenvolvimento e utilização de novas tecnologias de cinco formas:

1) por intermédio de associações técnico-científicas, profissionais e acadêmicas;

⁵⁸ NELKIN, 1979, *op. cit.*

⁵⁹ É extensa a bibliografia que analisa os processos de tomadas de decisão, p. ex. HAM, Christopher & HILL, Michael. *The policy process in the modern capitalist state*. London: Harvester Wheatsheaf, 1984.

- 2) como consultores de agências e organismos governamentais, atuando através de pareceres técnicos, legitimação de posicionamentos e diluição de responsabilidades;
- 3) ocupando diretamente cargos públicos;
- 4) como assessores de organizações de trabalhadores, grupos de pressão ou entidades empresariais;
- 5) como participantes diretos e adversários em controvérsias, validando e defendendo teorias, pesquisas e resultados com implicações sociais, ambientais, econômicas etc.

Os resultados dos trabalhos dos técnicos e especialistas são reconhecidos como importantes pois acabam gerando um suporte de informações a cada um dos lados envolvidos em uma disputa. "Como a arena de decisão política é um ambiente extremamente carente por informação confiável, onde as evidências não são naturalmente reconhecidas enquanto tal, se trabalha avaliando se os níveis de risco são aceitáveis e onde usualmente prevalece a incerteza, toda a informação deve ser considerada válida. A informação de caráter científico, especialmente pelo alto valor e reconhecimento social que lhe é dada, apresenta um valor singular como arma no jogo de pressões que caracteriza os processos de decisão em sociedades com instituições democráticas com algum grau de consolidação."⁶⁰

As características sócio-culturais de cada país acabariam por conformar seus processos de decisão e regulação. Neste marco geral para a atuação técnica de especialistas e profissionais com formação de nível superior em debates públicos pode ser encontrada uma base analítica para a presença e atuação de assessores técnicos nas organizações de trabalhadores.

4.2. Percepções dos assessores sobre o trabalho realizado

4.2.1. Principal ênfase no trabalho dos assessores

Na definição dos engenheiros que deveriam ser entrevistados foi apontado, como um dos pontos do perfil delimitado, o caráter técnico de sua atuação. Isto

⁶⁰ JASANOFF, Sheila. "Acceptable evidence in a pluralistic society", In: MAYO, D. & HOLLANDER, R.D.(eds), Acceptable evidence: science and values in risk management. New York: Oxford Univ. Press, 1991.

significaria que todos os entrevistados deveriam ter uma atuação técnica ligada aos conteúdos profissionalizantes obtidos durante o curso de graduação. Na prática, o que se procurava evitar era o fato de engenheiros estarem atuando completamente afastados de trabalhos técnicos ou especificamente estarem atuando como assessores políticos nas organizações de trabalhadores, orientando sua ação pela luta político-ideológica. No entanto, apesar do conjunto de engenheiros entrevistados ter sido procurado a partir desta delimitação, como assessores técnicos, não foi esta a principal ênfase nos trabalhos que puderam ser observadas nos depoimentos.

A maioria dos entrevistados procurou colocar na mesma ordem de importância os aspectos técnicos, políticos, organizativos ou educativos em sua atuação profissional. Mas a análise sobre o conjunto do material levantado permite a afirmação de que os aspectos técnicos e políticos existem na realidade do trabalho profissional dos engenheiros como fundamentos básicos para a atuação. Na prática, o trabalho destes assessores técnicos acaba sendo, em grande medida, marcado por aspectos educativos e, em segundo lugar, por aspectos organizativos. Esta orientação para o trabalho é fruto da necessidade de constituir viabilidade, internamente à organização, para o trabalho técnico.

Os aspectos educativos, enfatizados nas entrevistas, se revelaram como sendo de duas ordens. Uma primeira, como ação direta: todos os entrevistados realizam atividades propriamente de formação por solicitação da organização a que prestam serviço. São cursos, seminários, exposições, palestras e produzem materiais de divulgação e didáticos. Mas também há uma vertente de atuação indireta. Como pôde ser visto em diversas falas reproduzidas, existe uma forte orientação que busca formar e capacitar os dirigentes, lideranças e trabalhadores em todos os momentos de sua atuação. Por exemplo, ao produzir um projeto, preparar uma negociação ou ajudar na organização de um assentamento de sem terra aparece com força a necessidade de capacitar o dirigente para que este tenha uma maior autonomia no processo. O conjunto dos relatos leva à conclusão de que o principal segmento no trabalho dos assessores é educativo.

Há também uma forte atuação nos aspectos organizativos. E também com duas vertentes. A primeira no sentido de buscar apoiar a solução de problemas organizativos e administrativos da organização de trabalhadores. Sem este tipo de

intervenção, o assessor técnico não consegue realizar seu trabalho ou os produtos e resultados obtidos não adquirem visibilidade para o conjunto dos trabalhadores. Uma segunda, também muito citada e importante, é o trabalho de organização externa, quando os assessores apoiam os dirigentes em trabalhos de organização de trabalhadores nos assentamentos ou comissões diversas nos locais de trabalho.

Embora apenas dois dos entrevistados tenham colocado uma ênfase muito grande nos aspectos técnicos de sua atuação, é possível perceber que a marca distintiva da assessoria é a técnica. É através deste fator diferenciador profissional, obtido nos bancos escolares, que o engenheiro encontra espaço para atuar no interior das organizações, é por onde ele abre espaço e consegue ser ouvido pelos trabalhadores. Sem uma qualidade técnica na intervenção “o técnico vai falar no vazio”. São reproduzidas, a seguir, algumas falas que discutem estas ênfases, conforme levantadas pelos assessores técnicos em relação ao trabalho que realizam.

“não dá para falar que eu vou deixar um pouco a área organizativa ou política para o pessoal, porque eu preciso na verdade estudar, pesquisar... Estamos num estágio em que não posso abandonar... Estou pensando que devo ajudar mais fortemente na organização e na política, para que no momento em que sentir que o pessoal assimilou, eu possa dar um respaldo mais técnico”

“você falar do técnico você está falando do político. Eu tenderia a voltar à minha perspectiva. Eu acho que, num longo prazo, eu me sentiria mais capaz de realizar a minha atividade do ponto de vista técnico e educativo. Eu me sentiria mais feliz comigo mesmo explorando melhor a minha potencialidade se eu trabalhasse nisso. Agora eu acho que não dá. Numa situação onde há uma relação que eu falei de não existir um cliente, a discussão organizativa é fundamental”

“a gente tem procurado apresentar um trabalho quase científico na verdade, porque estamos procurando organizar da melhor forma possível na sua amplitude, não estamos pegando fatos isolados, você tem que mostrar as estatísticas, você tem que mostrar a forma política de conseguir as coisas, a forma técnica, sabe, isso tudo vem junto. Agora, o pessoal está assimilando tudo isto lentamente”

“o conhecimento técnico é muito relevante. Muitas vezes se faz o discurso de que é ideológico, é faccioso. Tudo bem. Mas vá fazer um carro. Como é que se produz um carro? Você tem que ter uma certa avaliação crítica, mas isto em qualquer coisa que você faça”

Os aspectos de ordem política são reconhecidos por todos os entrevistados como fundamentos para a atuação, mas que não ficam expostos à superfície visível do que é produzido. Este fato pôde ser notado já na análise feita sobre trajetórias e influências: a decisão de se aproximar das organizações de trabalhadores é uma decisão de caráter político, mas os assessores afirmam que estão a serviço da organização para apoiar diretamente sua ação política. Na atuação cotidiana, o tom político é básico mas não predominante.

4.2.2. Resultados percebidos sobre o trabalho realizado

A percepção obtida a partir da verificação do conjunto de relatos dos assessores técnicos é de que existe um sentimento um tanto impreciso mas que indica, de forma geral, satisfação com os resultados obtidos no trabalho de assessoria. Baseado nos relatos, a origem das insatisfações existentes está relacionada a fatores ligados às características internas de funcionamento das organizações e não ao trabalho efetivamente realizado. A maior parte dos assessores afirma que vê resultados positivos porque os cursos e exposições acontecem, os projetos, propostas, laudos, perícias, a preparação e acompanhamento de negociações são realizados. Além disso o conteúdo técnico destes trabalhos, enquanto produto obtido, lhes é satisfatório. O que lhes falta é maior clareza sobre se as atividades realizadas e produtos obtidos estariam gerando impactos sobre a problemática e as demandas da organização que os solicitaram. As duas falas, a seguir, são emblemáticas desta dificuldade de percepção sobre os resultados alcançados, o que aparece em vários dos depoimentos.

“se os objetivos estão sendo atingidos a pergunta teria que ser feita para a organização. Primeiro que os objetivos não estão formulados, o sindicato não tem uma

formulação muito explícita do que quer. O que é útil do ponto de vista do sindicato, porque vai adaptando, tem uma certa flexibilidade e, por outro lado, gera uma certa falta de avaliação. Não que o sistema seja de baixa responsabilidade, mas porque o tipo de responsabilidade é muito variada. Uma hora aquilo é extremamente importante e daí a 10 minutos se você não fizer absolutamente nada sobre aquilo não faz a menor diferença”

“mas o que a gente tem notado é que a gente pega, faz um plano de trabalho, leva para o pessoal e não tem retorno”

Aceito este ponto de partida, de que as organizações não teriam expectativas sobre resultados a atingir bem definidas e compartilhadas com os assessores técnicos, as possibilidades de avaliação de resultados por parte dos assessores ficam prejudicadas. Se não existe, tanto para os engenheiros como para os dirigentes, algum tipo de indicador ou meta que, por exemplo, pudesse revelar o quanto o conjunto dos trabalhadores associados a uma determinada entidade estariam melhor preparados, informados ou organizados em função do trabalho dos assessores, as respostas obtidas no que diz respeito a resultados obtidos, estariam de fato medindo apenas o nível de satisfação pessoal dos técnicos com o seu trabalho. De fato, as avaliações de resultados apresentadas pelos assessores de forma geral são positivas. Várias delas, no entanto, vêm acompanhadas de afirmações, dúvidas ou reflexões que relativizam, atenuam ou lançam algum grau de insegurança, dado não ser possível realizar uma avaliação bem fundamentada. São poucos os casos em que o entrevistado afirma perceber resultados muito claros de seu trabalho, e isto ocorre em trabalhos de ponta e em categorias muito bem organizadas. Aparecem também expressões que revelam um nível de exigência pessoal superior ao obtido, apesar dos dirigentes estarem avaliando positivamente o trabalho realizado. Apresento, a seguir, algumas das falas que fundamentam a síntese realizada.

“têm sido poucos os frutos. Mas há uma consciência de que esses resultados são valiosos. A gente sente no campo que há um novo momento, a criação de um grande número de associações de pequenos produtores, e a rediscussão do cooperativismo, os enfrentamentos que os integrados passam a ter com as grandes agro-indústrias.

Então a gente nota, embora com grandes dificuldades...”

“eu não sei, acho que da minha atuação particular teve uma certa curva e estabilizou e acho que o resultado da minha atuação particular foi que existe um certo campo de discussão de algumas coisas no movimento sindical hoje. É óbvio que não é só porque eu estava lá, existem necessidades ... Mas o fato de hoje já ter 2 engenheiros não é a toa e assim vai. Neste sentido acho que andou”

“percebo avanços por ver diretores da organização atuando sobre uma base construída pela assessoria”

“a gente percebe que o grande fruto do nosso trabalho vem do potencial organizativo, ajudando a criar mais militantes e, vamos dizer assim, lideranças na área de saúde e segurança e que entram na história do sindicato, e seja no caráter informativo mesmo, as centenas de boletins que a gente ajudou a fazer e que hoje inclusive a própria máquina sindical já faz sem chamar a gente. Hoje qualquer diretor, se aparece um problema de saúde, ele senta e faz um boletim”

“a gente sente que consegue apesar das limitações porque a gente fica sempre colocando os muitos desafios pela frente aí você vai ver que o que você cresceu não foi tanto, mas em um ano e meio praticamente do nada a gente constrói toda uma organização e agora entra todo um processo de implantação”

Uma última relativização encontrada em relação aos resultados obtidos aparece em função das dificuldades de implementação dos projetos e propostas construídos. Aparece na fala de 8 dos entrevistados a percepção de que apenas ter escrito e apresentado um projeto ou realizada uma perícia e preparado um laudo não significa o final do processo ou ter atingido um bom resultado. Ao contrário, neste ponto é iniciado um outro período em que predomina a negociação ou a luta política. Nesta nova etapa vai se buscar aprovação ou financiamento ao projeto, o laudo se transforma em um processo judicial ou o centro de uma pauta de negociações. Se após este percurso ainda assim houver resultados positivos seria uma nova etapa, seja de implantação prática ou de medidas corretivas originadas de vitórias judiciais.

Esta problemática é mais acentuada no caso dos técnicos que atuam com

segurança e saúde no trabalho. Neste caso, as etapas posteriores a seu trabalho original usualmente passam a ser conduzidas por advogados e os engenheiros perdem o contato, o controle do processo, que as vezes pode durar muito, fazendo com que eles fiquem sem saber o que se passou ao final. Escolhi a seguinte fala para fechar este ponto.

“não é só a técnica, formular um bom projeto, que decide: a negociação é 80% do trabalho e das possibilidades de se obter um bom resultado”

O conhecimento, a tecnologia e a informação, apresentada como sendo de caráter científico, portanto portadora de verdades, passam a ser vistos como produtos utilizados para fazer prevalecer os interesses dos trabalhadores. Nesta perspectiva, saber científico e saber tácito também se equivalem e são igualmente relevantes como capacidades de ação político-social. No contexto presente de mudanças nas relações de trabalho, nos processos produtivos e redefinição das funções do Estado, os movimentos sociais se vêem obrigados a se envolver em disputas e negociações com organismos públicos, empresas e grandes produtores rurais.

4.2.3. Perspectivas profissionais futuras

Foi identificada nos relatos uma dificuldade dos entrevistados em relação ao que o futuro pode lhes reservar. Pelo que foi observado, esta dificuldade pode ser atribuída, em parte, ao processo de trabalho dos assessores nas organizações, quando têm pela frente a pressão cotidiana dos pequenos problemas e da própria dinâmica de funcionamento do aparelho sindical e das organizações dos trabalhadores no Brasil. Também deve ser levado em consideração o impacto que todo o processo de mudança que vem ocorrendo na organização da produção capitalista, com desdobramentos em relação a uma crescente insegurança nas relações estabelecidas a partir do mundo do trabalho. No caso brasileiro, um outro fator importante que deve ser considerado é a influência que o processo de consolidação democrática, abertura da economia iniciada no início dos anos 90, ajuste neoliberal do Estado, agravamento dos problemas ligados à distribuição de renda, à obtenção de empregos no campo e na cidade, questões ambientais, vêm trazendo sobre os rumos e a organização dos

movimentos sociais. A abertura da economia tende a gerar maior grau de competição de preço, qualidade, prazos e um incremento no processo de racionalização e inovação técnico-organizacional. A diminuição da atividade econômica, característica dos últimos anos, inibe este processo de racionalização pelo lado dos investimentos mas o acelera pelo lado do enxugamento e implantação de transformações tecnológicas na produção. Entre os assessores, existe uma compreensão comum sobre o processo de renovação que as empresas, de setores urbanos e rurais, têm buscado realizar. Este processo tem causado impactos sobre as formas de organização e luta dos trabalhadores. O resultado mais grave tem sido a diminuição dos postos de trabalho, o que atinge profundamente os trabalhadores, já que os coloca na posição de não trabalhadores ou excluídos do mundo da produção.

Apesar deste pano de fundo, a princípio pouco promissor, os assessores técnicos relatam perspectivas, de forma geral positivas, onde aparecem elementos baseados nas necessidades crescentes de apoio de todas as ordens para as organizações de trabalhadores, no enorme volume de problemas e temas que exigem ser tratados, e que justificariam uma forte crença de que a demanda pelo apoio de técnicos continuará crescente. Esta visão é mas significativa entre os assessores que atuam para organizações de trabalhadores de ponta ou muito bem organizadas como é o caso dos sindicatos de metalúrgicos da CUT ou o MST.

A crescente presença de engenheiros exercendo modalidades de exercício profissional subordinados e de menor remuneração e de poder de mando somada à ideologia adquirida em seu processo formativo, mais relacionada aos interesses das classes dirigentes da sociedade vem progressivamente os colocando, como estudado por Kawamura, cada vez mais em posições inferior na estrutura social e em condições de identificar-se de alguma forma com as classes subalternas e com os reclamos dos trabalhadores. Este quadro abre também espaço a que um maior contingente de profissionais em engenharia abram questionamento sobre sua função e reflitam sobre novas possibilidades e alternativas tecnológicas e para um exercício profissional com visão social em um contexto de atuação classista, "compreendendo as implicações de uma postura técnico-operativa em face da questão tecnológica, ampliando sua prática para o nível político. A reflexão crítica e definição por um posicionamento encontrarão maiores possibilidades de serem realizadas no âmbito da ação na sociedade civil.

Considerando-se a existência de forças sociais dominantes que sustentam o modelo tecnológico adotado, usufruindo continuamente de seus benefícios, o seu questionamento e a adoção de alternativas se realiza no interior de intensa luta ideológica e política na sociedade." (Kawamura: 1986: 55) Esta passagem se transforma em processo de organização dos trabalhadores para fazer frente ao aparato jurídico, econômico, técnico e ideológico montado pela classe dominante.

O discurso dos assessores dos trabalhadores aponta para a percepção de que existem opções para a ação dos trabalhadores organizados. As inovações podem também trazer benefícios à sociedade e não há uma visão apenas a partir dos efeitos considerados potencialmente negativos na mudança técnica e na mudança social. Também são percebidas mudanças de base tecnológica fora dos locais de trabalho: a eletrônica e a automação permeiam uma enorme variedade de produtos acessíveis a uma parcela da população e também tendem a permitir melhorias nos diversos serviços como água, luz, telefone, assistência médica, educação. Os assessores se apoiam na possibilidade de construção de maiores redes de cooperação e relações inter-trabalhadores, rompendo com o isolamento tradicional entre os movimentos sociais e forjando novas formas de relações de poder. Além disso, outros instrumentos tradicionais de mobilização e organização continuariam com validade mesmo nas novas bases do processo produtivo que se anunciam. Seria o caso da atuação em torno das questões relacionadas a saúde e segurança do trabalho ou as questões relativas à posse da terra e produção de alimentos para uma população empobrecida. Os assessores consideram que se existem alternativas, se existem diferentes maneiras de produzir, se o processo de trabalho é uma relação socialmente construída, pode-se nele interferir e há muito o que negociar. O processo produtivo na cidade e no campo não seria uma definição unilateral das empresas e dos organismos governamentais. A ampliação dos espaços democráticos e um melhor relacionamento com outros setores e organizações da sociedade como partidos, universidades, institutos de apoio, ONGs, são necessários. Para tanto seria necessário, na visão dos assessores, ampliar os espaços de negociação, desenvolver a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho, conhecer coletivamente os processos de trabalho e adotar uma postura mais propositiva do que de resistência.

Uma outra ordem de preocupações aparece em relação a perspectivas mais pessoais do que relacionadas à dinâmica das organizações. Estas perspectivas, também de caráter positivo, apontam para o desenvolvimento de projetos de pesquisa de caráter acadêmico, mestrado, doutorado, novas especializações, buscando uma ampliação na capacitação profissional, um perfil em engenharia mais humano e generalista ou uma consolidação dos conhecimentos e experiências vividos até o momento. Nenhum dos profissionais entrevistados mencionou perder os vínculos que mantém hoje com os movimentos, mas apareceram perspectivas de continuidade dos trabalhos de assessoria também em outras instâncias como partidos políticos ou organizando empresas de consultoria, buscando ganhar maior autonomia e ampliando a liberdade criativa em relação à forma de trabalho atual.

Considerações finais

O processo de formação e especialização sócio-técnica de engenheiros não busca levar ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre a profissão ou competências para que estes profissionais venham a trabalhar em funções de assessoria técnica a organizações de trabalhadores. Este trabalho procurou levantar e analisar os percursos de trabalho e formação realizados por assessores que atuavam com esta orientação. Buscou-se elementos que configurassem como e por quê alguns engenheiros e engenheiras contrariam a tendência tradicional e passam a atuar profissional e criticamente em função das demandas colocadas por organizações de trabalhadores.

Ao ser estudado o trabalho efetivo de assessoria técnica, em uma perspectiva de superação das desigualdades, realizado por engenheiros e engenheiras, a partir dos conhecimentos diferenciadores da formação em engenharia, buscou-se compreender os processos de qualificação e efetivação de uma prática profissional técnica e política crítica, sendo levantados questionamentos sobre o papel e a atuação de assessores com escolarização de nível técnico junto a organizações de trabalhadores. Foram apontadas também alternativas metodológicas à formação em engenharia neste período de profundas alterações na base técnica do modo de produção industrial a partir das necessidades dos trabalhadores rurais e urbanos organizados.

Constatou-se, nas narrativas dos assessores entrevistados, que os conteúdos técnicos oferecidos nos cursos de engenharia são, de forma geral, aceitos e valorizados. Os assessores reconhecem que os conhecimentos de caráter básico oferecidos no ensino tradicional são importantes como a base do processo de requalificação técnica que eles são obrigados a fazer para poder atuar em apoio aos trabalhadores. Em relação às necessidades dos trabalhadores, no entanto, eles afirmam que sua capacitação era muito limitada ao concluir a graduação em engenharia e enfatizam a necessidade de dominar conhecimento ligados à prática de negociação, planejamento de produção, projetos cooperativos, trabalho e organização

em grupos. São relatadas necessidades sobre tecnologias alternativas aos pacotes tecnológicos agrícolas e industriais ensinados no ensino tradicional mas há uma compreensão comum de que este tipo de conhecimento não está disponível nas universidades nem haveriam docentes e pesquisadores preparados para oferecê-los. O conteúdo técnico necessário a um exercício profissional diferenciado e com uma direcionalidade política alternativa, poderia ser construído na universidade, inclusive para ser reproduzido, a partir do trabalho e o envolvimento dos docentes com as demandas das organizações de trabalhadores.

Os dirigentes destas organizações, e também os professores e pesquisadores nas universidades não teriam, de forma geral, compreensão suficiente destas necessidades e do papel que os profissionais técnicos de nível superior, especialmente os engenheiros, podem vir a desempenhar. Também não conhecem o que estes profissionais fazem, o que podem vir a fazer e o potencial de transformação envolvido a partir de uma atuação técnica e política diferenciada em conjunto aos trabalhadores;

Foi identificada, no trabalho dos assessores entrevistados, uma predominância da atuação de caráter organizativo e educativo. Esta predominância se consolida sobre uma base técnica e uma postura metodológica inovadoras no trabalho destes profissionais no interior das organizações a que estão vinculados. Este caráter organizativo, busca, em grande medida, garantir a continuidade ou obter viabilidade ao trabalho que se pretende desenvolver. A ênfase técnica se caracteriza quando a base de confiança política e de estrutura organizativa já foram construídas e passam a garantir o efetivo exercício profissional. O acesso de profissionais técnicos ao campo de atuação junto às organizações de trabalhadores está relacionado à sua capacidade de produzir conhecimento e informação. É no âmbito da competência técnica, que inicialmente os profissionais entrevistados logram conquistar espaço para o trabalho junto aos trabalhadores.

Os assessores atuam de forma semelhante na sua relação com os trabalhadores nos diversos sindicatos e categorias. É comum entre eles uma metodologia de trabalho em que ouvir o trabalhador é a chave. Esta postura não é sintoma apenas de uma postura democrática ou participativa. Os assessores reconhecem que sem os conhecimentos que os trabalhadores detêm sobre a realidade

da produção específica em que estão envolvidos e suas necessidades enquanto sujeitos do processo de organização os técnicos não conseguiriam formular propostas adequadas ao enfrentamento das próprias demandas dos trabalhadores. A dimensão política é, portanto, central como compromisso de vida e de luta para a maioria dos entrevistados e importante como motivação para a passagem dos engenheiros a uma atuação profissional diferenciada, embora alguns dos entrevistados também tenham enfatizado a mudança de orientação por aspectos profissionais.

A atuação junto às organizações não traz a marca política em primeira instância já que a direção política das organizações é determinada por suas lideranças. Os assessores técnicos se mostraram muito ciosos de não ocupar o lugar ou substituir os dirigentes na atuação cotidiana. Estes engenheiros, ao assumirem esta perspectiva profissional, assumem portanto uma opção política, colocando seu poder de gerar conhecimento à disposição dos interesses e da ação política da classe trabalhadora. Como afirma Chaia, a lógica técnico-científica sempre foi campo dominado pelos grupos dominantes e sempre foi constituída a partir dos trabalhos de organismos governamentais de pesquisa e por instituições de origem patronal-empresarial. O processo recente de democratização no país, a partir de finais da década de 70, reduziu em muito as possibilidades de manipulação de dados e informações técnicas, com o aumento do controle e transparência das instituições oficiais. Por outro lado, diversas universidades e centros de pesquisa têm se voltado também para a análise das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, ampliando as possibilidades de apoio com base em conhecimento às organizações de trabalhadores. Este fato pode ser percebido e corrobora a análise sobre as trajetórias dos profissionais desde a formatura até as atividades de assessoria.

O aspecto de tensionamento no trabalho dos assessores se revela fundamental: a atuação técnica dos engenheiros e engenheiras em assessoria a organizações de trabalhadores se realiza permanentemente pressionada por três determinações:

- 1) os condicionamentos fundados no rigor técnico-científico para a realização de estudos, análises e proposições;
- 2) a postura crítica e metodológica de respeito, necessidade de compreensão e incorporação, ao trabalho técnico dos assessores com formação escolar de nível superior, dos conhecimentos, valores e sentimentos dos trabalhadores;

3) a necessidade da orientação política dos dirigentes dos trabalhadores aos assessores fundada no caráter e desafios da ação concreta das organizações a que prestam serviços.

Esta tensão redefine efetivamente o caráter da atuação profissional, constituindo um novo modo de atuação técnica. Esta atuação traz consigo uma marca importante e diferenciadora que é seu componente de denúncia e explicitação dos mecanismos efetivos de funcionamento da sociedade capitalista moderna e seus mecanismos encobertos de dominação e subordinação. Esta é a essência da atuação política destes técnicos e sua vertente mais valiosa do ponto de vista das necessidades dos trabalhadores. Aqui surge com força sua vertente essencialmente educativa ao fornecer os elementos básicos que podem potenciliar as lutas dos trabalhadores.

Substituir a racionalidade, a lógica, a visão de mundo definida por idéias como competitividade, produtividade, ganho, por uma racionalidade e perspectiva de mundo do trabalho, baseada na solidariedade, cooperação e justiça é o desafio central dos dirigentes de trabalhadores, assessores e assessoras. Por criar capacidade de pressão, por apoiar a geração de estratégias mais gerais de luta, por fundamentar as organizações para os momentos de confronto e por levantar possibilidades de unidade entre os diversos agrupamentos de trabalhadores existentes em cada organização, o trabalho dos assessores técnicos pode representar um núcleo relevante de poder instrumental à classe trabalhadora.

Para uma sociedade ser considerada democrática, os trabalhadores também precisam ter voz e participação política. Uma das formas para viabilizar um processo de organização dos trabalhadores para que esta voz venha ser ouvida e tenha força de atuação prática é disponibilizar um suporte técnico profissional como o que os assessores entrevistados procuram dar às organizações de trabalhadores. A procura por suporte de engenheiros e engenheiras comprometidos com as necessidades dos trabalhadores pode ser ampliada, mas é ainda bastante reduzida em relação às necessidades. Algumas causas para este fato são: a) uma estrutura de formação nas universidades que limita a compreensão sobre os fenômenos sociais e que coloca outros objetivos para o profissional formado; b) uma cultura que valoriza o individualismo, o consumo e a competição em detrimento da cooperação; c) a

desorganização e dificuldades estruturais dos movimentos associativos de trabalhadores rurais e urbanos impedem que apoio técnico de qualidade seja demandado; d) o deficiente desenvolvimento de tecnologias relacionadas às necessidades e demandas dos trabalhadores organizados.

No interior dos organismos de Estado no Brasil se encontra parcela importante do aparato formativo pelo qual passou grande parte dos assessores encontrados. Por isso, os entrevistados atribuem importância a órgãos do Ministério do Trabalho e Secretarias Estaduais da Agricultura, por exemplo, para a abertura de espaços em que técnicos de nível superior venham a se aproximar e a atuar em apoio aos trabalhadores. Esta tendência não é, de forma alguma, majoritária entre os técnicos do Estado.

Os entrevistados não apresentam uma visão muito clara sobre o que pode ser o futuro para profissionais que atuam com a direcionalidade encontrada. Um dos caminhos que alguns dos entrevistados vislumbram é desenvolver, em conjunto às atividades de assessoria, atividades de docência ou passar por programas de pós-graduação, buscando ampliar sua capacitação e construir novas possibilidades de atuação profissional.

O processo de mudança presente no mundo do trabalho e da produção vem se tornando crescentemente complexo a tal ponto que torna-se cada vez mais importante a criação de *staffs* técnicos para decifrá-lo como meio de fazer frente aos oponentes ou abrir espaço a uma atuação mais propositiva ou menos reativa. Sobretudo após o rompimento do padrão de desenvolvimento do pós guerra e a emergência da chamada terceira revolução industrial, estaria se tornando claro que diversos caminhos continuam abertos para a construção do futuro, ainda que em meio a incertezas e desmonte de estruturas. Em um momento de debilitação dos movimentos sociais e de grandes desafios colocados pela mudança do paradigma tecnológico produtivo são ampliados os desafios para as "forças que pretendem participar da construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, no sentido de repensar novas formas e mecanismos institucionais, assim como revalorizar a crítica social a um sistema que, abandonado à sua lógica interna, recriaria, ainda mais intensamente, desigualdade e exclusão. Além de fazer frente à crise de seus paradigmas políticos, socialismo e social-democracia, os sindicatos [e movimentos sociais críticos] enfrentam os

desafios novos de, inclusive, buscar extrapolar em sua intervenção social as esferas da empresa e do processo de valorização. (MATTOSO: 1995: 157)

Estas considerações finais apontam para o reconhecimento de que é no trabalho efetivo em engenharia junto a organizações de trabalhadores que poderá ser construída a passagem de uma atuação tradicional para um exercício profissional comprometido e que este só pode se constituir sobre uma base de requalificação criativa dos conhecimentos técnicos e de percepção crítica dos componentes ideológicos da educação de nível superior.

Como bem apontam Chaia, Kawamura e Carvalho, em um mundo marcado por organizações complexas, os trabalhadores, ao constituírem assessorias técnicas em suas entidades, acabam por viabilizar um produto final de valor transcendente, de enorme relevância e repercussão. Como desdobramento do fato de ser valorizado por sua qualidade e como portador de novas verdades por trabalhadores, organismos oficiais e tribunais e percebido como interlocutor por instituições empresariais, o trabalho dos assessores técnicos a serviço das organizações de trabalhadores passa a ser reconhecido pelos trabalhadores em geral. Neste processo, os resultados do trabalho dos assessores técnicos vem a se tornar uma referência legítima e representativa dos interesses dos trabalhadores para todo o conjunto da sociedade, consolidando um novo patamar de disputa e negociação de conflitos e redefinição das regras do jogo social, econômico e político.

Summary

The academic background of engineers in Brazil does not have as one of its objectives to generate qualification so that these professionals begin to work in fields related to technical counseling for workers' organizations. There is a great number of claiming and competitive production organizations in this country which have been originated from rural and urban workers' movements. The number of female and male engineers who have chosen this particular professional orientation is very low.

There are engineers who had been working for metallurgic, chemical, and civil construction syndicates in the states of São Paulo and Rio de Janeiro, for small producers associations, and for rural syndicates in the states of Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Alagoas and Acre. These types of institutions have an acknowledged critical action which is also oriented towards social justice and political transformation.

The work of engineers inside these workers' organizations was studied according to four interrelated dimensions: the technical one, the organizational one, the educational one and the political one. The main affecting factors and features of engineers who develop this particular kind of work were analysed. Special attention was given to the technical components, the regular and effective use of the scientific knowledge received during their course and the work strategies elaborated by these professionals and which they take advantage of in response to the productive, claiming and social justice demands. It was identified a predominance of a performance which is organized and educative in nature. This predominance is constituted and consolidated on an innovative technical basis and methodological practices in the relationships with the workers' leaders.

The technological contents provided by the engineering courses are perceived as a starting point in the process of technological criticism, and technical re-orientation and re-qualification that they are obliged to do to work for the workers' organizations. Disciplines like negotiation practice, construction of co-operative projects, group organization and production, and sociological knowledge are also emphasised.

Even though there are significant differences between the several organizations which have hired engineers as technical counselors, the engineers interviewed behave using a very similar methodology of work towards their leaders and base workers. The central aspects of this method are to listen the workers, respect their opinions and views of the world, trying to understand the real demands that appear in the conversations. This professional attitude is not just a symptom of a democratic or participative position. These technical counselors recognise that without the knowledge that the workers have about the specific realities of the production in each different sector they could not come up with alternatives and new proposals to face the demands, challenges and social necessities. Without the assumption that the workers are the subjects of the work process and even of the competitive production, the engineers could not innovate and re-build their own knowledge.

The search for critical engineers who are also committed to the workers' needs tends to increase, but it is still very low when compared to its demand. Some of the causes for this fact are: a) the academic background structure in the universities which limits the understanding of social phenomena and which sets other goals for the graduated professionals; b) a culture that values individualism, consumption, and competition to the detriment of co-operation and social justice; c) the disorganization and structural difficulties of rural and urban workers' movements which prevent qualified technical assistance from being demanded; d) the inadequate development of technologies related to the organized workers' demands and necessities.

Bibliografia

- ADLER, Emanuel. *The Power of Ideology*. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. *Instituição e Poder: análise concreta das relações de poder nas instituições*. RJ: Graal, 1986. 2ª ed.
- ALVEAL, Carmem. *Os Desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial*. RJ: Relume Dumará, 1994
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. SP: Editora Brasil Urgente, 1991.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. SP: Brasiliense, 1982.
- _____. *Conhecimento Oficial - a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARMYTAGE, W.H.G. *Historia Social de la Tecnocracia*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1970.
- BECK, Fábio de Lima. *Ensino Superior, Ciência e Tecnologia*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, novembro de 1985.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1976. 4ª ed.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. UNB: 1985.
- _____. *Os intelectuais e o poder*. SP: Editora da Unesp, 1996.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRESCIANI, Luís Paulo. *Mudança tecnológica e as relações de trabalho no Brasil dos anos 80*. SP: DIEESE, 1989. mimeo.
- BRYAN, Newton A.P. *Educação, trabalho e tecnologia em Marx*. In: Revista dos CEFET's. Ano 1, abril 97. Curitiba: CEFET-PR.
- _____. *Educação e Processo de Trabalho: contribuição ao estudo da força de trabalho no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Fac. de Educação, Unicamp, 1983.
- BRUNO, Lúcia e SACCARDO, Cleusa. (coords.) *Organização, Trabalho e Tecnologia*. SP: Atlas, 1986.
- CADERNOS DA CUT. *A tecnologia e os trabalhadores rurais*. SP: agosto de 1988.
- CALLON, Michel. "Society in the Making: the study of technology as a tool for sociological analysis." In: BIJKER, W.E. et al (eds.) *The social construction of technological systems*. Cambridge: The MIT Press, 1990.

- CAMARGO, Aspásia. *Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas*. RJ: FGV-CPDOC, 1982. mimeo.
- CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. SP: McGraw-Hill, 1977.
- CHAIA, Miguel. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990*. SP: Humanidades, 1992.
- CONSTANT II, Edward W. "O locus da prática tecnológica: comunidade, sistema ou organização?" In: Strategic Research Sites. Trad. M. Morissawa. mimeo. s/d.
- CORIAT, Benjamin. *A Revolução dos Robôs: o impacto socioeconômico da automação*. SP: Editora Busca Vida, 1989.
- COVRE, Maria de L. M. *A formação e a ideologia do administrador de empresa*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CUNHA, Luiz A. e GÓES, Moacyr. *O Golpe na Educação*. RJ: Zahar, 1985.
- DAGNINO, Renato P., THOMAS, Hernán e DAVYT, Amilcar. *Vinculacionismo / Neo-Vinculacionismo: racionalidades de la interacción universidad-empresa en America Latina (1955-1995)*. Campinas: Unicamp - IG/DPCT, 1995. mimeo.
- DAGNINO, Renato P. *Inovação e desenvolvimento social: um desafio latino-americano*. Campinas: Unicamp - IG/DPCT, dezembro 1995. mimeo.
- _____. *Sobre a neutralidade da tecnologia e da ciência: um guia de leitura*. Campinas: Unicamp - IG/DPCT, setembro de 1977. mimeo.
- DE FATO. Revista trimestral da CUT. *Toyotismo e Microeletrônica: uma revolução que desafia os sindicatos*. São Paulo: n. 2, dez 93.
- DEBATE SINDICAL. "Políticas sociais e os trabalhadores". Revista do DESEP-CUT. SP: nº 11, outubro 1989.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. SP: Atlas, 1979.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. SP: Perspectiva, 1983.
- EVERS, Tilman. "A face oculta dos novos movimentos sociais". SP: Revista Novos Estudos - CEBRAP, nº 4, abril de 1984.
- FERGUNSON, Eugene S. *Engineering and the Mind's Eye*. (Cap. 5: Development and dissemination of engineering knowledge; e Cap. 6: The making of an engineer). Cambridge: The MIT Press, 1993. 2ª ed.
- FERRARIS, Pino. *Desafio Tecnológico e Inovação Social*. Petrópolis: Vozes-IBASE, 1990.
- FLEURY, Afonso C.C. e VARGAS, Nilton. (orgs.) *Organização do trabalho*. Uma abordagem interdisciplinar. SP: Atlas, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Graal, 1989. 8ª ed.

- FREENBERG, Andrew. *Critical Theory of Technology*. New York: Oxford Univ. Press, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* RJ: Paz e Terra, 1982.
- GAMA, Ruy. *Ciência e Técnica - Antologia de textos históricos*. SP: T.A. Queiroz, 1980.
- GODOY, Arilda Schmidt. *Professor universitário da área de agronomia: o problema da formação pedagógica*. São Paulo: USP, Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado, 1983.
- GOHN, Maria da G. *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. SP: Loyola, 1991.
- _____. *A Força da Periferia*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. "Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias". Campinas: Revista Educação e Sociedade, dez/1989.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho*. Paris: Galilée, 1991. Tradução do resumo elaborado pelo autor. Unicamp: Fac. Educação, 1995.
- GRACIOLLI, Edilson J. *Um cadeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1996.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 3ª ed.
- _____. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HABERMAS, J. "Técnica e ciência enquanto ideologia". In: *Textos Escolhidos*. SP: Abril, 1980.
- HAGEDOORN, John. *The Dynamic Analysis of Innovation and Diffusion: A Study in Process Control*. New York: Pinter Publishers, 1989.
- HESSEN, Boris. *Las Raíces Socioeconómicas de la Mecánica de Newton*. Editorial Academia, 1985.
- HOVIS, Logan & MOUAT, Jeremy. "Miners, engineers, and the transformation of work in the western mining industry". Technology and Culture, 37 (3), July 1996.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. SP: Cortez, 1989.
- JASANOFF, Sheila. "Acceptable Evidence in a Pluralistic Society". In: MAYO, D. & HOLLANDER, R.D. (eds.) *Acceptable Evidence: Science and Values in Risk Management*. New York: Oxford University Press, 1991.
- KAWAMURA, Lili K. *Engenheiro: trabalho e ideologia*. SP: Ática, 1979.

- _____. *Tecnologia e política na sociedade: engenheiros, reivindicação e poder*. SP: Brasiliense, 1986.
- _____. *Novas Tecnologias e Educação*. SP: Ática, 1990.
- KAWAMURA, Lili e NORONHA, Olinda. *Qualificação do trabalho face às novas tecnologias: parâmetros culturais*. Unicamp: TTEduc - Fac. Educação, 1993.
- KERLINGUER, F. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. SP: E.P.U, 1979.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. SP: Perspectiva, 1987.
- LATOUR, Bruno. *Science in Action: how to follow scientists and engineers through society*. Open University Press, 1987.
- LEITE, Márcia de P. *Reestruturação produtiva, qualificação e treinamento: a experiência brasileira à luz da experiência internacional*. Campinas: CEDES, Relatório de Pesquisa. 1996. mimeo.
- LEITÃO, Sérgio P. "O poder no contexto da decisão organizacional". Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. 30 (2): 137-151. Mar/Abr. 1996.
- LOMBARDI, Franco. *Las ideas pedagógicas de Gramsci*. Barcelona: A. Redondo, 1972.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. RJ: FGV Editora, 1997.
- LOVISOLO, Hugo. *Educação popular: maioria e conciliação*. Salvador: UFBA, 1990.
- LÖWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários – a evolução política de Lukács*. SP: Livraria editora Ciências Humanas, 1979.
- LUDKE, M. e ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. SP: E.P.U., 1986.
- LUNA, Sérgio. *O falso conflito entre tendências metodológicas*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (66): 70-74, agosto 1988.
- MARGON, Halley. *A fábrica e as novas tecnologias como temática sindical e crítica social*. São Paulo: Boletim FASE, n. 2, 1990.
- MARX, Karl. *Crítica da economia política*. Cap. XIII: Maquinaria e grande indústria. SP: Nova Cultural, 1985, 2ª ed..
- MATTOSO, Jorge. *A desordem no trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MATUS, Carlos. *El líder sin Estado Mayor*. Caracas: Fondo Editorial Altadir, 1997.
- MAZUR, Allan. Disputes Between Experts. Revista Minerva, Vol. XI, 1973.
- MERISSE, Antônio. *Consciência social e participação popular na periferia paulistana*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.
- MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em*

- saúde. SP: Hucitec, 1992.
- MOORE Jr., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. SP: Brasiliense, 1987.
- MOTTA, Fernando C.P. *Organização e Poder: Empresa, Estado e Escola*. SP: Atlas, 1986.
- MUMFORD, Lewis. *The Myth of the Machine: Technics and Human Development*. San Diego: Harvest/HBJ, 1967.
- NEDER, Ricardo T. *Novas tecnologias, capital e trabalho na crise do industrialismo – anotações para um diálogo*. Texto apresentado durante a 38ª Reunião Anual da SBPC, 1986. mimeo.
- NELKIN, Dorothy. "Science, technology and political conflict: analyzing the Issues". In: NELKIN, D. (ed.) *Controversy: the politics of technical expertise*. [s.n.] 1979.
- _____. "Scientists in an Environmental Controversy. Science Studies", 1, 1971.
- _____. "The Political Impact of Technical Expertise". Social Studies of Science, (1975).
- NOBLE, David F. *America by design: science, technology and the rise of corporate capitalism*. New York: Alfred A. Knopf, 1982.
- NOSELLA, Paolo. *O trabalho como princípio educativo em Gramsci*. Revista da ANPED, 1989.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. *Ensinar Aprendendo*. In: Revista Tempo e Presença, 1990.
- PAGÈS, Max. *O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. SP: Atlas, 1987.
- POLANYI, Michael. *Tacit Knowing: Its bearing on some problems of philosophy*. Reviews of Modern Physics, 34 (4), 1962.
- PORTELLI, Hugues. *"Gramsci e o Bloco Histórico"*. RJ: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. RJ: ZAHAR, 1975.
- PRADO, Francisco de B. López. *O ensino de ciências físicas e a compreensão da realidade – uma experiência metodológica*. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, Dissertação de Mestrado, 1987.
- REICH, Robert B. *El Trabajo de las Naciones. Hacia el capitalismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Vergara, 1993.
- REYNOLDS, Terry S. (ed.) *The engineer in America – a historical anthology from Technology and Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- SALERNO, Mário S. "Algumas Reflexões Sobre as Causas Motrizes da Automação Industrial: Custos, Controle, Correlatos". Revista Politécnica nº 191, São Paulo.

- SALOMON, Délcio V. *Como fazer uma monografia*. SP: Martins Fontes, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de Politecnia*. RJ: FIOCRUZ, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse (org.), *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais*. SP: Brasiliense, 1988.
- SEGNINI, Liliana. *A Liturgia do Poder: Trabalho e Disciplina*. SP: EDUC, 1988.
- SEVÁ FILHO, Oswaldo. Encruzilhadas intelectuais diante do risco técnico e das ameaças aos cidadãos. Roteiro de intervenção para o 3º Simpósio de sobre Meio Ambiente e Educação Universitária, SMA, SP, 1990. mimeo.
- SILVA, Tomaz. T. *O que Produz e Reproduz em Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.
- SINGER, Paul e BRANDT, Vinicius C. (orgs.) *São Paulo: o povo em movimento*. SP: Vozes, 1980.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. SP: Contexto, 1998.
- SOUTO, Solange de O. O jogo de papéis e representações sociais na universidade: o estudo de um caso particular. In: SPINK, Mary J.P. (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. SP: Brasiliense, 1993.
- VESSURI, Hebe M.C. *Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia*. Interciencia, Vol. 16, Nº 2, 1991.
- VIEIRA, Darli R. *Funções da Robótica no processo de acumulação: o caso Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VINCENTI, Walter G. *What engineers know and how they know it: analytical studies from aeronautical history*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.
- WEBER, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política da burocracia e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. *Ciência e Política: Duas Vocações*. SP: Cultrix, 1972.

Anexos

Anexo A - Relação dos profissionais entrevistados

Anexo B - Sínteses de entrevistas tipo

Anexo A - Relação dos profissionais entrevistados

Relação dos engenheiros(as) entrevistados(as)

Apesar de sugestão apresentada pela banca de qualificação, no sentido de resguardar os nomes dos profissionais entrevistados e/ou instituições onde estavam atuando no momento das entrevistas, julguei conveniente mantê-los, por acreditar que não estão envolvidas questões relativas a segredos ou pedidos explícitos dos próprios entrevistados nesta direção. Além disso, com os cuidados tomados durante a redação da dissertação, procurei atender às necessidades de resguardar a autoria de determinadas falas ou evitar a associação de comentários críticos e problemas a determinada entidade, dirigente ou profissional, visto que estas possibilidades não estariam relacionadas aos objetivos da dissertação.

Finalmente, acredito que o trabalho como um todo perderia muito de seu valor e originalidade se eu omitisse esta identificação ou me valesse de subterfúgios para ocultá-la, ainda que estes possam ser considerados aceitáveis do ponto de vista metodológico, inclusive.

Apresento, a seguir, a relação contendo o nome dos 24 engenheiros e engenheiras entrevistados, modalidade em engenharia em que cursou a graduação e entidades e instituições onde atuava profissionalmente quando dos contatos e entrevista.

- Carlos Antônio Rocha Vicente. Engenheiro Florestal.

Assessor de Sindicatos de Seringueiros, associações de trabalhadores rurais e índios no Acre. É também, funcionário da Companhia de Tecnologia do Estado do Acre.

- Carlos Medeiros. Engenheiro Agrônomo.

Funcionário do Departamento de Assuntos Fundiários da Secretária de Justiça do Estado de São Paulo e trabalha com assentamentos de trabalhadores rurais.

- Emanuel Nobre Araújo. Engenheiro Agrônomo.

Assessor contratado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, em São Paulo.

- Fábio Zamberlan. Engenheiro de Produção.

Assessor da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação, CNTA, da Central Única dos Trabalhadores, CUT, e professor na Coordenação dos Programas Pós Graduação em Engenharia, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Fernanda Giannasi. Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho.

Assessora contratada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de São Paulo e funcionária da Delegacia Regional do Trabalho em SP.

- José Orlando Gomes. Engenheiro de Produção.

Assessor da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação, CNTA, da CUT, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, FASE, e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Departamento de Engenharia Industrial.

- José Roberto Muniz de Aragão. Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho.

Assessor do Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador, DIESAT, e funcionário do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador em São Bernardo do Campo, SP.

- Lauro Francisco Matei. Engenheiro Agrônomo.

Assessor contratado pela direção nacional da CUT para atuar junto ao DNTR, Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, e DESEP, Dep. de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos.

- Leila Analise Dam. Engenheira Química e de Segurança do Trabalho.

Coordenadora de Estudos e Pesquisas do Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, INST, ligado à CUT, em SP.

- Luís Antônio Valente. Engenheiro Elétrico.

Assessor do DIESAT e funcionário da Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo, atuando na Fiscalização em Segurança do Trabalho.

- Luís Paulo Bresciani. Engenheiro de Produção.

Assessor contratado pelo DIEESE, Dep. Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, atuando junto ao Sind. dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

- Mário dos Santos Barbosa. Engenheiro Elétrico.

Dirigente responsável pelo setor de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diretor da TV dos Trabalhadores, TVT.

- Nilton Freitas. Arquiteto e Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Assessor contratado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de Santo André, São Bernardo do Campo e região, ABC, e assessor do DIESAT.

- Mário Sérgio Salerno. Engenheiro de Produção.

Assessor do Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, técnico contratado pelo DIEESE e professor da Escola Politécnica da USP.

- Norton de Assunção Martarelo. Engenheiro Elétrico e de Segurança do Trabalho.

Assessor contratado pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de Campinas, Sorocaba e de São Bernardo do Campo, SP.

- Orlando da Silva. Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho.

Assessor contratado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Campinas, SP.

- Oswaldo Sevá Filho. Engenheiro de Produção.

Consultor para segurança no trabalho e risco ambiental atuando junto ao Sindicato dos Petroleiros de Campinas, SP, entidades ambientalistas e professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

- Paulo Henrique Borges de Oliveira Jr. Engenheiro Agrícola.

Assessor do Sind. dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, da direção nacional da CUT, e consultor da CPT, de entidades e ONGs que atuam na área de produção rural.

- Pedro Cristófoli. Engenheiro Agrônomo.

Assessor da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

- Reni Antônio Denardi. Engenheiro Agrônomo.

Assessor do Departamento Sindical de Estudos Rurais, DESER, atuando em Curitiba, PR, e assessor de entidades e associações de pequenos produtores rurais do sul do Brasil.

- Rosângela Alves Pereira. Engenheira Agrônoma.

Assessora contratada pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, CONCRAB, e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em SP.

- Rui de Oliveira Magrini. Engenheiro de Produção e de Segurança do Trabalho.

Assessor e consultor em segurança e saúde do trabalhador de sindicatos filiados à CUT em SP.

- Sidney Lianza. Engenheiro Civil.

Assessor da CNTA da CUT, e de entidades como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, IBASE, e FASE, atuando no RJ.

- Valter Bianchini. Engenheiro Agrônomo.

Assessor contratado pelo Departamento Sindical de Estudos Rurais, DESER, atuando em Curitiba, PR.

Anexo B - Síntesis de entrevistas tipo

Entrevista 02

A. Apresentação

1- Poderia relatar seus dados pessoais (nome, nascimento, origem sócio-familiar, curso, escola, ano de ingresso e conclusão).

R: [Nome]. Nasci em Ribeirão Preto, 1958, filha de funcionários públicos estaduais hoje aposentados, os dois professores, eu entrei na Faculdade de Engenharia Civil, USP, de São Carlos iniciada em 1976. Concluí o curso em Ribeirão Preto. A mudança foi motivada por motivos familiares. Engenheira Civil com especialização na área de Segurança do Trabalho.

B. Trajetória

2- Poderia relatar sua visão sobre seu processo de formação universitária, acontecimentos marcantes em sua vida acadêmica e pessoal, etc.;

R: Em 1976 o movimento estudantil estava retomando atuação mas não militava em São Carlos. Estava meio perdida politicamente. Em Ribeirão, a escola era de elite, com alunos que visavam abrir um escritório de engenharia, com uma visão elitista da engenharia, e passei a ter problemas de relacionamento. Comecei a trabalhar no IPT em SP na área de pesquisa de materiais. Depois foi transferida para o projeto da Paulipetro, contra a minha vontade, que questionava politicamente, como uma estrutura que estava minando o instituto. Participei da greve do IPT. Trabalhava com cimentação de poços de petróleo. Tive uma formação muito técnica. Deixei o IPT e fiquei u tempo desempregada e fazendo bicos. Aí surgiu a oportunidade de realizar o concurso do Ministério do Trabalho para provimento de cargos de engenheiro. No dia da posse descobri que havia me tornado fiscal da área de segurança do trabalho. Fiquei assustada por que achava que aquele grupo não tinha qualquer preparo para fiscalizar pois não tinha formação para isso.

3- Como se deu a passagem da formatura às atividades de assessoria, que influências considera terem ocorrido e sido determinantes neste caminho? Você realizou outros cursos, especializações ou experiências?

R: Aí resolvi fazer o curso de Engenharia de Segurança do Trabalho e percebi que o curso estava voltado à produção, à garantia do capital e à manutenção deste estado de coisas. Dentro da DRT descobri um caminho para o movimento sindical, através do contato com as CIPAs, com um grupo de técnicos que atuava junto ao movimento sindical e pessoas que militavam no PT. Até 1983 não tinha definição política. Com o trabalho na DRT comecei a enveredar por uma atuação no meio sindical. Com a CUT foi onde este trabalho se deu melhor.

P: Houve algum outro tipo de influência?

R: Apesar das simpatias dos pais pela política, MDB e comunismo internacional, não tinha formação política para compreender o processo que estava vivendo e considera que o que a fez optar pelo trabalho sindical foi quando do decreto que regulamentou e ratificou a convenção 148 da OIT que permitia que os sindicalistas acompanhassem o trabalho dos fiscais da DRT apareceu uma grande resistência da corporação contra a entrada com os sindicalistas. Considerava aquilo, a convenção 148, algo fantástico pois permitia que os fiscais mostrassem o que estavam fazendo e que era diferenciado de um trabalho que não tinha qualquer compromisso com os trabalhadores. Aí foi decisivo. Toda nossa intervenção era discutida, preparada, essa convivência foi importante. De repente já estava dentro do sindicato. O que fazia na DRT passei a fazer dentro do sindicato, utilizava os equipamentos do sindicato, tendo condições melhores que as que tinha na DRT. Daí em pouco tempo passei à condição de assessora.

C. Trabalho

4- Que visão você tem sobre seu trabalho atual e sobre suas perspectivas e expectativas profissionais futuras?

R: Bom eu estou trabalhando na área de saúde ao trabalhador, rompendo mesmo com esta visão de corporação, que é de segurança, que a gente entende que é uma questão muito mais completa, multidisciplinar, que tem que ter a participação dos trabalhadores em todos os níveis, desde o preparo da discussão do anteprojeto até a gente partir para uma intervenção tudo isto tem que ser acompanhado pelos trabalhadores. A atuação hoje estou trabalhando muito na questão da formação, principalmente nas lideranças sindicais. Porque eu entendo que os técnicos dentro dos sindicatos, por mais comprometidos que eles estejam, eles não tem uma linguagem de

trabalhador, então quer dizer, é nessa visão que a gente esta lutando aqui para formar o maior número possível de diretores na área de saúde e esta é pelo menos a semente esta a gente está vendo fruto disso, e é ele quem vai dar curso para trabalhador.

P: Como é que você vê a perspectiva profissional futura. Você é concursada da DRT e passa a maior parte do tempo vinculada ao sindicato.

R: Trabalho com vários sindicatos na verdade. Eu estou trabalhando assim: eu trabalho os processos, são todos processos gerados por demanda sindical. Como eu tenho muito apoio aqui da diretoria, até na visão cutista, a gente está assim apoiando toda luta por saúde de outros sindicatos. Então mesmo estando aqui, em muitos momentos, como você me viu hoje com o caso da Ford, não é um caso da categoria, não é um sindicato cutista, mas tem uma comissão de trabalhadores que é rompida com a direção do sindicato e então o sindicato me permite fazer este trabalho aqui dentro. É um trabalho de formação que dá para fazê-lo perfeitamente, nos finais de semana no meu horário noturno, então está dando para compatibilizar as atividades.

P: Para o futuro o que você pensa?

R: Eu acho que o futuro é a questão sindical. Eu acho que meu caminho é por aí. Eu acho que a via institucional, nessa perspectiva que está colocada hoje, eu não estou vendo mais motivo de eu permanecer, apesar de estar fazendo trabalho, mas eu não acredito na intervenção do Estado. Hoje a DRT pra gente é a porta para que o movimento sindical possa estar aprendendo a negociar, coisa que ele não sabe fazer na área de saúde, ele estar em contato com trabalhadores dentro da fábrica. Isto a DRT ainda propicia como elo, além do que eu acho que o movimento sindical tem que estar mais presente na gestão das instituições que precisam ser mantidas pelos trabalhadores.

5- Como é sua atuação junto às lideranças, dirigentes, militância e base do sindicato a que presta serviço, junto a outras entidades próximas e também nos enfrentamentos com os adversários?

R: Eu acho que tem uma questão, eu acho que os diretores do sindicato ainda não conseguem me ver só desvinculada da figura da Fiscal da DRT. Apesar da confiança política que tem em mim, confiança pessoal e tudo, eu acho que em muitas questões às vezes eu bato duro com eles, e eu acho que eles ficam um pouco acuados muito nessa visão, que de alguma forma estou

trabalhando na DRT e que a gente vai na fábrica, uma coisa meio de delegação, sabe, eles delegam às vezes para mim muitas coisa que eu acabo devolvendo para eles. Escuta, o que é que vocês vão fazer? O relacionamento eu acho que tem sido bom. Mas tem o problema das tendências. Aqui no sindicato você sabe que está muito difícil, a posição política atual está muito complicada. Então o que a gente tentou fazer na Secretaria de Saúde. Na outra gestão a gente passou por um problema muito sério. Estava numa secretaria que praticamente estava servindo a um grupo, a uma determinada linha política aqui. Então como ela ficou isolada dentro do processo, então nós nos isolamos do outro grupo, que não confiava na secretaria e pior do que isto, esta secretaria ficou distante de tudo que estava acontecendo no restante do movimento sindical. Com as forças se realiando, a nossa posição foi a seguinte: houve a saída de um companheiro que era de uma das tendências e a gente colocou uma linha na secretaria, ela tem treze ou quatorze diretores, e é uma secretaria que trabalha com todo mundo e tende a ser independente, politicamente. Seus técnicos e seus militantes, o que fazem daqui para fora, preferências políticas e tudo bem ... A gente respeita isso e tenta não discutir isso aqui nesse fórum. Enquanto a secretaria, não omitir informação a nenhum dos grupos de forma nenhuma, tudo está aberto, tudo é passado de alguma forma, a gente faz um informe do tudo está acontecendo na secretaria para não ter o risco de alguém achar que foi privilegiado ou não. Eu acho que isso trouxe confiança da diretoria e acho que a gente está conseguindo já caminhar para essa discussão fora daqui. Fazer essa troca com outros sindicatos cutistas que de alguma forma viam a gente como um grupo mais estranho, a gente se sentia discriminado no restante.

P: Você falou que seus trabalhos eram prioritariamente com as lideranças.

R: A nossa visão de formação, enquanto secretaria, de formação, quer dizer, nós assessores temos que formar a diretoria e temos que dar assessoria à diretoria.

P: Esse é o contrato com o compromisso assumido aqui.

R: É uma coisa informal e é informal até porque a tradição é bem outra e é para romper isto não está sendo muito fácil.

P: E qual é a outra tradição?

R: A outra tradição é aparelhismo puro, o grupo que tiver majoritário leva os seus grupos de trabalhadores, as suas comissões próximas e ficam trabalhando formando só aquele grupo. Hoje a gente está dando o curso para o trabalhador, a gente tem reunião com os trabalhadores, mas nós estamos tentando tirar esta timidez do dirigente, porque ele depende de tudo da assessoria e a gente quer acabar com essa visão, quer dizer, o assessor é importante mas, ele não é imprescindível, de repente o diretor pode estar assumindo.

P: Como é o seu trabalho no enfrentamento com os adversários?

R: Olha, você sabe que esta experiência, volto, a DRT para mim foi uma escola em todos os sentidos, primeiro porque eu entrei em uma instituição caracterizada pela corrupção, certo? E aí foi uma coisa maluca, depois eu tinha do outro lado os empresários. Até um determinado momento, quando nós entramos na DRT, a DRT era a grande aliada do patronato, e a gente era convidada, por exemplo, quando tinha uma discussão entre sindicato e a empresa, a empresa convocava a DRT para intermediar essa discussão. Quando a gente começou a trabalhar lá dentro, um grupo pequeno, você começa a tomar outro rumo, então os patrões começaram a ver a gente como gente da CUT, aquela questão foi aprender a lidar com o patronato. O patronato truculento, aquele patronato que acusava a gente de comunista, vermelho, e daí para fora cutista, petista, etc. Então foi assim, primeiro o aprendizado de você vivenciar de uma instituição que foi feita para não funcionar. E eu era uma pessoa muito tímida, até por ter uma visão muito técnica sem muita discussão política e de repente você, com princípio moral, como é que se convive com isso. Agora a questão do patronato para mim está muito bem resolvida, eu acho que consigo hoje mediar uma negociação com bastante tranquilidade e tudo. Hoje acho que a questão está dentro da esquerda, entre companheiros da gente que têm visões de mundo diferenciado, e aí me assusta porque tudo aquilo que eu sempre entendi que era meus adversários, que era aquela coisa de classe mesmo, quer dizer, quem eram os opositores, quem eram os meus inimigos de classe, etc. Hoje eu começo a ver que dentro do nosso meio existe uma disputa por espaço, por projeção e tudo, e que acabam colocando pessoas que deveriam estar pelo menos do mesmo lado, com posições totalmente contrárias. Eu acho que são métodos diferentes, mas eu acho que o fim é o que se quer: a hegemonia da classe trabalhadora e tudo. Então eu acho que está difícil, acho que esta luta interna, que está me afastando um pouco inclusive do partido, não da central, nem do movimento sindical, que eu entendo a coisa muito mais, ainda a gente consegue conviver muito,

eu consigo conviver muito melhor dentro da CUT, dentro do movimento sindical, do que dentro do partido. Eu acho que esta visão de fragmentação é uma coisa muito difícil, eu não consigo conviver bem com isso.

6- Já como encadeamento, qual que é a visão que você tem sobre os procedimentos e as estratégias que você utiliza tanto dentro do sindicato quanto em uma negociação com empresários o seu trabalho contra o sindicato. Como é que você vê isto?

R: Eu sou uma pessoa, pessoalmente sou muito franca, sabe eu não tenho muitas papas na língua. Eu não me preocupo muito, quer dizer, este jogo de cintura eu não tenho não. Então, quer dizer, esta autenticidade que por um lado para alguns pode parecer qualidade, muitas vezes me cria uma série de dificuldades. Eu acho que tem parte do movimento sindical em que eu tenho dificuldade para trabalhar e tem, é claro, o patronato em que sempre tem dificuldade de trabalhar. Agora enquanto técnica da DRT, eles tem que me engolir de alguma forma, quer dizer, enquanto eu estou discutindo enquanto movimento sindical aí, é claro, é porrada de todo lado, eu sinto que eles vem com tudo. Mas assim, eu acho que a maior dificuldade que eu enfrento não são nem com os sindicalistas, que por mais diferentes que eles pensem, eu acho que as assessorias do sindicato são ainda as coisas mais complicadas dentro dos sindicatos, principalmente a coisa que eu mais detesto, e que eu acho que aqui eu tive problema, e estou tendo, e vou ter, é o problema do aparelhismo mesmo e da forma de se manobrar o máximo. A gente era chamado para curso de saúde, para pessoas que eram próximas de determinado grupo e aí você percebia que em cima da saúde se tentava manobrar a visão do trabalhador. Então a gente não está mais a fim de participar desse tipo de coisa.

P: E objetivo não era o curso de saúde.

R: Não.

D. Demandas

7- Como você vê seu trabalho e os resultados dele em relação aos objetivos da organização? Se é que existe um planejamento, uma formulação ...

R: Não, olha eu estou a três anos, eu nunca, nunca consegui participar de uma reunião da diretoria para saber o que esta diretoria pensa, quer dizer, já é a segunda gestão que estou

pegando, eu não consegui a primeira porque a primeira tinha o problema que tinha a hegemonia de um grupo, etc., e que eu não fazia parte deste grupo, eles confiavam tecnicamente em mim, mas não politicamente. Agora que tem aí contemplado todas as forças e tendências é o problema da desorganização da disputa, eles fazem ..., eles não definem uma linha, o que eles querem para a secretaria da saúde do trabalhador e meio ambiente? Ninguém sentou com a gente e discutiu, então o que é que a nós estamos fazendo, o caminho inverso. Estamos pegando os treze diretores aqui, tentando formular uma política de saúde a duras penas. Formando, primeiro temos que formar essa diretoria, porque teve diretor que veio para a secretaria de saúde na disputa, para que secretaria iria, mas não sabia nem o que fazer. Eu tive três diretores na primeira reunião, chegaram e disseram: olha eu estou aqui mas eu não queria estar aqui, eu vim empurrado, eu vim obrigado, fica o meu protesto. Então, quer dizer, eu disse: o que eu faço agora, mando esta cara a merda e digo é melhor você não vir ou vou tentar conquistar esse cara. E eu acho que a gente foi por esse caminho. Hoje são esses três caras que mais batalham pela secretaria da saúde, porque eles entenderam que enquanto eles estavam disputando a administração, a coisa estava aqui dentro, na disputa de papel, cadeira, vai comprar papel higiênico ... A partir do momento que ele começa a ver o que a secretaria da saúde do trabalhador tem, que pode estar organizando um grupo imenso de trabalhadores e fazendo o confronto direto com o patrão porque, hoje o que pega mesmo a grande contradição, são as condições de trabalho, é a organização de trabalho, e nem todos os diretores se deram conta. Então nós estamos formulando uma política para tentar, por osmose, ver se o outro grupo abre os olhos, e agora nós estamos tendo problema inclusive, porque surgiu uma ciúmeira grande e nós estamos tomando porrada, agora direta de outras secretarias que eram consideradas prioritária.

8- Como você relaciona o conhecimento científico e os conteúdos técnicos trabalhados durante sua graduação com sua atuação profissional atual, com o que você faz hoje, e as demandas colocadas pela organização?

R: Olha, inclusive eu dou aula em um curso de pós graduação de administração e recursos humanos, *latu sensu*, especialização, na FAAP, além de dar aula em engenharia de segurança do trabalho. Para mim, cada vez mais, é importante eu estar conhecendo o que pensam, por exemplo: o gerente de recursos humanos, porque é com ele que eu vou me defrontar depois na hora de fazer uma negociação na hora de defender alguma causa que seja de interesse dos

trabalhadores. Então, este homem, eu preciso conhecer o que pensa, como ele foi formado e tudo. A faculdade também ela me deu isso quer dizer, eu sei hoje como os tecnocratas pensam, como os engenheiros de prancheta pensam, quem são eles que na realidade definem uma mudança no ambiente de trabalho. Quer dizer, os trabalhadores se organizam, lutam, lutam, lutam, só que chega num determinado momento em que eles vão enfrentar o projeto de um técnico, de um consultor, que eu sei como ele pensa. Então a gente prepara os trabalhadores, a gente discute com o trabalhador quem é esse homem e como é que ele raciocina e não só colocar que ele é inimigo nosso, defende os interesses do patrão coisa e tal. Se coloca isso claro, esse conteúdo tem, mas mostra como é que ele raciocina, a relação dele com a máquina, a relação dele com a organização de trabalho. O enfrentamento do trabalhador tem que ser aprimorado, porque não dá mais para a gente pensar em manter o trabalhador naquele estado primário em que ele vai para o enfrentamento e toma uma porrada e volta, recua e tal. De alguma forma você tem que ir passando conhecimento para ele, trabalhando esse saber dele, burilar isso. E a gente sente que em nossos cursos, uma das críticas que a gente recebeu é o seguinte: vocês vão ficar falando, dando esse tipo de informação técnica para o trabalhador, ele não precisa disso. É claro que precisa! Por exemplo, o cipeiro precisa. Porque quando o cipeiro vai para a reunião da CIPA, senta ele, o gerente da segurança do trabalho e senta o cipeiro do patrão. As duas partes podem até ter o pensamento comum mas, o engenheiro de segurança com aquele trololó, com aquele linguajar complicado, ele vai acabar resolvendo a reunião, vai dar linha. Então, nós estamos querendo decodificar esta linguagem para o trabalhador. Por isso quando eu falo do trabalhador, eu não fico falando no linguajar dele, eu tento mostrar o que ele vai ouvir do engenheiro de segurança, do técnico de segurança, é para ele saber o que o cara está falando. Porque quem vai falar a linguagem dele na porta de fábrica é o diretor, certo, eu não tenho de chegar a isso. Uma das coisas que me cobravam e eu não sei se te falaram isto, por exemplo, eu uso salto alto, vou em obra, vou em construção civil. No começo os companheiros da construção civil, o diretor da construção civil me viu lá e disse o seguinte, sabe o que é Fernanda, a gente sabe que você é comprometida com a luta, que você é petista, cutista e tudo o mais, mas o trabalhador pode te ver assim e achar que você é a maior burguesa, que você está do outro lado. Eu disse eu não vou me modificar, não é por aí, não é eu chegar aqui com uma camisa toda furada com um jeans todo estragado, só para eu dizer para eles que eu sou companheira deles, que nós estamos no mesmo barco. Porque eu estaria mentindo para ele, afinal eu ganho hoje dentro do sindicato, dez vezes o

que ganha o piso da categoria. Eu não teria coragem de mentir para o trabalhador. Eu acho isso tão falso, essa visão da esquerda de mascarar uma situação. Com certeza eu moro muito melhor do que a classe trabalhadora mora e foi nessa linha que eu consegui desmistificar, então eu vou para a reunião com o trabalhador, eu vou para fiscalização, eu vou para assembléia do jeito que eu sou, sem ficar tentando ou mudando minha forma de agir ou de falar, então as pessoas me conhecem assim desse jeito.

P: Isto é uma visão romântica do trabalho, o trabalhador não quer um engenheiro esfarrapado, eu acho que não.

R: Eu tive um trabalhador aqui que um dia disse: eu vim aqui no sindicato, tinha um médico aqui, mas eu não tinha confiança nele, a roupa dele era tão suja como é que ele podia ser médico. Sabe o trabalhador tem isso aquela visão do médico é imaculada, que vai ser ele quem irá salvar a vida dele.

P: Como você relaciona o conhecimento, a técnica, que você aprendeu na universidade e um pouco depois, já que começou a assessorá-los mais tarde, e a demanda colocada pelo movimento?

R: Eu acho que o sindicato, o sindicalista, a liderança, eles ocupam muito pouco ... ocupar não o tempo, porque se seu ficar aqui eles vão me atormentar o dia inteiro, se eu ficar durante quinze horas no sindicato, durante quinze horas vão ficar aqui me enchendo o saco. O problema é o seguinte: eles não tiram de mim o que eu tenho de melhor para dar para eles. Eu é que tenho que ficar oferecendo este trabalho. Então o inverso do sindicalista é cumprir aquela demanda quantitativa e não qualitativa. É isso que a gente está tentando passar aqui para eles. Isto é uma questão. O conteúdo de uma formação profissional ela pecou por uma série de problemas. Por exemplo, eu nunca li, eu não tive uma formação básica que me desse por exemplo noções marxismo sobre essa formação mínima, acadêmica, metodologia, que isto me faz falta hoje. Então eu sou hoje uma engenheira com uma visão muito tecnicista, então às vezes sou extremamente pragmática e isso daí me é cobrado principalmente de alguns grupos de técnicos que trabalham com a gente na área de saúde do trabalhador, sabe - a sua visão e cartesiana - sei lá, milhões de rótulos que me colocam. Sou casada com um sociólogo, então ele me cobra muito disso. Eu acho que me faltou, isso eu acho que a formação foi muito incompleta nesse sentido, se

ia trabalhar com um homem, com um trabalhador da construção civil, tinha de minimamente conhecer técnicas ou pensamentos ou escolas ou sei lá ..., para poder fazer com que me relacionasse com esse homem dentro do universo. Eu não imagino ter saído da faculdade, isto seria um desastre, e ir gerenciar uma obra, já pensou com o meu universo, chegando na obra e encontrando na obra, apinhado lá, morando de forma subumana e querer que ele produzisse e pensasse da forma como eu acreditava. Eu acho que teria sido um desastre, ainda bem que eu não fiz isso. Eu fui para laboratório, eu fiquei na pesquisa, foi onde eu consegui ... Hoje eu tranqüilamente gerenciaria uma obra sem qualquer receio mas, naquele momento, acho que teria sido tremendamente autoritária, teria sido a reprodução do que são os engenheiros residentes de obra, preocupados com um cronograma e nada mais.

9- Seu trabalho tem, em sua visão, um caráter mais técnico, político, organizativo ou educativo? Como você vê a integração destas esferas de atuação em seu trabalho?

R: Bem eu acho que hoje, dentro do sindicato, mais a nível organizativo, porque a gente ia estar com várias coisas que são embriões de trabalho que a gente ... o Edson, do sindicato de São Caetano, que é uma pessoa que eu gosto muito, tenho a maior admiração por ele, quando a gente começou a levar uma proposta de trabalhar a fiscalização com ele, porque ele era assim: não sabia nada de saúde, não estava muito preocupado com isto, a visão dele era daqueles presidentes de sindicato, que tem de estar lutando pela questão salarial, organizar a categoria politicamente ... Hoje o Edson, é gostoso a gente, por exemplo ver que ele está na campanha da sílicose do INST, ele articulando a campanha, com 170 sindicatos, falando de saúde. Então, nesse aspecto, eu acho que eu tive uma certa importância, não que eu tenha feito a cabeça dele mas, eu acho que a gente influenciou. Hoje nós somos amigos de frequentarmos casa. Então, por exemplo, o trabalho da construção civil de São Bernardo, que a gente começou indo lá fiscalizar a obra e a gente vê a Maria Mendes hoje, uma liderança, que eu considero histórica nessa área de saúde do trabalhador e você que teve uma certa importância. Aqui no sindicato, acho que agora que estou começando a ver isto. Eu não conseguia ver. Durante dois anos eu fiquei amarrada, por causa da questão mesma da política do sindicato, a política de ficar olhando pro umbigo. Então aqui eu fazia um papel técnico. Chegava aqui, ah, tem um negócio aqui, tem responder uns quesitos, tem que fazer perícia de periculosidade sei lá onde, e eu fazia este papel. Hoje não, a gente está querendo organizar este sindicato. E claro, que com vários problemas. Enquanto

técnico aí é que eu me vejo. As diretorias de sindicatos, eles contratam um técnico e tem uma relação com ele, uma relação ... eu não me sentia trabalhando no movimento sindical aqui dentro, trabalhava pra fora enquanto DRT, muito mais próximo. Aqui dentro não, era uma relação mesmo de patrão, era um emprego, precisava complementar uma fonte, apesar de gostar deste ano para cá. Depois da nova gestão, foi que a gente começou a trabalhar a questão de organizar uma política de saúde, eu não estou com a responsabilidade de ficar organizando trabalhador em fábrica. Não acho que é meu papel. Não vou fazer isto. Eu até vou para porta de fábrica e entrego boletim, mas não nesta visão que seja papel nosso enquanto assessor, eu acho que isto é da diretoria. Então a gente está tentando agora discutir a qualidade na informação e levado para porta de fábrica. Por exemplo, os diretores nosso falam muita besteira em porta de fábrica. Pegam um caminhão de som e desinformam o trabalhador, deforma o trabalhador na área de saúde. Porque eles não sabem nada e acham que o fato de serem lideranças, eles têm que falar, mesmo que seja qualquer bobagem. Então é nisso que a gente está atacando hoje, quer dizer, a qualidade da informação, a qualidade do material que é distribuído para o trabalhador, acabar com essa visão de que, ah, faz de qualquer jeito aí. Então os nossos laudos por exemplo, se a gente tem que fazer laudos, tem que ser de alta qualidade, porque? Por que não é por que é do sindicato que tem que ser mal feito. Então nós estamos imprimindo uma outra visão, a qualidade em tudo o que a gente fizer, deixar esta coisa de atacar massa. Por exemplo, nos estamos fazendo um evento que chama a saúde no sítio, é um projeto que discute a saúde coletiva. Então vem os trabalhadores das fábricas e os familiares. A primeira questão, o risco da gente parecer pelego. Porque esta levando o trabalhador para passear no sítio. Então como é que rompe com isto. Gente, nós vamos lá discutir o lazer do trabalhador. Além de não se permitirem ao lazer, o dirigente sindical se nega ao lazer por que ele acha que se assume ele é folgado, vagabundagem, então ele tem que mostrar para todo mundo que ele levantou as três horas da manhã e foi dormir à meia noite. O dirigente sindical é aquele bagaço de pessoa que não consegue mais raciocinar, de tão estressado, mas isto é que é combatido. Então nós começamos assim: você faz uma discussão sobre um meio ambiente e a qualidade de vida com as crianças e os adultos, mostrando que é uma questão de classe mesmo, qualidade de vida está relacionado. Porque os trabalhadores moram em regiões mais poluídas onde sofrem enchentes. Isso é uma determinação de classe, não é divina. Bom, aí nós fazemos uma caminhada pelo sítio, uma senhora caminhada de 40 minutos. As crianças começam a trabalhar com um mímico a questão do meio ambiente, a poluição, o rio

que é limpo, o ar que está respirando. Aí a gente volta e faz uma discussão sobre a saúde bucal. A prevenção das doenças da boca e principalmente a questão da cárie e aí é ensinado a fazer uma escovação coletiva. Então todo mundo ganha uma escova de dentes, escova os dentes juntos coisa e tal. Aí a gente vai para um almoço, o almoço também tem que ser coletivizado. Acaba aquela coisa de grupinho de cá, grupinho de lá. Põe uma mesa e todo mundo tem que sentar juntos. Voltando do almoço aí as crianças vão fazer uma atividade. Aí um palhaço ou mesmo o mímico, se faz uma discussão sobre a AIDS, cólera, DST e contracepção. Aí eu queria fazer uma distribuição de camisinhas mas a diretoria não chegou nesse nível, ela barrou o projeto. Bom, ensinar inclusive o uso da camisinha que a maior parte não sabe utilizar. Depois voltam as crianças e faz-se discussão sobre a segurança no ar, acidentes banais que acontecem no lar etc. A gente monta uma historinha com eles. O projeto começa as dez da manhã, quando chega as três e meia da tarde a gente interrompe. Aí as crianças com o mímico, eles fazem um trabalho sobre opressão e liberdade, eles fazem uma apresentação para os pais com mímica acompanhado pelo mímico, música, sobre a discussão do oprimido e o opressor. Bom, é uma perspectiva libertária. Quando terminou isso, agora, nós vamos ter até as 5 horas para vocês gozarem o direito à preguiça. Que à classe trabalhadora foi negado. Os dirigentes sindicais nunca se permitem a isto, porque a visão que se tem do trabalhador é que lazer, preguiça, é coisa de vagabundo, como isso não fizesse parte da visão saúde. Então vocês fazem o que quiserem, quem não quiser fazer nada, bate-papo, tem filme, jogos, faz o que quiser e às 17:00 h retorna. Olha, este projeto está dando o que falar, está um incômodo aqui na diretoria. Porque o grupo que esta mais próximo da gente que é composto das várias tendências entendeu o projeto, e acha um projeto avançado. Já aquele grupo mais atrasado acha que ao invés de levar 20 trabalhadores que dão na verdade 100 pessoas, tem que levar 100 trabalhadores e botar num curso o dia inteiro no sítio e um sol escaldante lá fora, uma piscina, mas não porque é o seguinte, companheiro nós vamos formar o revolucionário ali. Então nessa visão fica difícil, porque é aí que a gente planta a semente, olha no sábado - domingo vocês podem vir aqui no sítio fazer o saúde no sítio, só que no sábado a gente dá cursinho de cipeiro, dá curso não sei o quê e começa a ganhar esses trabalhadores com uma proposta, dizendo olha nem tudo que o sindicato faz é chato, nem tudo que o sindicato faz é querer fazer a tua cabeça. O sindicato também tem o papel de formar.

Entrevista 12

A. Apresentação

1- Poderia relatar seus dados pessoais (nome, nascimento, origem sócio-familiar, curso, escola, ano de ingresso e conclusão)?

R: [Nome]. 28 anos. Formado em agronomia entre 1982 e 1986 na Universidade Federal de Santa Catarina. Natural de Concórdia, no oeste de SC, região agrícola. A família veio do campo para a cidade. Fez 2º grau na área agrícola. O pai era agricultor, com treze filhos. Pela tradição o mais velho é que ficava com a terra. Os demais tinham que ir para outras regiões, trabalhar como arrendatários ou vir para a cidade.

B. Trajetória

2- Poderia relatar sua visão sobre seu processo de formação universitária, acontecimentos marcantes em sua vida acadêmica e pessoal, etc.?

R: Já tinha experiência, tanto a nível prático como teórico, de ciências agrárias, do colégio agrícola e da vivência rural, pois a cidade sofria muita interferência. A primeira coisa que chamou a atenção na universidade era muita teoria e nada de prática. No máximo visitas. Havia muita desvinculação do ensino com a realidade, tanto do que conhecia como posteriormente, como mais anos de trabalho, mais experiência, vendo mais deficiências e distâncias.

Em 1982 tinha expectativas mas não militava em termos de um trabalho mais político ou de pensar neste tipo de trabalho de assessoria. Foi algo que se desenvolveu ao longo do tempo no período acadêmico. Durante algum tempo participou de atividades de extensão, Projeto Rondon, projetos da própria universidade em SC. Isto o fazia se aproximar mais da própria realidade do campo, questionar mais este lado da teoria apresentada na universidade. Foi neste processo que começou a ter mais noção dos movimentos sociais.

A partir de 1984, com a discussão de currículo e ensino no movimento estudantil, depois sobre a agricultura alternativa, trazendo elementos sobre a realidade agrária começou a se

envolver mais com os movimentos. Era um grupo de alunos. Em 1985 houve ocupações de terra em SC e mobilizações de agricultores em Florianópolis. Neste período houve um estreitamento muito grande, onde passa a fazer uma ligação entre a militância no movimento estudantil e as discussões de sala de aulas com o que estava acontecendo na cidade, a atuação do movimento dos Sem Terra. Estabelece uma primeira ponte que gera uma referência com os movimentos sociais. Não havia ligação com partidos políticos. No início evitava a partidarização ou o aparelhamento das entidades. Depois todos passaram a atuar no PT. Nunca houve influência da igreja.

3- Como se deu a passagem da formatura às atividades de assessoria, que influências considera terem ocorrido e sido determinantes neste caminho? Você realizou outros cursos, especializações ou experiências?

R: Na prática, desde 1985, antes da formatura, houve contato com o movimento social no campo. Aí se deu a definição do direcionamento profissional. A partir de projetos e trabalhos da própria universidade, do CA, visitas a assentamentos e acampamentos, trabalhos de assessoria. Na época trabalhou no governo do Estado já diretamente com assentamentos, desde abril de 1987. A vinculação já era muito grande. Trabalhava na perspectiva de fortalecer a organização. Aí teve a proposta, em 1988, de trabalho dentro do movimento. No início a atuação era mais regional, na regional planalto de SC, depois a nível estadual e agora, a partir de 1990, veio para SP, para trabalhar a nível nacional. Tem vontade e até áreas de interesse para voltar à universidade, seja em especialização ou mestrado, mas sempre se preocupou, primeiro, sair a campo para trabalhar, para sentir melhor a realidade, pois o ensino na universidade era muito deslocado desta realidade. Acumular primeiro uma bagagem mais prática.

C. Trabalho

4- Que visão você tem sobre seu trabalho atual e sobre suas perspectivas e expectativas profissionais futuras?

R: O tipo de trabalho que eu desenvolvo em primeiro lugar é uma coisa que eu gosto muito de fazer, eu me identifico, é um trabalho diferente, não é burocrático, porque eu trabalhei em órgão

do estado e a gente tinha muito controle burocrático, então mesmo você querendo ter um espaço maior de militância no sentido de contribuir, e isso é uma experiência que tive, a partir do momento que comecei a militar no movimento sem terra, eu passei até, a ter uma exigência maior para poder desempenhar bem mais este aspecto da exigência técnica do trabalho do que antes. Mas aí você passa a assumir a questão do papel técnico e político dentro da organização, então você mistura as 2 coisas e procura unir de uma forma que não se conseguia antes. Eu até, trabalhava menos esta questão quando estava no estado do que depois. É um trabalho de que gosto muito e que traz muitos desafios, e é este desafio em termos de formação profissional, mais do exigência, é um empenho pessoal. Mas da formação profissional ele coloca muitos desafios que efetivamente a gente não está preparado para cumprir. Aí tem muito na atividade de procurar suprir as deficiências abre uma série de expectativas novas, onde você começa a ter que se aprimorar em diversas áreas, por esse lado eu acho bastante positivo, porque ele é exigente politicamente e você tem que ficar sempre acompanhando discussões e é exigido para se posicionar e por outro lado é exigido tecnicamente, a cada passo que é dado para frente, onde a organização avança mais você tem um campo maior de atuação e novas exigências e necessidades para que você se especializar.

A minha perspectiva tem dois campos, um lado de formação mais pessoal, seria de fazer uma pós graduação, isto eu tenho perspectiva. Tenho perspectiva que eu continue vinculado de alguma forma direta, pode não ser esta forma atual mas uma forma direta, atuando a maior parte do meu tempo com assessoria a movimentos populares, principalmente a movimento sem terra que a gente tem uma atuação mais próxima, mas por outro lado isto também exige uma qualificação maior, hoje nós estamos montando uma estrutura a nível nacional, Sistema Cooperativista e uma série de coisas e a gente tem uma série de desafios. Eu quando me sinto desafiado e estimulado a estudar bem mais e para isso vai ser necessário este período de retirada parcial para você poder aprofundar nos conhecimentos para depois retornar e voltar com outro patamar e contribuir com a organização, mas de maneira geral é isto, tem alguns aspectos você vai mudando a qualidade de como ver a coisa.

5- Como é sua atuação junto às lideranças, dirigentes, militância e base do sindicato a que presta serviço, junto a outras entidades próximas e também nos enfrentamentos com os adversários?

R: 5- A nível interno a gente tem uma dinâmica de atuação do movimento que é no seguinte sentido, eu comecei a minha atuação dentro do movimento com um ponto de vista mais técnico, você tinha determinadas tarefas para fazer atribuições, mas analisando o próprio movimento, você não exerce o papel meramente técnico, você pode ter uma influência dentro da organização e pode ocupar mais ou menos, mas você tem a tua tarefa para cumprir e dentro disso você exerce um papel importante para a organização funcionar. Eu atuo a nível nacional o qual é mais complicado porque você tem responsabilidade com trabalho com um nível mais superior com as organizações e os estados, e eu até tenho a preferência de estar trabalhando num nível, ou seja que pudesse manter o vínculo com os próprios assentamentos porque tem muita coisa que a gente tem proposta e tem preocupações de como desenvolver mas que isso se tem que se dar a nível local, você pode fazer as propostas, formular política, uma série de coisas e orientações, o local é que define muita coisa também, faz viabilizar uma política, proposta. Eu tenho interesse dentro disso e acho que hoje tenho até, uma certa dificuldade de manter esta vinculação, p. ex. aqui é outro tipo de função. Mas esta é uma preocupação da própria organização de você não perder isto tanto com os dirigentes, da gente mesmo de não manter este vínculo para poder estar trabalhando efetivamente na questão. A nível do relacionamento com as pessoas é normal, p. ex. meu papel ele é técnico mas seria ao mesmo tempo dirigente de uma instância, que é o sistema de produção, cooperativista, e isto é encarado desta forma que tem caráter técnico mas ao mesmo tempo tenho uma função de política de representação de direção deste setor, um dos membros da direção que aí seria direção coletiva. A gente tem a relação desta forma, você não tem só uma cobrança técnica que é o seu trabalho mas tem uma cobrança política a nível da militância que você tem, do trabalho que você exerce, se você aplica ou não, se você formula ou não corretamente o que tem que ser feito. Tem uma cobrança neste tipo muito de companheirismo, você cobra dele como se fosse qualquer pessoa e não um funcionário da organização, o que coloca mais desafios talvez é até mais fácil exercer uma função puramente técnica do que fazer esta dupla atribuição, mas de maneira geral tem esta forma de relacionamento e a nível com a base, com o estado, é muito esta relação de companheirismo, você tem interesse conjunto. Você busca, entra junto com alguns problemas e procura se envolver para resolver e participa das negociações, nós a nível de governo p. ex. participamos das negociações em conjunto com outros órgãos. Nós trabalhamos em um setor específico, não é um setor de organização de massa para ocupação, então a gente trabalha mais a questão da produção. Não trabalhamos diretamente

no conflito mais acirrado como a questão das ocupações, a gente procura participar mas é uma participação muito marginal nisto.

A relação com as outras entidades ela é mais intensa nos estados do que a nível nacional. Nos estados, quando você tem uma série de situações concretas, isto no meu nível de relacionamento, apesar da gente ter muita relação com outros órgãos, muita negociação, uma série de coisas a nível de outras organizações próximas, fazer a nível de aliança, de trabalho conjunto, é muito maior nos estados do que aqui ou permitem que sejam maiores nos estados e com os adversários foi a pouca atuação com governo. A gente tem uma posição para você transitar em diversos meios, você tem em muitos casos que fazer umas negociações, uma série de coisas, mas é mais neste nível, nós temos uma atuação que não é muito complicada estas relações, e como não lidamos diretamente com os conflitos até, a relação é mais fácil, você vê as negociações e uma série de coisas e não tem complicações.

O movimento tem diversos setores, todos estruturados, então nós temos um setor de formação onde as pessoas se especializam nas questões da formação, se bem que no próprio sistema cooperativista, nós que trabalhamos com isto. Tem outros setores do projeto de educação, saúde dependendo do estado organiza o setor, etc. O nosso setor de sistema cooperativista dos assentamentos SC ou setor de produção, nós temos a tarefa de organizar o assentamento para a questão da produção que é uma dos 3 verbos: ocupar, resistir e produzir. Você tem a produção como uma tarefa política para levar adiante, tanto pela questão da sobrevivência das famílias como pela política de você propagar para a sociedade que a reforma agrária é viável. Este setor é organizado a nível nacional, temos em 6 estados cooperativas centrais estaduais e a nível nacional tem uma confederação que foi fundada agora em maio que é a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, CONCRAB, que também é vinculada ao movimento e que é o topo da pirâmide e usa assentamento, então tem associações, cooperativas, grupos coletivos. Este é basicamente o setor onde trabalho, então tem linhas políticas, tem política de formação, nós temos bastante técnicos e a tendência é aumentar mais que trabalham vinculados ao sistema, na verdade é isto, é se especializar para poder produzir.

Em 6 estados nós já temos mais na área prioritária. No caso do Emanuel é daqui de São Paulo, nós temos do Rio G. do Sul, da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraná. No Paraná conseguimos com o governo do Estado 10 técnicos com nível superior. A gente trabalha muito

no nível do legal, convênio. Você tem os 2 lados, tem uma luta maciça e o que meio que empurra a coisa depois você faz uma negociação, você mobiliza através de recurso e aí a gente chega com o projeto para viabilizar a autonomia inclusive econômica.

6- Poderia descrever seu trabalho, procedimentos e estratégias?

R: Eu exerço o papel técnico e de dirigente então no dia-a-dia a gente acaba tendo esta acumulação de função, até, um processo que recentemente, agora com a fundação da confederação então estamos modificando na perspectiva de que a gente consiga dividir mais tarefas para diminuir a sobrecarga que tem aqui a nível nacional. Mas eu trabalho um pouco com a coordenação e todo o sistema a nível nacional na parte mais técnica e uma parcela da Organização. Isto envolve atividades de negociação, formação, organizar cursos, organiza dados e parte dos cursos do próprio sistema. A gente trabalha com negociação de projetos, elaboração, coordenação desse processo, uma parte de todo planejamento e produção, depende muito da possibilidade as vezes você está num estado que você pode contribuir nessa discussão, mas ultimamente eu tenho este trabalho de coordenação de todo o processo a nível nacional inclusive a nível internacional de recursos e programa de cooperação.

A gente tem uma idéia, você tem uma determinada realidade, a gente tem muito recurso aqui a nível de Brasil, o problema é que este recurso é destinado aos latifundiários, as grandes empresas agrícolas, agro-industriais. O movimento pressiona para que parcela deste recurso venha para os agricultores sem terra ou os assentados, que pegaria uma camada que é muito marginalizada política, economicamente e socialmente. O que a gente faz com este projeto é basicamente viabilizar o canal para liberação do recurso, a gente sabe que não é o projeto que faz a liberação em si, você tem a luta de pressionar para depois sair, mas o projeto seria um pouco mais, p. ex. você tem um assentamento que tem uma produção grande de milho, feijão e o pessoal obriga a vender porque não tem como armazenar. A gente pode ter um projeto de como construir um armazém, aí você faz este projeto, faz toda a negociação, então faz a parte técnica e a negociação mas ao mesmo tempo trabalha assim, enquanto o movimento este outro lado há pressão a nível de mobilizações para poderem garantir os recursos. Tem outros projetos na área de capacitação inclusive para curso alternativo de segundo grau, foi feito um projeto e estamos

negociando com diversas fontes tanto a nível nacional como a nível internacional para poder viabilizar o curso.

D. Demandas

7- Como você vê seu trabalho e os resultados dele em relação aos objetivos da organização?

R: A bandeira com a palavra de ordem de: ocupar, resistir e produzir, isto é recente e enquanto o movimento já tem mais de 12 anos, desde 79 quando começa a retomada da luta pela terra, mas como movimento foi a partir de 84 que teve uma vida mais intensa e a constituição orgânica. O que se desenvolveu durante muito tempo é como você se organizar para conseguir a terra, era encarada da seguinte forma: tendo a terra está resolvido o problema, era a primeira grande idéia que se tinha. Quando começa a conquistar grandes assentamentos, hoje já são mais de 100.000 famílias assentadas, e aí começa a aparecer problemas de organizar a produção e durante muito tempo você tentou diversas formas, desenvolver a cooperação agrícola, mas nunca se conseguia permitir deslanchar com a coisa, avançar em termos de política e viabilizar em grande escala, competir no mercado, etc. Foi a partir de 87 que começou a haver um processo de mudança e vai culminando até, 90 e é quando se decide criar o sistema. Daí quando se começa a pensar a forma de organizar questão da produção foi que se iniciou em 87 todo um processo de se fazer uma reformulação da proposta que se trabalhava os assentamentos na parte da produção, e aí conduz em 90 se define pelo sistema cooperativista dos assentamentos que é este que trabalho hoje, eu já trabalhava desde antes no movimento mas a gente tinha uma atuação a nível da organização a base muito isoladamente os diversos assentamentos para organizar a produção, mas a gente foi chegando a conclusão que esta atuação isolada a nível micro não resolvia o problema, porque muitas vezes o problema está fora do assentamento, o problema não está na esfera da produção e sim na da comercialização, industrialização, das políticas, então até, aí você tinha que trabalhar neste nível também e tinha diversas experiências que estavam desarticuladas. Este nosso trabalho nos dava pouco resultado, a partir de você tem uma estrutura orgânica mais estruturada, desenvolvida, começa a ver que um espaço maior para desenvolver o trabalho, passa a ter um espaço próprio para isto, e você poder trabalhar efetivamente os problemas que estavam acontecendo. A partir de 89 você sente que há um salto de qualidade até, da gente de sentir mais

com potencial melhor aproveitado, apesar de todos os esforços a gente não conseguia sentir a coisa com grandes avanços. A partir do momento que você muda a estrutura, a forma de organizar isto abre um espaço muito maior e permite então que o trabalho que a gente desenvolve dê mais resultado, isso desde quando estava em Santa Catarina a gente conseguiu dar estes passos, tinha dificuldade da negociação, porque movimento tinha uma característica muita de luta, então você ia lá enquanto eu estava mobilizado mas depois terminava a organização você não tinha continuidade, então agora você tem este processo, você tem a luta e a negociação permanente de projetos de aspectos mais econômicos, você combina as 2 coisas e dá mais resultado do que antes, este tipo de coisa dava salto da própria qualidade que a gente desenvolve. Isto foi no período quando estive em São Paulo e agora quando vim para cá sinto uma impotência, muita dificuldade frente a tantas tarefas que tem para fazer em termos de estruturar, construir um sistema, em final de 90 tinha muita pouca coisa iniciada, mas a nível de base de trabalho, a continuidade que vem sendo feita, hoje a gente já tem uma confederação de cooperativas fundadas em questão de um ano e meio. Este trabalho todo trouxe um crescimento grande e com isso uma satisfação você vê que o trabalho vai dando resultado mas por outro lado vai trazendo novos desafios, novas áreas que você tem que trabalhar, preocupar e que aí as limitações aparecem muito mais e limitações e deficiência da própria organização, o meu trabalho vem muito vinculado a eficiência de implementar as políticas que se definem, se definem que tem que trabalhar com planejamento de produção. Como é que você implementa isso no trabalho? Então tem uma série de dificuldades de fazer isto funcionar, de maneira geral a gente sente isto que o trabalho que nós fazemos ele tem conseguido conquistar até, um certo espaço dentro do movimento como setores específicos agora constituído e também fora, tem melhorado a imagem que se tinha dos assentamentos, começa a atingir parte do diagnóstico que tínhamos feito, por nós não desenvolver adequadamente a questão da produção isso prejudicava a própria imagem do movimento, um movimento que só fazia luta e que não mostrava dentro do assentamento, faltava uma propaganda mas também criar uma estrutura que viabilizava avançar nestas questões. A gente sente que consegue apesar das limitações porque a gente fica sempre colocando os muitos desafios pela frente aí você vai ver o que você cresceu não foi tanto, mas em um ano e meio praticamente do nada a gente constrói toda uma organização e agora entra todo um processo de implantação. Este setor porque o restante do movimento continua que é a parte da produção.

8- Como você relaciona o conhecimento científico e os conteúdos técnicos trabalhados durante sua graduação com sua atuação profissional atual e as demandas colocadas pela organização?

R: O nosso ensino na universidade ele é muito deslocado da realidade, eu imagino que não seja só por a gente estar atuando na questão do movimento, acho que é um problema meio generalizado, você tem um modelo de ensino como se fosse um padrão que o Brasil adotou, não sei se é mais para americano ou não, mas na verdade ele não capacita as pessoas a fazer as coisas, no máximo você tem uma informação, você se educa em algumas coisas mas capacitação para poder viabilizar determinada atuação, é muito complicado, na prática o processo que passa é de reaprender uma série de coisas, busca novos conhecimentos e revaloriza certas coisas. Eu tinha uma formação agrônômica muito pouca do lado da economia, você trabalha muito na produção e pouco na economia, como se conseguisse dissociar, mas era muito superficial o trabalho e aí a gente vê que quando você começa trabalhar neste nível que é fundamental ter conhecimentos e saber como lidar com esta parte de administração, contabilidade, noções de mercado, o funcionamento da economia. Isto tudo nós não tivemos de análise econômica e uma série de coisas, então esta é uma área que principalmente pelo tipo do que nós estamos trabalhando, de agro-indústria e uma série de coisas, você acaba tendo este descasamento. Eu fico com a Rosângela discutindo como a formação teórica da universidade está muito desfocada e se você não tem uma experiência prática anterior à universidade. A universidade não lhe assegura praticamente nada, é mínima coisa, e nós somos de universidade bem diferentes, uma histórica e a outra bem mais nova, você tem problemas comuns. Então o que a gente sente é isto: amarrei colocação de problemas no dia-a-dia. Nunca imaginava que fosse trabalhar com carvão vegetal, ou projetar uma agro indústria de café. Você trabalha com outras dimensões com pesquisa de mercado, um pouco pela própria lógica do que estou fazendo, mas de qualquer maneira isto é uma exigência para nós, mesmo que eu esteja no assentamento se eu for fazer o planejamento da produção, isto nem se ouvia falar na escola e é uma coisa que a gente tem insistido muito para viabilizar o planejamento da produção, vendo as limitações que nós temos. Hoje você tem uma necessidade de atender grandes tendências de mercado com a questão do vincular produtividade econômica, nós não tínhamos nenhuma orientação de trabalhar com associativismo, a gente tinha esta visão política mas não como currículo, como apoio da própria

universidade nessa perspectiva, tinha uma série de deficiências. A gente tem trabalhado agora, nós orientamos todos estados para isto até, na minha faculdade, hoje não, onde eu me formei em Florianópolis a gente conseguiu uma coisa que achei interessante, que hoje nós somos a sede, uma representação da cooperativa central de Santa Catarina que está dentro da universidade, ela cedeu uma sala com telefone e tudo, conseguimos levar para dentro da universidade, e que , uma coisa que brigávamos muito desde 85, para talvez esta integração maior, nós estamos procurando levar os alunos para fazer estágio nos assentamentos e aí eles trabalharem com problemas concretos de assentamentos e não com aquela teoria. Se você pega um modelo teórico na sala de aula é muito bonito, mas se você chega numa situação concreta aquilo é inviável, então como é que você trabalha isto, e isto não é uma parte não tanto das leis mais científicas mas sim da aplicação delas da capacitação de implementar, então neste ponto eu acho que é modelo o que a gente tem de universidade, ele deveria ser modificado, e sim uma concepção de você trabalhar muito mais com. Acho que a universidade deveria capacitar também e não dar só o grande conhecimento científico e na prática também não consegue dar tanto, não conseguem implantar. Então eu coloco isto, a gente aqui dentro do movimento procura fazer este outro lado que a gente conhece a universidade, a gente procura estimular, forçar ir para dentro da universidade e exigir como um direito que a gente tem de ser beneficiado com conhecimento que a universidade tem, este outro lado a gente procura fazer desenvolver agora.

9- Seu trabalho tem, em sua visão, um caráter mais técnico, político, organizativo ou educativo? Como você vê estas esferas de atuação em seu trabalho?

R: Tem de tudo um pouco. A minha função é mais a nível político organizativo, de coordenar uma série de coisas, apesar de exercer um papel técnico, eu trabalho na elaboração do projeto, na negociação técnica, questão de formação técnica ou de ir para um assentamento do planejamento da produção porque eu também trabalho com isto, mas em escala até, menor do que anteriormente, hoje eu exerço mais este conhecimento do que mais fazer. O educativo em 2 sentidos: é educativo de você aprender com o trabalho, a organização porque é um negócio de desenvolvimento onde se trabalha muito certas questões e a questão da disciplina de você militar de não ser um funcionário, você é um militante, e você pode assumir um cargo de direção, um cargo no movimento não é só dos sem terra, o movimento já tem uma complexidade tal que só

sem terra inviabiliza-o. Você tem que ter o sem terra e junto, nós temos taxa de analfabetismo gravíssimo, como é que você vai resolver isto? Vai ter que ter pedagogo, nós temos problemas de produção vamos ter que ter agrônomos, economista, engenheiro civil, contador, administrador que estas pessoas com esta postura de militante de estar lutando pela causa da reforma agrária e pela construção do movimento, pela luta da transformação da sociedade, deve-se esta compreensão mais ampla. Educação nos 2 sentidos a gente contribui para educar mas a gente se educa em função do coletivismo de todo o trabalho.

Entrevista 21

A. Apresentação

1- Poderia relatar seus dados pessoais (nome, nascimento, origem sócio-familiar, curso, escola, ano de ingresso e conclusão).

R: [Nome]. Nasci em São Paulo, capital. Meus pais eram professores secundários, de Educação Física. Na época em que professores recebiam decentemente, classe média urbana paulistana. Meu pai veio de Batatais, no interior de SP onde seu pai tinha fazenda. Desde criança existia este vínculo de ir para a fazenda dos tios no interior, o que tem a ver com o que eu faço hoje, o vínculo com o campo. Sou técnico em eletrônica de 2º grau. Entrei na Unicamp para fazer Engenharia Elétrica. Não consegui, a minha 2a. opção era a Engenharia Agrícola. Foi uma espécie de definição, buscar minhas origens ... Entrei em 1977 e me formei em 1982.

B. Trajetória

2- Poderia relatar sua visão sobre seu processo de formação universitária, acontecimentos marcantes em sua vida acadêmica e pessoal, etc.;

R: É interessante perceber o contexto da engenharia agrícola no período em que eu fiz, para a gente chegar a esta trajetória acadêmica. A engenharia agrícola foi fundada em 1976 aqui na Unicamp. Era então muito recente. Em 1977 havia uma desorganização imensa na faculdade e no próprio quadro de professores que vieram. Era uma escola em constituição, em formação. Os primeiros quadros técnicos eram caras muito bons mas com um ou dois anos no máximo. Quando entrei na parte mais técnica do curso já ocorria um processo de renovação de professores, quando praticamente só havia engenheiros recém formados dando aulas. Absolutas “topeiras”. Eram típicos engenheiros clássicos, que entendiam o mundo em números, fórmulas e equações. Neste momento, como academicamente não supria as minhas ansiedades passei a organizar um trabalho entre os estudantes, porque nem centro acadêmico havia, no sentido de pressionar por melhorias no ensino que estava sendo dado.

Este foi também um momento de explosão de greves estudantis, que estava se dando a nível nacional em 1978 e 1979, uma retomada pós 68, ano de reconstrução da UNE, e eu participei ativamente deste processo. Pela deficiência na formação universitária fez com que eu entrasse no mundo de militância. Comecei a militância política nos quadros universitários, mas não política partidária. Eu tenho um elemento que eu acho essencial na minha família, que é por parte da minha mãe, o meu avô foi um desses anarquistas que vieram da Itália, ele era gráfico. Eu me lembro muito do meu avô, das reuniões dele, neste período eu comecei a estudar filosofia e sempre fui para a linha dos anarquistas individualistas, tipo Toureau, mais os cristãos tipo Tolstói etc. Então, meu trabalho sempre foi muito militante, mas não orgânico.

O legal da Unicamp, neste período, era que ela estava crescendo e era muito aberta, e possibilitava uma vida universitária legal, com figuras muito interessantes, nas ciências sociais, na economia, o Zé Serra era legal, você ia às palestras da Conceição, você conseguia entender o que ela dizia, ela não chorava, foi toda uma vida universitária legal.

3- Como se deu a passagem da formatura às atividades de assessoria, que influências considera terem ocorrido e sido determinantes neste caminho? Você realizou outros cursos, especializações ou experiências?

R: Minha formatura coincide com a vitória de Franco Montoro em 1982. Eu era muito ligado ao professor do Instituto de Economia José Graziano da Silva, que foi inclusive nosso professor aqui. O José Gomes da Silva, era o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, e ascende ao poder com o Montoro, e vira Secretário de Agricultura do Estado. Neste momento é constituído o Instituto de Assuntos Fundiários na secretaria e os quadros todos eram militantes estudantis. Eu estava estagiando na ABRA e lá fomos nós mexer com assentamentos no estado de SP onde a última experiência tinha sido com o Carvalho Pinto, em Valinhos, Bairro Reforma Agrária, Vale do Ribeira. Aí começou todo um trabalho de formação. Todos nós éramos lideranças estudantis, pessoal de agronomia e eu de agrícola, a gente já se conhecia. Formamos um grupo muito legal e a gente demandava muito curso para nossa formação. Na época era o Zé Gomes, o Plínio de Arruda Sampaio, o Carlos Lorena, históricos da luta pela reforma agrária, e fizemos muitos cursos com eles e começamos a mexer com assentamentos, até que por 1984, o governo Montoro guinou para a direita, muitos de nós caímos fora.

Foi quando eu entrei no mundo das ONGs. Fui para o Paraná, como responsável pelo departamento técnico de uma Associação de Pequenos Produtores. Em 1986 recebi convite para um curso na França, um curso de especialização em Desenvolvimento Rural. De lá fui para África, em Bourkina Fasso, Moçambique, Honduras, depois Nicarágua, fazendo consultorias a projetos em desenvolvimento rural, avaliação de assentamentos. Voltei para o Brasil, em 1988, e comecei a trabalhar como autônomo nesta área, avaliação e elaboração de projetos e diagnósticos, muito vinculado a entidades estrangeiras e também a ONGs brasileiras tipo FASE, IBASE, este povo todo.

C. Trabalho

4- Que visão você tem sobre seu trabalho atual e sobre suas perspectivas e expectativas profissionais futuras?

R: Por conta desse meu passado, do avô, etc., eu sempre fui uma pessoa que trabalhei muito em âmbito sindical. O âmbito partidário, primeira vez que me meti com partido político sinceramente foi aqui em Campinas, com o Jacó Bittar, e olha a merda que deu. Eu falei não, nunca mais, tive sérias decepções. Eu sempre atuei no meio sindical e eu peguei um momento neste mundo sindical rural, porque o urbano, desde que o Lula, você já tem algumas definições mais claras, mas no mundo rural, desde 83 e 84, é extremamente marcado pelo lado ideológico. Você tinha toda uma política governamental para o sindicalismo, que é um sindicato assistencialista, e o rompimento a esta questão do assistencialismo foi a entrada em um sindicalismo extremamente ideológico, e eu sempre trabalhei em questões econômicas.

Então um dos motivos de eu ter saído desta associação do Paraná foi por isso, o econômico e o político estão juntos, e isto desde de 84 eu estava trabalhando nisso, eu peguei um momento do movimento sindical onde houve também esta transformação e está havendo até hoje. O que me dá, por exemplo, possibilidades de trabalho com uma abertura vastíssima. Hoje, por exemplo, estou tocando 4 projeto ao mesmo tempo: um é o diagnóstico, outro é avaliação, outro é a elaboração e outro é uma consultoria, só em cima desta questão econômica dentro do movimento político. Eu fui por um caminho onde as coisas se abriram muito forte.

Hoje estou fazendo um diagnóstico para a CPT, a questão econômica dentro da luta pela terra, isso é coisa de 2 a 3 anos atrás. Então eu peguei este filão e inclusive hoje estou com nome e

passando trabalho para outras figuras, etc., tem sido tranqüilo. Agora é sempre uma coisa muito delicada a nível profissional quando você está trabalhando num ambiente político como este, você precisa estar pisando em ovos porque você não está organicamente vinculado, você é sempre a figura de fora, não entrar muito com palpite em cima mas é um trabalho que é tranqüilamente vamos fazendo.

5- Como é sua atuação junto às lideranças, dirigentes, militância e base do sindicato a que presta serviço, junto a outras entidades próximas e também nos enfrentamentos com os adversários?

R: Meu trabalho é com lideranças rurais. Sempre a primeira conversa já com os caras é no seguinte sentido: vocês têm as experiências e práticas de vocês e eu tenho a minha experiência e a minha prática, nós somos diferentes, temos história de vidas diferentes, nesse sentido se a gente quiser trabalhar junto a gente vai ter que assumir as nossas contradições e diferenças. Se isso não for possível não vai dar para trabalhar, nós vamos fazer nosso trabalho junto e vocês vão corrigindo da forma que vocês vêem meu trabalho e eu vou também palpitando em cima do trabalho de vocês. Mas sempre numa relação entre iguais, porque se não houver a coisa toda dança. É essa relação que eu tenho com as lideranças e que vai criando, com o desenrolar do trabalho, uma relação de confiança muito grande. Por exemplo, em casa hoje eu tenho papéis do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá com o timbre, assinatura do presidente e o papel em branco. Se tiver um projeto rápido já sai, a gente fala que tem uma embaixada aqui em Campinas, o pessoal brinca. Eu acho que esta é a coisa da relação, onde deve ter igualdade e respeito às diferenças e há abertura suficiente para você colocar a discordância, mas o movimento é deles, eles é quem dão sempre a última palavra, eu entro sempre com este trabalho de assessoria e consultoria.

Em relação às outras entidades, nos enfrentamentos ... Este é um elemento complicador e já vi muitos colegas meus quebrarem a cara por aí. A nível de entidades que estão na mesma luta, então você está na mesma luta. Meu jeito de trabalhar é sempre de entender o outro, o que ele está falando ele tem as suas razões de estar falando. Cabe a nós o esforço de estar entendendo o porque é que ele está falando aquilo. Entendido, aí a gente vai para o pau, aí é uma luta por hegemonia.

Quanto aos adversários, eu pessoalmente tenho um jeito muito especial de trabalhar com os adversários no sentido de que eu você sempre primeiro, a primeira conversa que tenho quando chego em algum lugar, as primeiras pessoas que vou procurar são sempre eles. E eu trabalho em cidadezinhas de 4, 5 mil habitantes. Antes de haver minha identificação no local, ou com o sindicato local, ou com a igreja local, eu sempre chego, paro num hotel e vou direto nos adversários, de começo, daí já dá para sacar direito qual é as estratégias deles. Depois, voltando para o movimento, é a coisa de você montar a estratégia para dar o bote.

A gente está com um caso típico em Gurupá, no Estado do Pará, que é uma experiência mas antiga, que eu cheguei lá para começar o meu trabalho nas eleições municipais de 88. A gente montou uma programação de trabalho e de pesquisa, pesquisa-ação, para estas eleições a gente ganhar. Agora. Hoje eles estão com 72% dos votos. Então é você ir minando os adversários. Em cidade pequena os comerciantes têm um peso muito grande, é a oligarquia local. Então a gente conseguiu, aos poucos, montando programas de trabalho, em que os próprios comerciantes perceberam que era negócio para eles ficar do lado da gente. Porque é todo um trabalho de sacar primeiro que tipo de relação comercial era esta, quais eram os parceiros de sua relação. Eu coloco muito a palavra adversário porque você nunca sabe o dia de amanhã. Você tem que ser político.

Agora tem os inimigos, estes inimigos em cidades pequena a gente trabalha com fofoca, 10 dias antes da eleição soltar uma boa daquelas, tem que ter um arsenal já guardado.

6- Poderia descrever seu trabalho, procedimentos e estratégias?

R: Vou começar por este de Gurupá, que é mais antigo que eu comecei lá em 88, é um projeto de pesquisa-ação e pesquisa-desenvolvimento, que resultou num seminário municipal para elaborar estratégia de desenvolvimento para o município e que resultou num projeto que foi aprovado pela Comunidade Econômica Européia. Eu fui contratado por uma agência italiana, que financia a CUT nacional. Lá são trabalhadores rurais extrativistas: madeira, palmito, peixe, camarão, borracha, etc. Então foi feito isto, teve o seminário, se elaborou o projeto e este projeto foi aprovado pela Comunidade Econômica Européia e o dinheiro chegou no começo deste ano.

Eu tenho uma prática e que eu não gosto ... uma vez que eu fiz todo o trabalho anterior, no momento do projeto especificadamente, eu prefiro sempre levar outro consultor. Existem prós e

contras nessa história. Eu pessoalmente prefiro porque eu acho que há a possibilidade de maior enriquecimento na luta dos caras. Mas enfim, sempre vira uma relação de confiança tal que é com você, que é você e coisa e tal. Neste trabalho específico estou fazendo a consultoria a esse projeto e caso o pessoal ganhe a Prefeitura lá em Gurupá, eu seria uma espécie de relações exteriores, é aquela coisa de agente de financiamento, aí vou morar em Belém porque não dará mais para morar aqui.

O segundo foi uma demanda da FASE, ONG brasileira. Então a FASE Amazônia fez uma demanda para eu elaborar um projeto de pesquisa para eles na Gleba Cidapar, que fica na divisa do Pará com Maranhão, atualmente Nova Esperança do Piriá, que é a última área de mata ainda da zona bragantina que é o nordeste do estado do Pará. Eu estou fazendo lá este trabalho para a FASE. Fiz um diagnóstico muito rápido do sistema de produção do pessoal que está lá dentro, existe um problema fundiário, são 8000 posseiros lá dentro, uma barra pesadíssima, com o INCRA entrando agora ... Mas enfim é um trabalho para a FASE, que a gente vai elaborar um projeto de pesquisa e este projeto vai estar pronto logo a semana que vem, e já tem agência financiadora a fim de financiar, dando continuidade a esta pesquisa para o ano que vem. Basicamente é pesquisa de desenvolvimento, a gente vai discutir sistemas de produção alternativos e uso racional desta floresta que está lá, um trabalho com imagens de satélite, uns esquemas mais tecnológicos Outra dimensão é a do espaço, que para eles é outra. Então a gente está começando a trabalhar isso.

O terceiro projeto grande é encomendado pela CPT do Araguaia - Tocantins. A gente está fazendo um diagnóstico sócio-econômico e político da região do médio Araguaia-Tocantins, que fica no sul do Estado Tocantins, divisa com Goiás. São estes três os grandes e existe mais dois pequenos. Um é para a FASE Nacional, um trabalho de montagem de cartilha e vídeo sobre educação ambiental para trabalhador rural e algumas coisinhas assim que seriam menores.

D. Demandas

7- Como você vê seu trabalho e os resultados dele em relação aos objetivos da organização?

R: Olha, este é um trabalho que a gente tem que fazer, de inserção nos objetivos que não são demandados, vamos colocar assim. Temos que nos inserir neles. Eu nunca vou querer discutir,

por exemplo, dentro da CPT aspectos teológicos da luta deles, eu não sou louco. Mas até que com alguns padres dá para conversar legal, mas não dá. Por exemplo, eu fiz um trabalho para uma igreja Adventista do Sétimo Dia, lá no Amazonas, pessoal dos produtos SuperBom. Não dá para você querer discutir a política do cotidiano com eles, mas dava para você discutir formas de atuação diferenciada dos agentes de campo, e alguns pastores sentaram para uma conversa mais informal sem ter a pretensão de querer com seu trabalho mudar uma prática histórica sedimentada que tem a sua razão de ser naquele momento. Então, neste sentido, eu acho que é um trabalho que se encaixa com os objetivos dessas entidades. Por outro lado, não é você se anular à lógica dos caras, porque se eles estão te chamando é porque eles também têm as suas necessidades. Cabe você portanto na sua prática de trabalho mostrar as contradições existentes na prática do trabalho deles e é por aí que a coisa vai. Então você pega a coisa do concreto, do dia a dia, vamos supor no caso da CPT, um agente pastoral, você pega o cara no trabalho dele do dia a dia e vai aí discutir este trabalho dele. Um pouco em cima daquela visão gramsciana, em cima daquela visão da teoria e prática, uma prática que leva você também a reflexão e que alimenta uma prática diferenciada e vai muito por aí, eu tenho muito dessa visão.

P: Você consegue medir resultados práticos de seu trabalho? Tem indicadores?

R: No caso de projetos, por exemplo, a gente começa com os clássicos custo-benefício, que é uma briga para você colocar isto dentro do movimento popular e mais briga ainda quando esta grana vem a fundo perdido. Então é uma coisa que a gente está conseguindo, a nível de avaliação de projetos, é colocar alguns indicadores. Quer dizer, você tem um mínimo, famílias envolvidas num projeto, relação família-investimento, então você vai tendo alguns. Eu acho muito difícil e aí eu confesso um erro inicial, mas que eu não toquei para frente. Na realidade, ia chegar para os caras e falar: olha, quanto custa para vocês formar uma liderança? Não dá para chegar a isto, que hoje eu acho um absurdo, mas há uns 7 a 8 meses eu estava com isso como idéia fixa na cabeça, mas não dá para você chegar. Mas em projetos dá para fazer alguma coisa. Tem determinadas avaliações que dá. Mas também não chegar aos limites, por exemplo, você tem uma escola francesa, italiana de avaliação de projetos, que vai desde tipo melhoria do padrão da casa do cara, se o cara tinha um banheiro e agora ele tem 2, você jogava merda no rio e agora tem uma

fossa ... Mas não é por aí também, tem alguns indicadores, a nível de investimento porque eu trabalho muito mais com o econômico, que a gente tem que começar a entrar.

8- Como você relaciona o conhecimento científico e os conteúdos técnicos trabalhados durante sua graduação com sua atuação profissional atual e as demandas colocadas pela organização?

R: A nível específico meu, com a formação que eu tive aqui especificamente, Faculdade de Engenharia Agrícola quase nenhuma, com exceção de uns 3 professores que deram uma contribuição legal. Um é o Graziano, que foi o cara que me abriu a cabeça e que por isso até hoje quando o vejo ele chamo-o de mestre, mas ele é um cara da economia emprestado para cá. Teve um cara, o Lorena onde foi com quem aprendi técnicas de planejamento, mas ele era um cara da CATI emprestado para cá, só vinha dar aula, não ficava aqui. Então a nível de formação aqui nenhum.

Aí tive curso de especialização, terminei mestrado no final do ano passado, em geografia na USP, tive um excelente orientador. E trabalhei muito com esta coisa planejamento, que me deu muitos elementos para isto. Então vamos dizer assim, o posterior à graduação, aí sim, porque eu escolhi meu orientador. E eu trabalho no seguinte sentido, um pouco vinculando com esta coisa de nível científico, eu pego um projeto e desenvolvo. Este trabalho de Gurupá foi minha dissertação de mestrado, mas primeiro foi o trabalho feito, e lá eu levanto as minha hipóteses e a tese que vou defender. Estou com um projeto agora de dois anos e meio de pesquisa no Estado do Pará, em seis áreas, praticamente o estado inteiro, envolvendo 18 pessoas, e está para ser financiado pelo governo holandês, só falta um burocrata assinar, o ministro da cooperação, só falta ele. Se sair isto, são só dois anos e meio que vou estar no Pará, terminado este prazo, eu me tranco 3 a 4 anos, recolho este material e faço o meu doutorado. Porque a nível de universidade, nos institutos de pesquisa é diferente a relação, para você fazer este pessoal levantar a bunda da cadeira é uma barbaridade, não sai. Então lá em Gurupá, e agora este também na Gleba Cidapar, a gente está pegando caras que entram na pós graduação a nível de mestrado, que não têm objeto de pesquisa definido, a gente tem 2 a 3 orientadores que a gente tem contato legal, então a gente propõe para o cara determinados estudos. Já tivemos 2 teses defendidas sobre Gurupá, uma da área de biologia e a outra da (.....). E esta é puta contribuição, porque eram problemas a serem resolvidos. A nível de instituto de pesquisa é uma outra relação. Tenho um contato legal aqui no

ITAL, com o pessoal da embalagem. Estamos trabalhando muito com o palmito lá em Gurupá, então vamos fazer análise bioquímica, como se faz esta análise, etc. Existe uma relação mais direta, acho que este pessoal é acostumado a mexer com o mundo empresarial e dar consultorias e tem um desenvoltura maior, capacidade, para se relacionar com você.

A UNICAMP é um modelo americano de escola, na sua própria formação você tem um tipo de visão, uma visão produtivista e que não tem a capacidade de observar o outro, você trabalha em cima de uma lógica única. E quando você trabalha no mundo rural são “n” lógicas diferenciadas. Vamos supor, você vai trabalhar com agricultor cuja a lógica é a maximização do tempo do trabalho da família. Ou você vai trabalhar com um agricultor cuja a lógica é o abastecimento, segurança, alimentar. Ou você vai trabalhar com um agricultor que é assim, aumento de rendimento por área. Você tem um leque de lógicas antropológicas e econômicas que não dá para você trabalhar com uma única visão produtivista, você se quebra.

Aqui dentro da UNICAMP só tem um grupo fazendo uma crítica maior a esse modelo de agricultura, um grupo pequeno, mas não é na agrícola, é na geociências. Mas eu acho que a universidade abre espaço para o cara interessado batalhar. Foi isso que aconteceu comigo. Agora se você assume uma posição passiva já nos bancos da universidade, como é que vai ser a sua vida profissional se esta posição passiva continuar. Esta geração Sarney que está entrando agora é triste. O pessoal daqui tinha o hábito de me convidar para dar palestra para o pessoal primeiro anista. Eles pegam uma pessoa que está dentro da indústria, uma do serviço público, um profissional como eu, autônomo, tipo o que está num movimento popular, ou alguém que está trabalhando num projeto industrial, etc. E a gente dá palestra para o pessoal do primeiro e último anos. Os caras estão entrando hoje e não sabem nem ler, não dá.

Eu tive um projeto em Roraima que o CIMI, a comissão indigenista missionária que me pediu para fazer, e eu não tinha tempo, então eu tentei montar um esquema de pegar pessoal de último e terceiro ano para lá, paga passagem e alimentação, não tinha muita grana, salário mínimo, período de férias, não encontrei nenhum. Roraima, o Brasil ainda é.

9- Seu trabalho tem, em sua visão, um caráter mais técnico, político, organizativo ou educativo? Como você vê estas esferas de atuação em seu trabalho?

R: É mais educativo. A linha mestra é um trabalho de educação popular. Só para citar um exemplo de Gurupá, que é um caso já terminado, nesta etapa mais de diagnóstico. Quando eu cheguei lá, por exemplo, arquivo de sindicato, era uma zona, sem registro de nada. Acabou a pesquisa, a gente elaborou um questionário conjuntamente, tiveram 14 lavradores que saíram para campo para fazer pesquisa, a gente refez o recenseamento do IBGE no município. Evidentemente nem todas as entrevistas mas em cima de uma amostra especializada legal. Os próprios agricultores tabularam. No interior do Pará para você encontrar um nego alfabetizado é uma loucura, então como é que nós vamos escolher estes caras? Vamos pegar o pessoal alfabetizado. Primeira coisa, texto, eu vou fazer uma leitura e vocês escrevem. Foi uma semana de formação assim, antes da gente começar a discutir o questionário. Aí foi indo por etapa, foi tabulado lá, na unha, tabular 350 questionários. Hoje, surge um conflito de terra, os caras já sabem elaborar a questão. As lideranças, o pessoal que participou de todo este processo, a gente formou uma espécie de elite, quer queira ou não. Eles sabem trabalhar a questão: quantas pessoas estão envolvidas? quem é o patrão da área? Há quantos anos estas pessoas estão aqui? área do problema? Eles fazem o mapeamento do problema. Você vai hoje no arquivo dos caras, região por região, conflito por conflito, etc. Aí é de se questionar: será que a gente está colocando uma lógica cartesiana nossa para eles? ou como é esta dúvida? Mas aí você avalia o resultado do trabalho deles a partir disto. Tem uma outra qualidade, um negócio de trabalho legal. Este critério para mim é importante. O plano de governo do município eu só ajudei eles assim nos pontos. O eixo é educação popular.

Entrevista 22

A. Apresentação

1- Poderia relatar **seus** dados pessoais (nome, nascimento, origem sócio-familiar, curso, escola, ano de ingresso e **conclusão**).

R: Mário Sérgio **Sa Ierno**. 35 anos. Filho de pequeno comerciante. Descendente de italianos urbanos. Engenheiro de Produção pela Politécnica da USP, entre 1975 e 1979. Na época quente do movimento **estudantil**. Fez mestrado na COPPE, UFRJ, entre 1981 e janeiro de 1985 e doutorado entre 198**6** e 1991, ambos na área de Produção.

B. Trajetória

2- Poderia relatar **sua** visão sobre seu processo de formação universitária, acontecimentos marcantes em sua **vida** acadêmica e pessoal, etc.;

R: A vida universitá**ria** foi bastante intensa e movimentada. Entrei com a fundação do DCE e saí com a refundação **da** UNE. Do quarto para o quinto ano cheguei a passar no vestibular para o curso de Física **porqu**e não estava vendo muito o que podia fazer na engenharia. Mas no segundo semestre, nesta **mes**ma época, surgiu uma possibilidade de fazer algum um trabalho, o que acabou deslanchando no quinto ano quando comecei a trabalhar junto aos bancários.

A formação **em** engenharia, aqui que eu tive, que eu acho que foi meio típica, é muito interessante, porque parece que a engenharia é algo que paira acima das coisas. Apesar de na engenharia de produ**ção** sempre tem o homem, não sei o que, mas o homem aí é uma coisa abstrata que entra **at**é o ponto em que ele precisa ser convencido a fazer alguma coisa. Aquele negócio de vender **a** idéia, precisa se vender a idéia. Também foi muito marcante o que várias pessoas falavam que os grandes problemas não são técnicos mas são devidos às pessoas, mas isto ficava só na formula**ção**. Mas qual são então os grandes problemas? Você percebia que, por trás, era: as pessoas **fazer** aquilo que uma outra achava que devia ser feito.

O que foi bom aqui é que o curso dava uma boa visão da lógica da produção. Isso foi legal. O que é a produção, quais são as coisas importantes, sem entrar em muitas especificidades.

3- Como se deu a passagem da formatura às atividades de assessoria, que influências considera terem ocorrido e sido determinantes neste caminho? Você realizou outros cursos, especializações ou experiências?

R: Ah, não teve. Porque eu tenho uma característica diferente do Fábio, que até começou comigo ... minha origem é a mesma do Fábio porque a gente estudava aqui junto. Mas que é diferente de uma boa parte, do Cidão, do Sevá. Porque eu sou do tipo funcionário. Eu trabalho desde 1979, com algumas interrupções, com o movimento sindical, com o DIEESE ou algum sindicato. E isto muda um pouco a relação.

Na POLI existe um trabalho de formatura, uma disciplina, que tem orientação, defesa, uma espécie de tese, não foi um mero trabalho de conclusão de curso. Junto com Fábio Zamberlan e outras pessoas, para fazer este trabalho, procuramos o DIEESE, e realizamos uma pesquisa e discussão sobre a organização do trabalho bancário para o Sindicato dos Bancários de SP. Tinha possibilidade de fazer um trabalho sobre condições de trabalho na indústria química. Nos bancários tinha havido uma mudança de diretoria e eles estavam querendo conhecer melhor o que era a categoria e a gente acabou se encaixando em um projeto maior de caracterização dos bancários e o grande atrativo que eu acho que a gente oferecia, além de ser mão de obra barata porque era estagiário, eu e o Fábio fomos os únicos que ficamos desde o início até o final da pesquisa, e usávamos o computador da USP de graça onde fizemos todo o processamento da pesquisa. Acho que isto foi o convencimento final. (risos) Então começou assim, 1979 e comezinho de 1980.

Em 1981 fui para o RJ para o mestrado. Em 1982 eu voltei a dar uma assessoria mais sistemática quando começaram aquelas comissões de automação da Secretaria Especial de Informática, quando os sindicatos e o DIEESE foram chamados. E eu fui contratado com carteira assinada, propriamente dita, pelo DIEESE em 1983. Aí depois eu trabalhei vários anos com os metalúrgicos, na subseção do DIEESE do sindicato de São Bernardo, uns 4 anos. Depois eu voltei ao DIEESE nacional, para uma pesquisa, um projeto, e agora eu voltei à Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.

P: Você falou que foi esta monografia de final de curso que determinou, que deu condições de você entrar nesta área, trabalhar com sindicatos. Dá para dizer que foi isto que levou ao mestrado na área?

R: Acho que sim, porque o trabalho foi legal. Foi a partir daí que passei a procurar um maior aprofundamento em organização do trabalho. A partir deste trabalho, nos anos seguintes, tornou-se comum os formandos optarem por desenvolver seu trabalho procurando alguma vinculação com o movimento sindical. O Roberto e Mauro, que fizeram uma pesquisa da organização em siderurgia, para sindicato. E também o Rui e o Antônio, que fizeram, também para siderurgia, para um pessoal lá de Minas, que era basicamente um método para o sindicato avaliar a produtividade da empresa.

C. Trabalho

4- Que visão você tem sobre seu trabalho atual e sobre suas perspectivas e expectativas profissionais futuras?

R: Eu tenho basicamente 2 tipos de trabalho que não são conflitivos, as vezes sim mas é um problema de tempo, do que se faz. Eu trabalho aqui na USP na Poli, sou professor, faço pesquisa, dou aula, etc. Isto desde fevereiro de 83. Mas antes disso, desde quando estava fazendo mestrado na COPPE, eu já estava entrando em pesquisa aqui. E outro que é o trabalho no DIEESE que estou como contratado desde julho de 83. Eu acho o seguinte. Em termos do movimento sindical praticamente não tinha nenhum engenheiro trabalhando na assessoria com coisas de engenharia. Uma coisa é ter lá um cara que se mete a fazer economia ou sei lá o quê, ou um engenheiro que não diz que é engenheiro e que entra para uma diretoria sindical ou como tem vários que não se assumem enquanto engenheiros. Em termos de uma assessoria mais direta, mais técnica, mais direta e sistemática eu acho que eu e o Fábio fomos os primeiros. Aí eu e o Fábio, por outros motivos, acabou mudando para o Rio, fez mestrado e casou-se, e o movimento sindical no Rio é bem diferente do que São Paulo, acho que lá é bem mais complicado, mas enfim.

O começo no DIEESE foi muito gozado, porque eu e o Fábio entramos de sola ... porque nós fizemos o plano amostral ... e eles foram recuando inclusive porque o trabalho no sindicato

tem muita coisas que são assistemáticas e como a gente ficou do começo ao fim, a gente meio mandou no projeto, em uma boa parte de coisas. Aí teve problema na amostra, a pessoa que fez o plano amostral não previu a expansão da amostra para o universo, porque era uma amostra estratificada, e a gente disse: bom como é que faz? No começo o DIEESE era uma coisa que hoje se chamaria de escritório moderno, as divisórias são baixas, porque tinha uma janela só para entrar luz, imagino eu, e era um lugar muito pequeno e todo mundo ficava muito próximo e não tinha privacidade de nada, a única pessoa que tinha uma sala e que conseguia fechar a porta era o Barelli mas que nunca fechava a porta, a não ser em casos raríssimos, alguma coisa que se precisava discutir mais privadamente tinha que ser fora dali. Nesta brincadeira toda a gente pegou o Barelli falando com uma pessoa que trabalhava que era quem coordenava as pesquisas do tipo segura os meninos engenheiros porque sei lá, a gente não sabe o que é (risos) e a gente tinha um apelido lá dentro porque nós éramos diferenciados dos outros, era muito gozado isso. Você acaba tendo uma certa aceitação tanto é que hoje no DIEESE tem 3 engenheiros trabalhando, só no sindicato de São Bernardo tem 2, abriu-se um certo espaço profissional. Eu acho que o sindicato hoje, em termos de profissionais ditos liberais, universitários, eles procuram primeiro advogado, depois não necessariamente alguém com formação em administração mas um administrador para tocar a máquina, depois economista, talvez. Engenheiro, eu acho que não passa pela cabeça. A não ser em alguns lugares em que tem uma presença maior de organização nos locais de trabalho e que se negocia aspectos internos às fábricas. Aí sim, acaba entrando engenheiro mas não é uma demanda do sindicato: “precisamos de um engenheiro” porque tem este problema e acaba aparecendo, mas é pouco.

P: Suas perspectivas?

R: Eu acho que o campo para a engenharia tende a aumentar, mas aumenta pouco. Isto vai depender muito da organização do local de trabalho, não vai depender muito das forças mais ativas do movimento sindical saírem, fazerem uma passagem, porque hoje está enunciada mas não está efetivada que é de fazer coisas propositivas, interferir na organização de trabalho, isto está enunciado mas, na prática, pouca gente faz isto. E aí eu acho que vai precisar, e não vai precisar tanto daquele tipo de profissional que faz discurso porque isto não interessa. Eu lembro uma vez, por exemplo, eu recebi uma carta no DIEESE de um grupo de engenheiros ... a carta era até meio sanguinária, esfolam os trabalhadores ... Mas este tipo de discurso não precisa, tem

gente que faz este discurso melhor, com mais competência, mais clareza política, mais informação, etc. O campo estaria aberto para aquelas pessoas que consigam auxiliar na bagagem profissional típica de engenharia, conseguir analisar uma produção, um projeto, discutir, entender o que faz um software, coisas do gênero, com uma lógica política de atuação sindical dada pelo sindicato, então isto acho que tende a ocorrer. Agora a forma como isto pode-se dar eu acho que é muito diversificada, eu não sei se seria num esquema como estou eu, Luiz Paulo, coisa assim, que são pessoas que têm uma parte do tempo contratada. Talvez exista uma certa tendência de isto ser feito com associações com a entidade, por exemplo um convênio de um sindicato com uma universidade, etc. Talvez eu vislumbre em modos diferentes do que está acontecendo com os sindicatos do metalúrgicos do RJ e a COPPE. Eu acho que aquele convênio não é por ali, e acho que nem o sindicato sabe o que faz o convênio e a COPPE muito menos. Mas assim sobre coisas precisas. Pode até ser um convênio guarda chuvas mas as intervenções mais precisas: “olha nós queremos discutir aquele sistema robotizado de solda ...”, então é aquilo. Eu imagino coisas por aí, mas para chegar a este ponto significa ter uma relação mais perene, sistemática, mas isto acho que está começando a ser construído. Porque isto possibilita que o cara de engenharia continue trabalhando em engenharia e conforme for ele atua profissionalmente para um sindicato. Eu imagino que a minha trajetória vá por aí também, porque meu trabalho interno no sindicato tem limite, você entra em tanta coisa ... porque não tem gente, você faz um monte de coisa que não tem a ver, e tem uma grande chance de você perder a especialidade do que você faz e de como você pode contribuir. Então eu imagino que a coisa vai mais por aí do que o contrário: inchar a máquina de gente. Seria como, digamos, atividade de assessoria de engenharia, porque no final das contas é uma assessoria. Seria como se fosse terceirizado, terceiros que prestassem a assessoria. Tudo bem, o sindicato tem que ter uma competência mínima para saber o que ele quer, para saber discutir um corpo mínimo lá dentro, mas eu acho que tende a se terceirizar, com projetos específicos, mesmo que estes sejam em relações de longo prazo. Eu acho que isto também tende a acontecer com a democratização da vida pública, política, a universidade fica um pouco mais transparente, e este tipo de coisa, e tende a haver esta integração maior. Tem alguns sindicatos que já estão indo atrás disto. Eu vejo a perspectiva um pouco por aí. E seria muito aumentada se tivesse contrato coletivo de trabalho, porque aí vai ter que negociar aquelas coisas e quando negocia é a hora da verdade, entende. Não adianta muito ir

no discurso: Tem que ter base e ter proposta, ele tem base e tem proposta, não pode ter proposta e não ter base, e não adianta ter base e não ter proposta, porque não funciona.

5- Como é sua atuação junto às lideranças, dirigentes, militância e base do sindicato a que presta serviço, junto a outras entidades próximas e também nos enfrentamentos com os adversários?

R: Eu tenho um estilo que é meio Ricardo Fiuza (risos), pra ficar bem claro. Eu chuto a lata, sou bastante provocador, o que dá uma série de problemas. Luiz Paulo já não é assim. Em relação aos dirigentes. O cara fala adoidado, não vou fazer isto e dane-se, eu tenho esta característica. A relação depende onde você está, que tipo de coisa você está fazendo. Por exemplo, quando eu estava em São Bernardo dentro do sindicato, aí eu tinha muito mais contato com comissão de fábrica, digamos com essa militância organizada do que com a diretoria, era muito maior. O projeto lá era cuidar especificadamente disto, então eu tinha um contato direto e com a base era mais em seminários, discussões e tal. Isto é uma característica muito própria de São Bernardo: quando acaba o expediente o sindicato enche. E não é que tem alguma coisa específica, o pessoal vai lá e entrava na subseção do DIEESE e ficava conversando sobre o que aconteceu na fábrica e roubava dados, e aconteceu isto e etc., isto tinha muito. Agora a nível do DIEESE central, você tem contato basicamente com dirigentes. Então o contato é bem mais formal, e é formal porque as vezes vem um cara encomenda uma coisa e outra, pede isto e aquilo, você não tem um contato, você não sabe direito quem é. Na confederação é mais com dirigente e eu tenho atuado em 2 coisas. Bom primeiro atuei num projeto que a confederação tinha e ainda tem de montar um curso, vídeo curso, de novas tecnologias, um projeto que foi bastante complicado em função de como ele nasceu, se gastou um monte de recursos, eu não tenho nada a ver com isto, mas enfim, quando ele nasceu, como ele foi pensado, se jogou muito dinheiro fora para depois na hora do vamos ver precisou fazer tudo diferente senão o projeto não saía, não tinha vídeo, não tinha apostila, não tinha curso. Então eu fiquei trabalhando um tempo nisso, e aí foi um trabalho, por um lado um trabalho bastante técnico do tipo, por exemplo, seu roteiro está ruim, esta imagem que você pôs não bate com o texto, eu mais ou menos tive uma noção de como se faz um vídeo, foi um grande salto para mim, e por outro lado um contato com uma camada funcional do sindicato, da máquina do sindicato, que seriam as pessoas que iriam tocar estes cursos para frente, teoricamente. Então isto é muito variado e hoje a confederação está tentando montar um

plano do que ela faz e o que ela ir fazer da vida, vai acabar entrando no MERCOSUL que é uma coisa que aí é dirigente, é governo, é dirigente argentino, é um rolo, mas é um negócio que eu não gosto de fazer, eu tô lá porque não tem outro. Na confederação a relação tende a ser mais por cima, claro, é confederação, mais com dirigentes, mas eu vou muito em seminários e debates, aí é um nível de comissão de fábrica, ativismo, basicamente é isto.

Tem uma coisa que eu acho que é uma característica do trabalho do DIEESE, e que ele tenta preservar, e que eu acho muito interessante no seguinte: é muito difícil você separar o que é trabalho técnico do político, mas de uma forma geral o técnico do DIEESE é treinado e orientado para não se meter em disputa política, aquela política de disputar de poder. Porque uma boa parte da mortandade dos assessores é porque eles entram como assessor de alguma coisa e viram assessor político de um grupo. Se ele se identifica com um grupo, tudo bem, isto é legítimo. Só que isto mata qualquer possibilidade de trabalho perene na estrutura sindical que a gente tenha hoje. É claro que depois de um tempo todo mundo sabe o que você pensa, mas uma coisa é você pensar, exteriorizar e dizer não concordei com isto etc. Outra coisa é você se meter cotidianamente na disputa política, porque aí complica. Isto te dá, por um lado, uma certa respeitabilidade e por outro é uma coisa muito gozada porque você acaba sendo como se fosse um elo que unifica, é uma sensação muito estranha. Neste tipo de atuação você consegue conversar primeiro com várias correntes mas botar opiniões diferentes para conversar sobre a mesma coisa e isto é bem interessante. Eu particularmente, como a confederação é muito nova, a coisa está muito turbulenta. Eu também atuo em uma comissão de tecnologia da CUT, ela praticamente morreu, tentaram ressuscitar, só que eu achei de um jeito errado e aí eu desci o pau, está uma crise lá.

P: Como é seu papel em negociações sindicais?

R: Aí depende. Eu já fui em negociação da FIESP e falei, p. ex. tinha uma cláusula, não tenho certeza mas era um grupo de automação, acesso antecipado a informação. O pessoal que vai negociar na FIESP geralmente é de recursos humanos das empresas e um cara resolveu fazer um discurso: "... muito bem, mas isto não existe". Aí o coordenador da negociação que era o Maurício Soares, que hoje é o prefeito de São Bernardo, ele olhou para mim e eu pedi a palavra e disse que "isto se chama planejamento ou você espera que a casa caia para reforçar o alicerce".

Tem estas coisas, tem estes tipos de negociação que é muito mais um jogo de cena, porque não é exatamente ali que as coisas se resolvem. Quer dizer, isto as vezes a gente subestima, é uma coisa importante mas como se dá a dinâmica ali não é definido ali, mas ali você pode estragar uma dinâmica mais geral. Mas isto não é típico de onde eu atuei negociação nem onde o Luiz Paulo tem atuado, onde eu acho que a gente pode atuar que é na negociação por empresa, aí entra uma série de casos. Mas eu acho que basicamente a questão da negociação que um engenheiro possa entrar é mais quando se cria, por exemplo, grupos técnicos para realizar determinado projeto, não necessariamente na mesa, na mesa acho que é um papel secundário, mais para contestar algum dado, discutir quando vem alguma palavra estranha que significa uma técnica ou um método qualquer. Porque negociar é uma arte, e tem uns caras que sabem fazer isto. Se o engenheiro sabe-tudo bem, mas ele não está exercendo uma atividade de engenharia digamos assim, ele sabe tudo bem. Mas o que tem mais demandado hoje é negociação por fábrica, por empresa, em cima de mudança de processo, do que negociação gerais onde não tem muito o que fazer. Tem outras coisas que eu não falei, de outro nível de negociação que são alguns fórum, tipo Câmara Setorial, MERCOSUL, esse tipo de coisas, tipo fóruns de estado. Aí por exemplo na câmara setorial da indústria automobilística se discute tecnologia, investimento, qualidade, aí você efetivamente tem um papel. Isto também tem acontecido.

6- Poderia descrever seu trabalho, procedimentos e estratégias?

R: O meu trabalho como assessor é super variado, não tem uma regra fixa, inclusive eu já sou meio sistemático e acho que estar trabalhando há uns 10 anos com isso me deixou pior. O que tem de coisas fixas são os textos que fazemos para boletins do DIEESE ou para o boletim do sindicato que são periódicos e sempre se faz isto; algumas atividades de pesquisa e projetos que se entra; tem muita atividade de discussão, seminário de formação, discussão de formulação política sobre algum ponto, tipo formação profissional, organização do trabalho, tem muito, é uma das coisas que mais demanda, tem muita atividade destas; tem muita atividade que é de difundir informação, por exemplo, você abre a Gazeta Mercantil onde saiu um negócio, você tira xerox, manda para comissão não sei da onde, tem um pouco este tipo de coisa também. Dentro do DIEESE eu atuo basicamente como consultor, assessor, então p. ex. um cara lá do escritório do DIEESE da Bahia, tem um problema com os petroquímicos, estão mudando os turnos,

introduzindo um sistema digitalizado, computadorizado, então este povo me liga, e isso é extremamente aleatório. Tem outras coisas fixas que são algumas comissões, alguns grupos de trabalho que você entra, a comissão da CUT, comissão de automação de São Bernardo que são algumas discussões mais perenes e depois de muito tempo você acaba entrando numa outra coisa, acaba entrando numa discussão de até de estruturação interna de algumas coisas do sindicato e de discutir mais um pouco até determinadas coisas de formulação política, mas isto acaba acontecendo. Mas o grosso acho que seria a atividade de assessoria geral, com uma forte carga de formação, com alguma carga de negociação, mas basicamente a atuação em negociação é de preparação prévia para a negociação, não é de negociação em si, e tem muito de representação externa. Debate sobre alguma coisa, ontem eu fui à Câmara dos Vereadores, na semana passada na Federal, tem muito deste troço, e é bastante demandante, a relação com outros órgãos da sociedade civil.

D. Demandas

7- Como você vê seu trabalho e os resultados dele em relação aos objetivos da organização?

R: Acho que no DIEESE eu me sinto como uma coisa a parte. A parte porque se não existisse esta minha área o DIEESE ia continuar do jeito que é, e o DIEESE não precisa desta área para tocar seus trabalhos, quer dizer, não é o foco do trabalho do DIEESE, é uma coisa em que a atividade inclusive não depende do DIEESE. Isto se você fosse restringir as atividades que a gente falou, antes eu me metia em um monte de coisas do DIEESE mas agora não faço mais e que também não estou afim de fazer. Eu me vejo meio assim, pode até não saber o que se faz e não faz muita diferença. Agora, dentro dos sindicatos acho que é diferente. Alguns sindicatos sentem determinadas necessidades que são preenchidas pela atividade da engenharia tal como ela está sendo feita até agora, e estou falando pelo que eu e o Luiz Paulo fazemos. Em termos de outros sindicatos eu não posso falar porque eu não conheço e nem sei se quem mais atua sistematicamente. Em termos de sindicato acho que sim, teve uma atuação muito relevante na Câmara Setorial, na construção de um método, de discutir propostas para ação sindical e para um projeto de mudança de organização de trabalho em algumas fábricas, acho que isto sim, dentro do sindicato estas coisas são mais perceptíveis, porque é uma atividade mais específica, e como a

atividade de engenharia também é mais específica, não é necessariamente aquele discurso genérico. Então aí ou tem este perfil ou não tem outro, não tem muito o que fazer. E tem uma coisa que você conhecendo um pouco o processo produtivo você tem diálogo com quem trabalha lá, que é uma coisa que o economista tem dificuldade. Por exemplo, Oswaldo que é o economista de São Bernardo não, porque ele era ferramenteiro antes de ser economista, então ele conversa com o cara de comissão de fábrica. Mas você pega outro cara, ele bóia, o fulano está falando da fábrica e ele não sabe do que se está falando, então isto dá uma certa facilidade.

A rigor se os objetivos estão sendo atingidos a pergunta teria que ser feita para a organização. Primeiro que os objetivos não estão formulados, o sindicato não tem uma formulação muito explícita do que quer. O que é útil do ponto de vista do sindicato porque vai adaptando, tem uma certa flexibilidade e por outro lado dá uma certa falta de avaliação, não que o sistema seja de baixa responsabilidade, mas porque o tipo de responsabilidade é muito variada. Uma hora aquilo é extremamente importante e daí a 10 minutos se você não fizer absolutamente nada sobre aquilo não faz a menor diferença. Então onde recai a responsabilidade é que é muito flutuante. Agora eu não sei, acho que da minha atuação particular teve uma certa curva e estabilizou e acho que o resultado da minha atuação particular foi que existe um certo campo de discussão de algumas coisas no movimento sindical hoje. É óbvio que não é só porque eu estava lá, existem necessidades ... Mas o fato de hoje já ter 2 engenheiros não é a toa e assim vai. Neste sentido acho que andou.

8- Como você relaciona o conhecimento científico e os conteúdos técnicos trabalhados durante sua graduação com sua atuação profissional atual e as demandas colocadas pela organização?

R: Basicamente, eu acho que o que a escola dá não é informação, mas sim método. Eu acho uma boa escola aquela que trabalha método, métodos para abordar questões, etc. Não é saber o que é um robô. Isso você encontra em livros. Então, neste sentido, a minha formação na universidade foi boa. Você tendo algum método de analisar a produção, p. ex., você pode até modificar o instrumental que você usa. Aí efetivamente o trabalho com o sindicato exige um outro instrumental, você tem que ir atrás, exige entender a lógica da produção do ponto de vista de quem está produzindo e não do ponto de vista da boa gestão que é de onde vem a engenharia.

Agora, eu acho difícil pegar o que é o conhecimento científico na engenharia mas o conhecimento técnico é muito relevante. Muitas vezes se faz o discurso de que é ideológico, é faccioso. Tudo bem. Mas vá fazer um carro. Como é que se produz um carro? Você tem que ter uma certa avaliação crítica, mas isto em qualquer coisa que você faça. Eu acho que apesar de a formação não ser voltada para este tipo de atuação, e muito pelo contrário, a formação até inibe, a formação não é um impecílio para você atuar. Não é por aí. Eu acho que o maior impecílio é uma coisa que vem junto com a formação mas não é necessariamente um problema da escola, é um problema da sociedade. E eu estou falando de uma coisa liga ao operariado direto, uma coisa bem específica. É que a atividade de produção é mal vista na sociedade. E também a atividade de engenharia junto a sindicato é uma coisa que as pessoas perguntam: “você faz o quê lá?” Então isto é uma coisa que pesa. Isto é uma coisa que pesa. Porque por exemplo a engenharia não discute necessariamente a produção. O máximo que se discute é a gestão da produção e o resultado econômico da produção e algum projeto para chegar no tal do resultado econômico. A produção em si ela acaba não discutindo porque é um negócio meio mal visto. Isto daí passa pela formação mas basicamente pela sociedade. Acho que este seja o maior impedimento para que outros engenheiros que venham a trabalhar com o sindicato.

Tem também uma outra coisa, a formação em engenharia tende a ser muito cartesiana, muito a coisa de causa e efeito. Outras também. Tem muita sociologia que é pior ainda, mas tipicamente a de engenharia é muito isto, é voltada a problemas que se tem que resolver, você tem que chegar em algum ponto e a atividade do sindicato não é necessariamente isto. Isto também complica. Trás uma certa complicação.

9- Seu trabalho tem, em sua visão, um caráter mais técnico, político, organizativo ou educativo? Como você vê estas esferas de atuação em seu trabalho?

R: A rigor acho que passa por todos. O técnico seria o que tem menos, aquele que você pensa que é o técnico do engenheiro, fazer um projeto, desenvolvê-lo, e botar para o sindicato. Isto acho que é o que tem menos, ainda tem, mas aí tem o projeto de pesquisa, fazer um texto, ou até, desenvolver um software, coisa que eu fiz, mas acho que não é o forte.

Tem uma grande parcela que é formativa mas é formativa em termos de técnica também. Tem uma parte que é um trabalho especificamente de São Bernardo que é organizativo também.

É organizativo porque o método como você vai discutir a produção, inclusive fazer esta parte formativa, é ao mesmo tempo organizativo, ou exige uma certa organização, porque se ela não houver o todo não acontece, então tem este lado. O político eu acho que dá para pegar. Obviamente é político como um todo, mas é num sentido amplo de político, porque aí é político mesmo.

P: Você poderia complementar alguma mais sobre esta afirmação sua de que a sociedade não vê bem a produção?

R: Por exemplo, em 79 quando a gente fez esta pesquisa dos bancários, a gente foi ver o salário dos bancários, que era ridículo e ainda é. E comparamos com os salários de São Bernardo, que em termos médios eram muito mais elevados e a gente pegou vários casos de pessoas que eram metalúrgicos e saíram para ser bancários. Mesmo naquela época o salário em São Bernardo era mais alto do que em São Paulo.

A produção é uma caixa preta para a sociedade. Ninguém tem a menor idéia do que acontece em uma fábrica. Os estudantes de engenharia não têm a menor idéia do que acontece dentro de uma fábrica, nem a engenharia de produção. Por exemplo, aqui na Poli tem um curso que é basicamente visitas a fábricas. E eu fui responsável por este curso o ano passado e o Luiz é agora. Os alunos são do segundo semestre do quarto ano, só tem mais um ano para se formar. Em termos de currículo não falta quase nada, faltam pouquíssimas matérias. O quinto ano é basicamente para fazer o trabalho de formatura. O grosso da engenharia de produção eles já fizeram. Eles se espantam com o que é uma fábrica. Eles falam: “não sabia que era isso!” Tem o barulho, ruído, etc. e eu digo: “isso aí é o resultado dos projetos que vocês fazem!” Uma fábrica de fazer copos, p. ex. Mas isso é assim, um espanto. E depois tem aquele negócio de que é sujo, é barulhento, etc., quer dizer atividade técnica ...

P: Tem uma propaganda na TV em que mostra uma fundição, os operários todos aparelhados, a imagem é limpa, não mostra a sujeira, não mostra o barulho, o calor, o cheiro, etc. e quem não conhece fica com aquela imagem bonita ...

R: Nós fomos a uma fábrica de latas. Mais da metade da turma saiu com dor de cabeça por causa do barulho, por não estarem acostumados, e só passamos 10 minutos ao lado da estamperia e não agüentamos mais.